

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PAULO SÉRGIO MACHADO ARAÚJO

MEMÓRIA, TRAUMA E VIOLÊNCIA NA ESCRITA TESTEMUNHAL EM A *VIDA*
***E A LUTA DE UMA SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO*, DE SABINA KUSTIN**

TERESINA

2024

PAULO SÉRGIO MACHADO ARAÚJO

MEMÓRIA, TRAUMA E VIOLÊNCIA NA ESCRITA TESTEMUNHAL EM *A VIDA E A LUTA DE UMA SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO*, DE SABINA KUSTIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de Concentração: Literatura e Cultura, Linha de Pesquisa: Literatura, Historiografia e Memória Cultural
Orientadora: Profa. Dra. Margareth Torres de Alencar Costa

TERESINA

2024

A658m Araújo, Paulo Sérgio Machado.
Memória, trauma e violência na escrita testemunhal em *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, de Sabina Kustin / Paulo Sérgio Machado Araújo. – 2024.
107 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Programa de Mestrado Acadêmico em Letras – *Campus Poeta Torquato Neto*, Teresina-PI, 2024.

“Orientadora Profa. Dra. Margareth Torres de Alencar Costa.”

“Área de Concentração: Literatura e Cultura.”

1. Testemunho. 2. Memória traumática. 3. Escrita de si.
4. Holocausto. 5. Sabina Kustin. I. Título.

CDD: 801.95





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULO SÉRGIO MACHADO ARAÚJO

Esta dissertação foi defendida às 08:00h, do dia 26 de Março de 2024, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí. O candidato apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.


Professor(a) ~~Dr(a)~~ Margareth Torres de Alencar Costa – UESPI
Orientador(a)


Professor(a) ~~Dr(a)~~ Maria Suelly de Oliveira Lopes – UESPI
Membro Interno


Professor(a) ~~Dr(a)~~ Anderson Clayton Ferreira Bretas – IFTM
Membro Interno

Professor(a) ~~Dr(a)~~ Luiz de Oliveira – UFPI
Suplente

Visto da Coordenação:


Dr. Franklin Oliveira Silva (Matrícula: 288.154-2)
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UESPI

Aos meus pais (*in memoriam*).

A toda minha família, especialmente, à minha irmã Maria Helena pelas orações.

Aos meus verdadeiros amigos, que torceram durante a seleção do mestrado e comigo vibraram minha aprovação.

À minha orientadora, professora doutora Margareth Torres de Alencar Costa, que em nenhum momento largou minha mão, dando-me forças desde o primeiro momento da orientação. É com imenso prazer, professora, que dedico à senhora.

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concluir este estudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus e à Santíssima Trindade. A todos os anjos e santos, principalmente, a todas as Nossas Senhoras pela divina intercessão. Sei que minhas preces foram ouvidas.

À professora doutora Margareth Torres de Alencar Costa pela valorosa orientação, por não ter me deixado desistir, pelos puxões de orelha, pelas idas e vindas dos textos com as importantes contribuições. Foi um imenso prazer, professora Margareth, tê-la tido como minha orientadora. Jamais esquecerei de sua alegria ao saber que eu seria seu orientando. Quem diria que tantos anos depois de ter cursado uma disciplina na graduação com a senhora na Universidade Federal do Piauí (UFPI), iríamos nos encontrar novamente na vida acadêmica? Gratidão ao universo!

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Piauí (Uespi), à coordenação, ao corpo docente e técnico.

A todos os excelentes professores do mestrado por terem compartilhado tanto conhecimento.

À professora Maria Suely de Oliveira Lopes, do corpo docente da Uespi, e ao professor Anderson Brettas, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), que estiveram presentes na banca de qualificação e contribuíram muito para o término da escrita.

Agradeço também aos colegas do mestrado, principalmente, Maria do Carmo Cardoso Costa e Francymary da Silva Santana pelas trocas de experiência, conhecimento e pelo encorajamento mútuo.

Aos amigos, a quem já dediquei este trabalho: ao Smael Maicon de Sousa Lima, quem primeiro me estimulou a me candidatar ao mestrado e pelas orientações na escrita do anteprojeto; ao Sr. Fernando Gérson por me receber em seu estabelecimento para que pudesse arejar as ideias e tirar o estresse.

Ao pai de santo, meu amigo, Johny de Logunedé pelas vibrações espirituais, e aos meus guias espirituais, aos orixás Oxóssi e Oxum.

À revisora dos textos, professora Luíza de Marilac Uchôa.

Ao Instituto Federal de Educação (IFMA) campus Timon e à Secretaria de Educação do Maranhão pelas liberações em tempo integral para cursar o mestrado.

Não posso deixar de agradecer também à minha querida irmã Maria Helena por todas as orações para que tudo desse certo até o final dessa jornada.

GRATIDÃO!!

“NASCI JÁ ADULTA. Não tive infância e penso que nunca fui criança. Esta é uma das frases que anotei em um dos meus inúmeros cadernos de rascunho. Escrever sempre foi uma necessidade, um desejo, uma compulsão ou, simplesmente, uma válvula de escape, a única que eu possuía”.

(Sabina Kustin)

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar, no romance *A vida e a Luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012), da autora judia Sabina Kustin, a memória traumática e a violência presentes na escrita testemunhal, apontando características que a classificam também como narrativa de filiação. Entre as muitas indagações suscitadas, elegemos algumas questões norteadoras para este estudo, a saber: Por que a personagem principal do romance desenvolveu profundas marcas de melancolia como o luto, a dor e o trauma? Quais marcas subjetivas e biografemas comprovam que esta obra pertence ao gênero da escrita de si, caracterizando-a como texto autoficcional? É possível comprovar que a obra *A vida e a Luta de uma sobrevivente do Holocausto* é Narrativa de Filiação e escrita de testemunho ao mesmo tempo? Por meio de uma metodologia de cunho qualitativo e de uma revisão de literatura, abordamos, a partir da referida obra, questões sobre autobiografia e gênero escrita de si, narrativa de filiação, memória individual e memória coletiva, violência e trauma na narrativa. A fim de atingirmos nossos objetivos quanto ao tema pesquisado, apoiamos-nos, sobretudo, em Lejeune (2008), nas discussões acerca do que seja escrita autobiográfica; em Assmann (2011), Halbwachs (2013), Pollak (1989, 1992) e Ricoeur (2007), para definir memória individual e memória coletiva; em Figueiredo (2010), Noronha (2014) e Viart (2008), no que diz respeito à narrativa de filiação; e em Seligmann-Silva (1998, 2003, 2005, 2007, 2008, 2010), quanto à narrativa traumática e de testemunho; além da fortuna crítica existente sobre nosso objeto de estudo e os problemas de pesquisa apontados neste trabalho. *A vida e a Luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012) traz debates que ainda hoje levam o leitor a fazer uma reflexão crítica acerca de um dos fatos mais terríveis da humanidade. Os resultados da pesquisa apontam para um texto em que a personagem principal ainda carrega as marcas da profunda violência da guerra, das perseguições antissemitas, de todo tipo de violência as quais os judeus, e outras parcelas marginalizadas da sociedade, como por exemplo, negros, homossexuais e ciganos, foram vítimas.

Palavras-chave: testemunho; memória traumática; escrita de si; holocausto; Sabina Kustin.

ABSTRACT

This research aimed to analyze, in the novel *The Life and Struggle of a Holocaust Survivor* (2012), by the Jewish author Sabina Kustin, the traumatic memory and violence present in testimonial writing, pointing out characteristics that also classify it as a narrative of filiation. Among the many questions raised, we chose some guiding questions for this study, namely: Why did the main character of the novel develop deep marks of melancholy such as grief, pain and trauma? What subjective marks and biographemes prove that this work belongs to the genre of self-writing, characterizing it as an autofictional text? Is it possible to prove that *The Life and Struggle of a Holocaust Survivor* is a Narrative of filiation and Testimony Writing at the same time? Through a qualitative methodology and a literature review, we address, from the referred work, questions about autobiography and written genre of self, narrative of filiation, individual memory and collective memory, violence and trauma in the narrative. In order to achieve our objectives regarding the researched theme, we rely mainly on Lejeune (2008), in the discussions about what is autobiographical writing; in Assmann (2011), Halbwachs (2013), Pollak (1989, 1992) and Ricoeur (2007), to define individual memory and collective memory; in Figueiredo (2010), Noronha (2014) and Viart (2008), with regard to the narrative of filiation; and in Seligmann-Silva (1998, 2003, 2005, 2007, 2008, 2010), regarding the traumatic narrative and testimony; in addition to the existing critical fortune about our object of study and the research problems pointed out in this work. *The Life and Struggle of a Holocaust Survivor* (2012) brings debates that even today lead the reader to make a critical reflection on one of the most terrible facts of humanity. The results of the research point to a text in which the main character still bears the marks of the profound violence of the war, of the anti-Semitic persecutions, of all kinds of violence to which the Jews, and other marginalized portions of society, such as blacks, homosexuals and gypsies, were victims.

Keywords: testimony ; traumatic memory ; self writing ; holocaust ; Sabina Kustin.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ESCRITA DE SI: aproximações teóricas	13
2.1 O que se entende pelo gênero escrita de si?	14
2.1.1 Autobiografia e pacto autobiográfico.....	14
2.2 Autoficção: a escrita de si pelo viés ficcionalizado	19
2.3 Narrativa Testemunhal: da memória individual à memória coletiva	22
2.4 Narrativa de filiação: o retorno à infância em busca de respostas	30
3 SABINA KUSTIN: uma sobrevivente contemporânea e a recepção crítica de <i>A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto</i>	34
3.1 Contexto histórico da Segunda Guerra Mundial	39
3.2 A obra <i>A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto</i>, de Sabina Kustin	43
4 MEMÓRIA, TRAUMA E VIOLÊNCIA EM A VIDA E A LUTA DE UMA SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO	60
4.1 Memória e escrita de filiação	62
4.2 Violência e trauma	71
4.3 Traumas: consequências da guerra	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
ANEXOS	93

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema Memória, trauma e violência a partir da escrita testemunhal em *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012), de Sabina Kustin. Trabalhar com essa obra, na qual se tem um perfil de atemporalidade, foi refletir sobre uma complexa rede, que envolve diversos e diferentes elementos da literatura. Além da essência subjetiva, ressaltamos que o campo da literatura é extremamente vasto e diversificado, exigindo, para o seu ensino, uma formação e conhecimentos específicos. No que tange à nossa temática, este estudo visa contribuir para a fortuna crítica sobre o tema da escrita de testemunho, em que o trauma, a violência e memória e a história estão presentes no objeto de estudo que escolhemos investigar.

A Literatura é capaz de trazer uma roupagem da situação da população no aspecto social, cultural e econômico. Ela acaba por nos oferecer possibilidades de respostas a indagações comuns a todos os seres humanos. Somos tocados pelas experiências de leituras que, muitas vezes, evocam vivências pessoais e nos ajudam a refletir sobre nossa identidade individual e, também, a construí-la.

No título *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* nos deparamos com a referência ao tipo de relato autobiográfico, memórias e escrita de testemunho e, neste caso específico, trata-se também da Narrativa de Filiação. Ao longo da narrativa, percebemos que a biografia da narradora se liga ao que entendemos como conceito de memória, que diz respeito ao relato de lembranças reconhecidas por seu conteúdo, seja histórico ou político, enquadrando-se no que Noronha (2014) e Viart (2008) denominam de narrativa de filiação.

Portanto, a cada situação em que a Literatura é exposta, ela promove uma dialogicidade, uma decodificação envolvendo o conhecimento pessoal e cultural do leitor. Logo, a Literatura questiona, indaga, traz os fatos cotidianos para um debate a que nós estamos expostos. A obra analisada constitui um horizonte de encantamento que poderá dar um direcionamento a que estamos sujeitos.

Para a execução desta investigação foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos e explicações de autores que analisam e discutem a escrita de si e suas vertentes, levantamento que serviu para subsidiar a análise do objeto de estudo. A fim de atingirmos nossos objetivos quanto ao tema pesquisado, apoiamos-nos, sobretudo, em Lejeune (2008), para sustentar as discussões sobre o que seja escrita autobiográfica; em Assmann (2011), Halbwachs (2013), Pollak (1989, 1992) e Ricoeur (2007), nas definições de memória individual e memória coletiva; em Figueiredo (2010), Noronha (2014) e Viart (2008), no que

diz respeito à narrativa de filiação; além de Seligmann-Silva (1998, 2007, 2008), quanto à narrativa traumática e de testemunho.

Esta investigação enquadra-se no gênero dos Estudos Culturais e em seu contexto dentro da Escrita de si. Este gênero literário, por sua vez, engloba vários subgêneros como, por exemplo: autobiografias, autoficções, cartas, memórias, histórias de vida, testemunho, narrativa de filiação, entre outros que estão ligados a este gênero literário.

Nesse sentido, delimitamos nosso objeto de estudo na investigação da memória, do trauma e da violência na escrita testemunhal de Sabina Kustin, por meio de seu livro: *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012). Este objeto, gerador de muitas inquietações e questionamentos, exige maiores reflexões e ações no âmbito da academia. Entre as muitas indagações suscitadas, elegemos algumas questões norteadoras para este estudo. Por que a personagem principal do romance desenvolve profundas marcas de melancolia como o luto, a dor e o trauma? Quais marcas subjetivas e biografemas comprovam que esta obra pertence ao gênero da escrita de si, caracterizando-a como texto autoficcional? É possível comprovar que a obra é Narrativa de Filiação e escrita de testemunho, ao mesmo tempo? Partindo destas questões norteadoras, desenvolvemos o estudo, que objetivou investigar de que forma aconteceram a memória traumática e a violência na narrativa autobiográfica *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012), de Sabina Kustin, assim como analisar as marcas que a inserem no gênero da escrita de si e na vertente narrativa de filiação.

A análise da referida obra contribuiu para perceber as consequências que o Holocausto exerceu na vida da escritora Sabina Kustin, levando-se em conta, especificamente, a memória, o trauma e a violência na escrita testemunhal, cujo trabalho ora finalizado contribuirá para apoiar os estudos de futuros pesquisadores sobre o gênero testemunhal e a narrativa de filiação.

Estudar a obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012), de Sabina Kustin, justifica-se por algumas razões, entre elas, a inovação, no que diz respeito ao tema da memória traumática e da violência. Teve-se a intenção, com este estudo, portanto, de refletir acerca dos aspectos desse período violento da história mundial e as consequências traumáticas trazidas para a vida da autora. O presente trabalho vai colaborar com pesquisas no campo de memórias, narrativas traumáticas e narrativa de filiação. A obra literária em questão traz, de forma contundente, a temática do trauma e da violência na narrativa da autora e espera-se, ao final da pesquisa, que os teóricos abordados a tenham validado como narrativa autobiográfica.

Este estudo organiza-se em cinco capítulos, sendo o primeiro a Introdução. No segundo capítulo, intitulado **A escrita de si: aproximações teóricas**, apresentamos alguns conceitos e discussões sobre a escrita de si, a partir da visão de alguns teóricos, além de abordar, nos quatro

subcapítulos seguintes, o que se entende pelo gênero escrita de si, a autoficção pelo viés ficcionalizado, a narrativa testemunhal: da memória individual à memória coletiva e, por fim, a narrativa de filiação: o retorno à infância em busca de respostas. O terceiro capítulo, que tem como título: **Sabina Kustin: uma sobrevivente contemporânea e a recepção crítica de *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*** traz a biografia da autora, Sabina Kustin, e discorre sobre como se dá a recepção de sua obra. Outro objetivo da investigação é apresentar um breve estudo acerca do período histórico em que o livro está inserido, no caso a Segunda Guerra Mundial, bem como as consequências deixadas por ela na história da humanidade e dispor a obra sob forma de resumo. No quarto capítulo, intitulado **Memória, trauma e violência em *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto***, faremos a análise da obra apoiada nos teóricos já citados, estando dividido em três subcapítulos. O primeiro, nomeado **Memória e escrita de filiação**; o segundo tem como título **Violência e Trauma**; e o terceiro subcapítulo é intitulado **Traumas: consequências da guerra**. O quinto capítulo apresenta as Considerações Finais acerca da pesquisa.

A obra abordada neste trabalho apresenta questões que ressoam pelo discurso da história, como a emergência de uma era dos extremos e da barbárie, marcada por experiências traumáticas e pelo genocídio. Relatos que nortearam nossos estudos, por mais difícil que seja compreender a complexidade dos processos de desumanização do homem na história. Nessa direção, as considerações que foram levantadas neste trabalho serviram como discussão inicial dos autores escolhidos e se enquadram no âmbito dos estudos literários contemporâneos, a fim de trazer à luz indagações relevantes para a compreensão do processo histórico no qual, o que é proposto pela literatura se mostra como uma forma de nos remeter à problematização e à complexidade que se refletem no estudo do passado trágico da humanidade.

2 A ESCRITA DE SI: aproximações teóricas

Olhar para o passado, a fim de compreender o presente, é um recurso muito comum em nossas vidas. Visitar lembranças e acontecimentos pode nos ajudar a entender o que vivemos agora. Esse percurso é feito por alguns autores que escrevem autobiografias, memórias e autoficções. Por meio da escrita, buscam registrar acontecimentos da própria vida sob o olhar de um presente ressignificado. A subjetividade toma corpo na literatura e na arte, de uma maneira geral, com as mais diversas manifestações. Há algumas décadas este assunto tem se intensificado, levando-se em conta os conceitos de autobiografia e autoficção.

Tudo aquilo que o ser humano vivencia está de alguma maneira em si mesmo, constituindo interesses, desejos e necessidades. Um olhar crítico sobre os fatos e a experiência sensível, imaginativa e criativa nos dá uma maior autonomia sobre nossas escolhas. A autobiografia pertence a um conjunto variado de textos literários, que pode ser chamado de escrita de si, pelo fato de estar centrada no sujeito. Pode-se dizer que somente a partir do século XVIII, quando acontece a consolidação da modernidade, dentro dos moldes ainda hoje concebidos, é que se fala da dita escrita de si.

Ângela Gomes, em sua obra *Escrita de si, escrita da história*, afirma que “considerando-se a existência de um certo consenso na literatura que trata da escrita de si, pode-se datar a divulgação de sua prática, grosso modo, do século XVIII, quando indivíduos “comuns” passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” (Gomes, 2004, p. 10-11). Em relação ao século citado, a estudiosa afirma, em seguida, que para os objetivos do prólogo e dos textos apresentados na obra acima, o recuo ao século XVIII foi considerado suficiente e operacional, visto que: “Essa datação não é uma operação simples, sendo possível estabelecer uma história mais antiga para a escrita de si, destacando o período do Renascimento” (Gomes, 2004, p. 11).

O teórico Philippe Lejeune, na obra *A autobiografia na França* (1972), fez um histórico de textos de cunho confessional que remontam ao século XII. Por outro lado, pode-se afirmar que embora os textos centrados no sujeito tenham sido encontrados a partir desse século supracitado, as definições e conceituações relacionadas a esse tema só surgiram mesmo num período bem posterior, ou seja, no século XVIII.

2.1 O que se entende pelo gênero escrita de si?

Este capítulo objetiva apontar, apoiado em teóricos que tratam do tema escrita de si, as diferenças e semelhanças entre a autobiografia e a autoficção. De antemão, é importante notar que, para muitos teóricos, é bastante sutil a linha que separa a autobiografia da autoficção, tendo sido este último termo cunhado em 1977, pelo escritor francês Serge Doubrovsky, conforme será abordado mais à frente.

2.1.1 Autobiografia e pacto autobiográfico

De origem grega, o termo autobiografia foi empregado pela primeira vez por William Taylor em 1797. Atualmente, podemos entender por autobiografia um relato que busca, em certa medida, ser fiel aos fatos. Com base em histórias pessoais, diversos autores vêm construindo discursos artísticos que ampliam as possibilidades de narrar e compartilhar experiências, embora a divulgação de fatos marcantes a respeito de si mesmo não seja uma tarefa tão fácil. Podemos citar, por exemplo, na literatura brasileira os autores Bernardo Kucisnky, Graciliano Ramos, Ricardo Lísias etc. Na autobiografia, o autor, o narrador e o protagonista podem ocupar o mesmo papel, uma vez que esta característica, isto é, o nome do protagonista igual ao nome do autor, é, portanto, um fato que exclui a possibilidade de ser uma ficção.

O gênero autobiografia, além da junção narrador – personagem – protagonista, marcada pelo foco narrativo em primeira pessoa, busca manter, segundo o autor francês Philippe Lejeune (2008), um pacto firmado entre autor e leitor, ou seja, entendendo-se a autobiografia tanto como o modo de escrita quanto o de leitura. Pode existir um narrador – personagem que retrata sua história vivida para um leitor que se encontra num tempo presente, havendo, assim, um pacto entre eles, a fim de que essa narrativa seja possível. Nesse sentido, sabe-se que não foi possível ao escritor recompor todos os fatos vividos, por causa do tempo decorrido entre esses acontecimentos e seu registro de fato. Logo, haverá, nesse processo de rememoração, os lapsos de memória ou omissões, bem como algo a ser acrescido, ou seja, uma reelaboração da memória, já que ela não é uma simples reprodução ou recapitulação do que aconteceu, de um passado tal qual ele foi. A autobiografia pode exigir que o autor se distancie de si mesmo, a fim de que possa se reconstituir; e a ele cabe desenvolver um processo de autocompreensão e autorreflexão. Escrever uma autobiografia, que é traçar uma história de vida, pode trazer algumas dificuldades, mas elas podem ser superadas se o autor dispuser de um certo grau de

imparcialidade e objetividade, e conseguir mantê-lo. O escritor, entretanto, deve reconhecer que expor suas vivências e experiências numa narrativa o deixa limitado a transmitir somente uma versão, isto é, apenas a visão de si mesmo.

A autobiografia, por ser um texto referencial, passou por um período no qual se questionava se esse gênero era legítimo ou não. A categoria de texto literário pode ter sido a ela negada, pelo fato de muitos considerarem literatura somente o que pertencesse ao campo da ficção. Entretanto, com o passar dos anos, deu-se à autobiografia uma outra reconfiguração, colocando-a, assim, no centro de interesse da literatura. Ela passou a ser entendida também como um meio de se explorar o próprio íntimo e expor as experiências individuais aos outros, uma vez que todo e qualquer texto literário é uma forma de expressão subjetiva.

Segundo Margareth Costa, na obra *Sóror Juana Inês de La Cruz: Como Antígona eu vim para dizer não e paguei o preço de minha ousadia* (2020, p. 25), “alguns textos pertencentes ao gênero da escrita autobiográfica são as histórias de vida, diários de viagens, diários íntimos, testemunhos, memórias e a escrita epistolar, dentre outros tipos de escrita reconhecidos como escrita do eu”. Nesse sentido, o termo escrita de si torna-se amplo, pois existem muitas narrativas de si que também tratam de testemunho de violências sofridas, ou buscas por sua identidade perdida. Podemos citar, a título de exemplificação, a Narrativa de filiação *Azul corvo*, da autora Adriana Lisboa (2014), na qual a adolescente Evanjelina vai aos Estados Unidos em busca do pai biológico, quando contava apenas 13 anos.

Costa (2020), ainda na mesma obra supracitada, *Sóror Juana Inês de La Cruz: Como Antígona eu vim para dizer não e paguei o preço de minha ousadia*, ao discorrer sobre o que é a escrita autobiográfica, reporta-se à definição proposta por Philippe Lejeune, teórico, professor universitário e crítico francês, e afirma que:

[...] entram em jogo elementos pertencentes a quatro categorias distintas: a forma de linguagem, narrativa, prosa e tema tratado como sendo a vida individual de uma personalidade, a identidade do autor (que deve referir-se a uma pessoa real e coincidir com os narrados dos fatos e o personagem principal do texto) (Lejeune, 2008, p. 14 *apud* Costa, 2020, p. 39).

Para Lejeune (2008), autobiografia é toda e qualquer obra que preenche, ao mesmo tempo, as condições indicadas em cada uma dessas categorias citadas acima. Ele ainda afirma que: “Os gêneros vizinhos da autobiografia não preenchem todas as condições. Eis a lista das não preenchidas em cada gênero: memórias, biografia, romance policial, poema autobiográfico, diário, autorretrato ou ensaio” (Lejeune, 2008, p. 14).

Em seu livro intitulado *O pacto autobiográfico de Rousseau à internet* (2008), o teórico aludido acima inicia o primeiro capítulo com um questionamento: “Seria possível definir a autobiografia?” (Lejeune, 2008, p. 13). Essa questão nos chamou atenção, visto que traz um tom de dúvida. Primeiramente, ele questiona essa possibilidade para depois, ao longo do texto, conceituar a autobiografia como sendo uma: “Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (Lejeune, 2008, p. 14). O autor também afirma, em relação à autobiografia, que se pressupõe haver identidade de nome entre o autor – cujo nome vem estampado na capa – o narrador e a pessoa de quem se fala.

Segundo o autor, “esse é um critério muito simples que define, além da autobiografia, todos os gêneros da literatura íntima (diário, autorretrato, autoensaio)” (Lejeune, 2008, p. 24). Antes dessa afirmação, ele já havia dito que, para existir autobiografia é necessário haver, de fato, identidade entre autor, narrador e personagem principal. Essa identidade, no entanto, levanta alguns problemas, que ele tenta formular: “Como pode se expressar a identidade do narrador e da personagem principal no texto e no caso da narrativa em primeira pessoa, como se manifesta a identidade do autor e do narrador-personagem?” (Lejeune, 2008, p. 15). Ele lança, em seguida, uma terceira questão, abordando a possibilidade de haver ou não uma confusão, na maior parte dos raciocínios, no que tange à autobiografia, entre a noção de identidade e a de semelhança. O teórico tenta responder a cada uma dessas questões envolvendo o problema da identidade, pois elas são decisivas para determinar um texto, segundo ele próprio, como sendo autobiográfico ou não.

Lejeune (2008), em seus estudos sobre autobiografia, faz referência às investigações de Émile Benveniste sobre a linguística da enunciação, ou seja, quando a língua é posta em uso. Para Benveniste (1989, p. 84), “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Eis um dado constitutivo da enunciação”. Já Lejeune (2008) afirma que a primeira pessoa do discurso é definida pela articulação de dois níveis: Referência e Enunciado. Enquanto neste nível os pronomes pessoais de primeira pessoa são capazes de marcar a identidade do sujeito da enunciação e do sujeito do enunciado, naquele se diz que os pronomes pessoais eu e tu só têm referência dentro do discurso, isto é, no próprio ato de enunciação. A identidade é imediata, percebida e aceita pelo destinatário como fato. Acrescenta, ainda, que: “Benveniste assinala que o conceito de eu não existe. O eu remete, sempre, àquele que fala e que identificamos pelo próprio fato de estar falando” (Lejeune, 2008, p. 19).

Embora a identidade narrador-personagem principal, para textos autobiográficos, seja primordialmente definida pelo uso da primeira pessoa – narração autodiegética –, Lejeune

(2008, p.16), reportando-se às palavras de Gérard Genette, afirma que “o autor deixa claro que pode haver narrativa em primeira pessoa sem que o narrador seja a mesma pessoa que o personagem principal”. Num aspecto mais amplo de um texto narrativo, isto seria o que Genette chama de homodiegese. Pierre Lejeune (2008) também diz que alguns autores não hesitam em simular, amplificar ou embelezar o relato de suas vidas, construindo um cenário para que sua história possa ser contada. Esta situação é o que Costa (2013) afirma ser uma marca da autoficcionalidade dos textos autobiográficos, que por conta desta característica, passam a ser denominados pela estudiosa como sendo autoficção.

Costa (2020), ainda em sua obra *Sóror Juana Inês de La Cruz: Como Antígona eu vim para dizer não e paguei o preço de minha ousadia*, lança a seguinte pergunta: “Qual a ligação da escrita autobiográfica com a memória?”. Conforme suas palavras:

Memória é normalmente conhecida e definida como a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar (evocar) informações disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória biológica), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial) (Costa, 2020, p. 30).

Para Costa (2020), memória é a base do conhecimento adquirido pelo ser humano, devendo, portanto, ser trabalhada e estimulada. Ela afirma que não existe narração de fatos acontecidos sem a memória, que é característica intrínseca dos textos pertencentes à escrita de si. Narra-se o que se presenciou ou viveu; e para narrar o passado, a autora faz uso da rememoração do acontecido no passado em seus textos. Segundo ela, para que suas memórias individuais sejam críveis, ela se apoia na memória coletiva, na memória de outros que também já passaram pelo que passou no caso, por exemplo, de memórias da ditadura, de guerras ou da Shoah.

Além de definir escrita autobiográfica, Lejeune (2008) cunhou o termo pacto autobiográfico, que vem a ser “um compromisso que o autor assume de contar a história de sua vida de forma direta ou parcial em espírito de verdade” (Lejeune, 2008, p. 39). Como o próprio nome já diz, o pacto autobiográfico é um contrato de verdade entre o autor e o leitor. Este autor toma a autobiografia como um gênero literário. Assim, o pacto autobiográfico, garantia de veracidade da narrativa, é tido como um traço definidor desse gênero. Esse pacto seria um modo de leitura no qual o que é narrado é considerado como inquestionável.

Lejeune (2008) também afirma o que se segue:

O que define a autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio. E isso é verdadeiro também para quem escreve o texto. Se eu escrever a história da minha vida sem dizer meu

nome, como meu leitor saberá que sou eu? É impossível que a vocação autobiográfica e a paixão do anonimato coexistam no mesmo ser (Lejeune, 2008, p. 39).

A escrita autobiográfica nos remete a vários outros escritores. Foucault (1969), filósofo e escritor francês, por exemplo, questiona se tudo que alguém escreve é produto de sua consciência, e propõe a morte do autor. No entanto, muitas vezes o autor escreve sobre si mesmo numa obra; e, por isso, é impossível o autor morrer dentro da obra, pois suas aspirações, emoções, sentimentos são descritos na contextualização dos fatos narrados.

Na conferência *O que é um autor?*, proferida em 1969 e que recebeu esse título somente após sua publicação, Foucault ressalta as ideias de Roland Barthes, outro autor que trata do mesmo assunto, e afirma que “na escrita se dá a abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer” (Foucault, 2006, p. 268). Foucault ainda diz, quanto à morte do autor na escrita, que:

Essa relação da escrita com a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve; através de todas as chicanas que ele estabelece entre ele e o que ele escreve, o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência (Foucault, 2006, p. 269).

Anna Faedrich (2016), em artigo intitulado *Autoficção percurso teórico*, baseia-se nas ideias de Foucault ao discorrer sobre o que vem a ser autor, afirmando que:

Outro texto relevante para se pensar a questão da autoria é *O que é um autor?* (1969), de Michel Foucault. Para o filósofo francês, o autor é uma invenção necessária no momento histórico em que surgem as noções de propriedade privada, lucro e individualidade (Faedrich, 2016, p. 31).

Cada autor vivencia sua época e, por isso, é comum narrar suas aspirações, seus medos, traumas e tensões. Então, para o leitor, é importante saber sobre como esse autor vivenciou sua vida, no século em que o leitor ainda não existia, por exemplo. A morte do autor é irrelevante. Pelo contrário, dentro de sua obra ele está muito vivo. Para Foucault, “a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também e na das ciências” (Foucault, 1969, p. 33 *apud* Faedrich, 2016, p. 31).

Foucault (1969) cunhou o termo função-autor, apontando quatro características que o definem: a primeira seria a de identificar os textos como objetos de apropriação. Nela, o autor discorre, então, sobre o percurso de concepção autoral do texto literário e que, segundo ele, é somente a partir do final do século XVIII que se vai atingir integralmente o sistema de

propriedade presente na sociedade atual. A segunda seria estabelecer a fiabilidade da informação científica, bem como a origem do texto literário. Já a terceira característica seria a que diz respeito ao processo no qual, o que chamamos de autor, é construído como um ser racional e, por fim, a quarta característica dessa função permitiria se fazer uma distinção dos diversos *eus* dentro da obra.

2.2 Autoficção: a escrita de si pelo viés ficcionalizado

As pesquisas no campo das narrativas biográficas, autobiográficas e autoficcionais estão tendo destaque nas publicações recentes no Brasil e no mundo. Para falar de literatura de testemunho, não podemos deixar de ressaltar que esse termo se originou do conceito de “literatura de Holocausto”, noção oriunda dos relatos testemunhais de vítimas dos horrores nazistas na Segunda Guerra Mundial. O Holocausto foi identificado como o massacre do povo judeu, e essencialmente europeu, em que a Alemanha nazista, sob as ordens de Adolf Hitler, manipulava os sistemas governamentais e pregava o ódio aos judeus e seu extermínio. Esse genocídio foi um dos piores massacres da história da humanidade, cujas marcas são sentidas até hoje. Na literatura, encontramos diversos exemplos do teor traumático desses acontecimentos, quando se tem, especialmente, por base relatos com caráter testemunhal.

No Brasil, muitos críticos e escritores apontam questões concernentes ao campo das escritas de si. Talles de Paula Silva (2012), em seu artigo intitulado *O que dizem os escritos sobre a definição do que se tem chamado de autoficção*, reporta que:

Silviano Santiago, por exemplo, proferiu uma palestra no Rio de Janeiro em 2008, publicada no mesmo ano, com o título *Meditação sobre o ofício de criar*. Nela, o escritor e teórico faz comentários acerca da natureza híbrida do discurso literário quanto aos conceitos canônicos de ficção e verdade (Silva, 2012, p. 10).

Santiago reafirma em seu texto a relevância que os dados autobiográficos assumem em sua obra, ao dizer, por exemplo, que “os dados autobiográficos servem de alicerce na hora de idealizar e compor meus escritos e, eventualmente, podem servir ao leitor para explicá-los” (Santiago, 2008, p. 173). Para ele, seus escritos traduzem o contato reflexivo da subjetividade criadora com os fatos da realidade que o condicionam, e os da existência que o conformam. Podemos perceber, claramente, no trecho citado, que o escritor concebe o discurso literário moderno e pós-moderno como híbrido em sua própria natureza. Todo texto, e mais especificamente a chamada autoficção, é perpassado pelos conceitos de verdade e de ficção,

numa justaposição constante. Em seu artigo, Silviano Santiago (2008) diz, ainda, preferir a autobiografia à confissão.

Ele se reporta à infância numa pequena cidade de tradição católica, para rebater um discurso confessional, o qual afirma estar fora de sua obra. Ao contrário, o escritor valoriza o elemento autobiográfico, apesar de declarar que nunca escrevera uma autobiografia. De uma maneira bem particular e subjetiva, o escritor nos conta parte de sua infância, autodefinindo-se como um menino problemático, que se valia do discurso ficcional para camuflar suas verdades íntimas e inconfessáveis. Podemos aqui pontuar que seu texto pode ser reconhecido hoje como pertencente à narrativa de filiação, por se tratar de um adulto que volta ao passado de sua infância para narrar suas memórias. Da mesma forma, podemos nos reportar à obra *A Vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, objeto de nosso estudo, e afirmar que o testemunho de Sabina Kustin também é narrativa de filiação, pois ela narra toda sua infância no campo de concentração nazista e como sobrevivente do holocausto, depois de adulta.

Mais adiante, Santiago (2008) torna a discutir a eliminação ou, pelo menos, o relaxamento das fronteiras entre o real e o ficcional na autoficção, bem como o valor dado a este tipo de narrativa mista, tendo sua própria obra como referência, uma vez que, portando elementos autobiográficos, faz parte do cânone literário brasileiro contemporâneo, algo impensável há um certo tempo.

Gostaríamos de destacar a respeito do texto de Silviano Santiago em um último ponto: o trânsito entre a verdade e a ficção. Para isso, podemos citar o seguinte excerto: “Era o modo como o discurso autobiográfico se afastava do discurso confessional e já flertava, inconscientemente, com o discurso ficcional” (Santiago, 2008, p. 175). Em sua obra, os dois conceitos se misturam num único texto, e da miscelânea entre os fatos reais de sua vida, e de suas fabulações subjetivas, nascem mais textos classificados como autoficções. “Essas mentiras, ou invenções autobiográficas, ou autoficções, tinham, estatuto de vivido, tinham consistência de experiência” (Santiago, 2008, p. 177).

Tentamos também fazer, ao longo deste trabalho, um breve esclarecimento a respeito de conceitos fundamentais no que tange à definição de obra autoficcional e de obra autobiográfica, por meio da exposição de trabalhos de grandes estudiosos das escritas de si no exterior e no Brasil.

Eurídice de Figueiredo (2010), em seu artigo que tem como título *Autoficção feminina: a mulher nua diante do espelho*, discorre sobre autoficção. A pesquisadora afirma que a “autoficção é um gênero [novo] que embaralha as categorias de autobiografia e ficção de maneira paradoxal ao juntar, numa mesma palavra, duas formas de escrita que, em princípio,

deveriam se excluir” (Figueiredo, 2010, p. 91). No mesmo artigo, Figueiredo refere-se a Serge Doubrovsky, teórico francês que cunhou o termo autoficção, em 1977, sendo considerado, portanto, a partir de então, seu precursor. A autora enfatiza que:

Doubrovsky lembra que, quando se escreve autobiografia, tenta-se contar toda sua história, desde as origens. Já na autoficção, pode-se recortar a história em fases diferentes, dando uma intensidade narrativa própria do romance. Vincent Colonna considera que o uso do neologismo autoficção deve-se restringir ao caso dos autores que inventam uma personalidade e uma existência literária. (Figueiredo, 2010, p. 91).

Figueiredo também faz referência a Mikhail Bakhtin (2003), afirmando que, de acordo com o teórico, para escrever uma autobiografia, o escritor deve tornar-se um outro em relação a si mesmo, olhar-se com os olhos de um outro, pois o acontecimento estético, para se realizar, necessita de dois participantes, pressupõe duas consciências, que não coincidem.

Figueiredo novamente nos informa, logo em seguida, a respeito do termo autoficção:

A autoficção, enquanto ficcionalização de fatos e acontecimentos absolutamente reais, é uma palavra que hoje consta nos dicionários Larousse e Robert (com acepções contraditórias) e que entrou na moda, sendo usada agora de maneira indiscriminada, segundo o próprio Dubrovsky (Figueiredo, 2010, p. 92).

Fábio Serra Nascimento (2013), apoiado em vários autores que tratam do tema autoficção, produziu um artigo sob o título *Deixando escapar segredos: autoficção e o discurso biográfico de Cazuzá*. Seu objetivo foi discorrer sobre de que maneira a autoficção torna possível a análise de um texto referencial enquanto literário e vice-versa. O objeto de estudo foi a vida e a produção artística de Agenor de Miranda Araújo Neto, ou simplesmente Cazuzá, compositor e cantor do cenário musical brasileiro da década de 80. Nascimento (2013) chega a afirmar que:

Os críticos que não compartilham da possibilidade de aplicação da autoficção dizem que memória incompleta é ficção. A autoficção, contudo, é indecível: ela não é nem autobiografia, nem ficção total. Essa indecidibilidade só é possível porque é aberta uma brecha de inserção da ficcionalidade na biografia. A mistura dos dados biográficos no texto é proposital, para demonstrar os traços que se misturam entre biografia e ficção. Há uma elaboração no texto que é marcada de intencionalidade e que faz com que o texto crie essa dúvida (Nascimento, 2013, p. 17).

Nascimento (2013) mais adiante traz uma afirmativa muito importante no que diz respeito ainda à autoficção. Para esse pesquisador, não se deve radicalizar, pois nem tudo é ficcional, nem tudo é autobiográfico. Como ele mesmo afirma: “Há uma intenção do autor em

criar dúvida se é real ou não a escrita. É possível essa decisão? Ou o texto é construído para alimentar o indecível? Ele está no entrelugar entre ficção e biografia. O efeito final é a sofisticação da leitura” (Nascimento, 2013, p. 17). Assim, o leitor, para Nascimento (2013), deve assumir um posicionamento em relação à leitura, isto é, se sua leitura é tomada como ficção, biografia ou “se está no entrelugar (autoficção)”. Antes das suas considerações finais em seu artigo, Nascimento (2013) assegura que o momento histórico em que nos encontramos incita o leitor a refletir acerca do que é convencionalmente realidade e texto ficcional.

Os conceitos são polêmicos e ainda necessitam de muitos estudos para serem mais bem compreendidos. Percebemos, entretanto, que cada vez mais se tem refletido sobre eles, e que as diferenças entre as assertivas teóricas só tendem a contribuir para o alargamento e o aprofundamento das ideias.

2.3 Narrativa testemunhal: da memória individual à memória coletiva

Neste subcapítulo, falaremos de narrativa testemunhal, bem como da narrativa traumática, tendo como suporte teórico os autores Seligmann-Silva (2008, 2010), Beatriz Sarlo (2007) e Aleida Assmann (2011) e, obviamente, falaremos também de memória, apoiando-nos, sobretudo, em Maurice Halbwachs (2013) e Pollak (1989, 1992).

É importante falar que Maurice Halbwachs, nascido na França em 1877, foi morto em 1945, em um campo de concentração nazista na Alemanha, tendo sido um importante sociólogo da escola durkheimiana. Antes de iniciar seus estudos de sociologia, estudou filosofia na Escola Normal Superior em Paris, com Henry Bergson, tendo sido influenciado por ele. Halbwachs é também precursor no campo de estudos sobre a memória na área das ciências sociais, pois, até então, as áreas que se ocupavam dos estudos da memória eram a psicologia e a filosofia.

Em muitas narrativas, percebe-se que a biografia do narrador se liga totalmente ao que entendemos como conceito de memória, que diz respeito ao relato de lembranças reconhecidas por seu conteúdo, seja histórico ou político.

Halbwachs (2013), em relação à memória, nos explica que o narrador pode trazer à superfície acontecimentos do âmbito individual, bem como o compromisso de também construir uma memória que se torne de caráter coletivo. Este autor esclarece que: “Não há memória que seja somente ‘imaginação’ pura e simples ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo este processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito” (Halbwachs, 2013, p. 78).

De acordo com o artigo Memória coletiva, de Giuslane de Silva (2016), foi Halbwachs quem criou a categoria de memória coletiva, por meio da qual assegura que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que servem como base para o trabalho de reconstrução da memória. Segundo a pesquisadora: “É, portanto, mediante a categoria de memória coletiva de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual” (Silva, 2016, p. 247). Isto acontece porque as memórias de um indivíduo não pertencem somente a ele, nenhuma lembrança pode ser tomada como algo isolado de um grupo social.

Halbwachs (2013), no que diz respeito à memória coletiva, afirma que “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos [...] Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30). Existe, então, uma estreita relação entre a memória coletiva e a individual, visto que ela toma corpo quando é compartilhada por mais de um indivíduo. Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e memórias individuais. Em algumas passagens do romance, a narrativa de Sabina Kustin reverbera não somente um sofrimento individual, mas também de milhares de outros judeus: “Hoje, carrego comigo a triste e tirânica lembrança de uma catástrofe que levou à morte mais de 6 milhões de judeus, seres humanos como tantos outros” (Kustin, 2012, p. 19). A autora enfatiza a barbárie do nazismo como uma das maiores catástrofes mundiais: “Hitler arrastou a Alemanha à guerra e com ela vieram matanças nunca acontecidas de tal forma, em toda a história da Humanidade” (Kustin, 2012, p. 32). A crueldade dos nazistas não tem limite, e Kustin, apesar de todo trauma vivido, consegue trazer ao leitor cenas de horror, fome e morte: “Centenas de milhares de judeus morreram de fome, presos nos guetos. Outros milhões foram assassinados com métodos “científicos” [...] algumas cidadezinhas chegaram a ver toda sua população judia ser fuzilada” (Kustin, 2012, p. 32).

Dando continuidade a esse tópico – Memória, lançaremos mãos dos estudos efetivados pelo teórico Michael Pollak, que nasceu na Áustria, em 1948, e morreu na França, em 1992. Pollak radicou-se na França e lá formou-se em Sociologia. Trabalhou como pesquisador do *Centre National de la Recherche Scientifique* – CNRS. O interesse acadêmico de Pollak foi voltado, de início, para as relações entre política e ciências sociais. O tema de sua tese de doutorado, orientada por Pierre Bourdieu, defendida na *École Pratique des Hautes Études*, na década de 70 do século passado, estendeu-se a diversos outros campos de pesquisa, que

convergiam para uma reflexão teórica sobre o problema da identidade social em situações limites.

Pollak (1992) trata em seus estudos do problema da relação entre memória e identidade social. Para ele, mesmo a memória parecendo ser um fenômeno individual, íntimo e próprio de cada pessoa, ela deve ser compreendida, como disse Maurice Halbwachs, entre as décadas 20 e 30, também como um fenômeno coletivo e social, isto é, como algo construído de forma coletiva. Essa construção é submetida a transformações e mudanças constantes. Entretanto, Pollak (1992) diz que apesar desse caráter flutuante e mutável da memória, seja individual ou coletiva, podem existir, na maioria das memórias, traços de imutabilidade. Pollak traz importantes inovações para a abordagem sociológica da memória, mas não se chocam totalmente com a teoria de Maurice Halbwachs. Pode-se dizer, segundo muitos estudiosos da obra de ambos os autores, que as definições de memória deles concordam em diversos pontos. Tanto Pollak quanto Halbwachs apontam a memória, conforme já foi dito, como um fenômeno coletivo, uma construção social, e por ser uma construção do passado realizada no presente, a memória envolve um processo de escolha, sendo parcial e seletiva. Cada grupo pode possuir um conjunto particular de recordações. Os dois autores apontam o papel fundamental da memória para a criação do sentimento de identidade.

O artigo intitulado *Memória, esquecimento, silêncio* foi publicado na Revista Estudos Históricos, em 1989, antes de Pollak proferir a conferência “Memória e Identidade Social”. O artigo, conforme o próprio título insinua, aborda os conceitos de Memória, Esquecimento e Silêncio. O autor parte de ideias postuladas por Halbwachs e enfatiza a importância dos ditos e dos não ditos para a construção de uma memória, seja ela coletiva ou individual. Pollak (1989) chega a afirmar que, mesmo no patamar individual, o trabalho da memória jamais se dissocia do homem enquanto um ser social. Ademais, ele ressalta a importância dos vestígios significativos que uma pessoa, um grupo ou até mesmo uma nação vai deixando em suas experiências de vida, que se tornam pontos de referência para qualquer estudo histórico.

É importante falar também que no artigo *Memória, esquecimento e silêncio* Pollak fala de memórias subterrâneas. Lançando mão do que aborda Pollak sobre esse tipo de memória, soa-nos como uma crítica ao viés moderado das memórias coletivas postuladas por Halbwachs. Pollak defende, pois, que as memórias subterrâneas têm um caráter subversivo e silencioso e se opõem à dita memória oficial. A partir dos anos 90, debates, produções artísticas e publicação de obras sobre a segunda Guerra Mundial e, obviamente, sobre o nazismo e o Holocausto se intensificaram. Então, muitos sobreviventes se encorajaram a compartilhar suas memórias e seus testemunhos ainda que oralmente sobre os crimes da ditadura de Hitler. Esses testemunhos

podem ter permanecido por décadas em silêncio até surgir o *boom* dessas publicações pós-segunda Guerra Mundial e vêm em oposição ao que se considerava oficializado.

Em diálogo com outro autor, Primo Levi, autor da obra *É isto um Homem?* (2013), observamos que a memória, para Sabina Kustin e Primo Levi, ambos os autores sobreviventes de campos de concentração, tem um papel de destaque na narrativa, pois rememora um passado que não passa. Os autores estiveram, antes da libertação, às portas da morte, mas viram que como sobreviventes do holocausto deveriam contar ao mundo, baseados em suas memórias, todos os horrores que eles, os judeus, e outros povos, sofreram. Primo Levi afirma que trazer à tona as lembranças sob forma de testemunho é muito complexo. Ele chega a dizer que “nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem” (Levi, 2013, p. 32). Do mesmo modo, Sabina Kustin, apesar de ser algo traumatizante para ela, justifica, em poucas palavras, sua decisão de rememorar seu passado: “Quando decidi escrever as minhas memórias, quis oferecer a todos uma história sem mentiras, sem imaginações [...]. Meu desejo é mostrar a trágica realidade de um ser humano vítima da guerra nazista” (Kustin, 2012, p. 19). Para ela, é importante para a formação dos jovens relembrar uma época marcada pelo ódio, pelo fanatismo e por perseguição étnico-racial.

Trataremos, a partir de então, da narrativa testemunhal e da narrativa traumática. Para tanto, apoiamo-nos, basicamente, em Seligmann-Silva (1998, 2007, 2008, 2010) e Beatriz Sarlo (2007), a partir de suas ideias, principalmente, no capítulo *A retórica testemunhal* (2007). Apoiamo-nos, da mesma forma, em Assmann (2011), para tratar de memória heroica e não heroica. Faremos também referência a dois trabalhos acadêmicos, em nível de doutorado que, assim como Seligmann-Silva, tratam desse tipo de testemunho. Em ambos os trabalhos, o autor Seligmann-Silva (1998, 2007, 2008, 2010) serviu como uma das fontes de pesquisa.

Márcio Orlando Seligmann-Silva é professor titular de Teoria Literária na Unicamp e pesquisador do CNPq. Coordenou, de 2006 a 2010, o Projeto Temático Fapesp Escritas da Violência. Possui vários ensaios publicados em livros e revistas no Brasil e no exterior, e atua principalmente nos seguintes temas: romantismo alemão, teoria e história da tradução, teoria do testemunho, memória da violência das ditaduras na América Latina, literatura e outras artes, teoria das mídias, teoria estética do século XVIII ao XX e a obra de Walter Benjamin.

Beatriz Sarlo, escritora argentina, critica em sua obra *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007) aquilo que ela mesma denomina “guinada subjetiva”, que vem a ser um processo que teria ocorrido nas ciências sociais entre as décadas de 1970 e 1980, contexto em que as ciências sociais passaram a se ocupar da subjetividade como objeto de estudo. Para Sarlo (2007), os estudos históricos se ocupam de pequenos grupos, das relações

familiares e das comunitárias, das minorias marginalizadas, de posturas vistas como desviantes e, ao mesmo tempo, da conduta do dito homem comum. Tem-se, então, a valorização da subjetividade, das emoções, dos interesses e vontades individuais, dos impulsos inconscientes como fontes do conhecimento e elementos importantes para o bom entendimento do comportamento humano em todos os espaços e épocas. Ela deixa muito claro, em seus estudos, que seu principal objetivo é debater as relações entre passado e memória nas últimas décadas, bem como “analisar a transformação do testemunho em um ícone da Verdade ou no recurso mais importante para a reconstituição do passado” (Sarlo, 2007, p. 19). Para essa estudiosa, a memória e, como efeito, uma narrativa testemunhal, são um bem comum, um dever, bem como uma necessidade jurídico-moral e política. A memória é apontada pela autora como consequência de uma experiência verdadeira, já que ela pode ter sido, de fato, vivida diretamente pelo indivíduo. Ela também afirma que “esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável” (Sarlo, 2007, p. 47). As memórias e os relatos pessoais são importantes? Certamente sim, mas para autora, não são o único percurso que pode nos levar ao passado, nem tampouco o mais confiável.

Na mesma esteira da memória, a teórica alemã Aleida Assmann (2011) pontua que as memórias precisam de certos suportes, a fim de que sejam instituídas. As pessoas, portanto, sempre se preocuparam em perpetuá-las ao longo do tempo, de diversas formas, não somente por meio da escrita. A escritora fala de mecanismos que podem guardar as experiências vividas por homens e mulheres numa perspectiva interna, que vêm a ser os estabilizadores de memória, sendo um deles o trauma. Ela também nos explica, baseada em Lawrence Langer, que a memória pode ser vista de duas maneiras: a heroica e a não heroica. Ao passo que a heroica tem valores positivos e uma dita retórica de resgate, a não heroica é tratada como uma memória que provoca algum dano ao indivíduo que rememora um fato, por ser ela carregada de medo, angústia e violência. Assim, as lembranças de Sabina Kustin, em *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, enquadram-se na memória não heroica, porque a autora-personagem narra suas experiências advindas de traumas. Em vários momentos da narrativa, percebe-se o tom angustiante e depressivo da personagem-narradora: “A cada dia os nazistas agarravam mais judeus à força, aos pontapés. Batiam sem parar. O medo dominava a todos. Quando os nazistas gritavam “Heil Hitler”, ficávamos aterrorizados” (Kustin, 2012, p. 40). O trauma e a violência sofridos por Sabina Kustin são perceptíveis, e o leitor também sente suas dores em cada palavra: “É impossível descrever o terror a que assisti da minha janela. Por que assassinam bebês com baionetas? Por que quebravam dentes e cortavam os rostos dos homens?”

(Kustin, 2012, p. 40). Kustin sofre duas vezes, pois trazer à memória tudo que ela passou, e expressar por escrito, é um novo sofrimento, tendo como pano de fundo o pior genocídio da humanidade: “De onde os nazistas tiravam tanto ódio para nos impingir tanta brutalidade?” (Kustin, 2012, p. 43).

Para Seligmann-Silva (2007), a questão do testemunho envolve tanto uma manifestação específica da linguagem, em razão das situações-limite que trazem em seu bojo como são abarcadas reflexões morais e éticas. O centro das narrativas é a memória, e mostra a relação com o real. A respeito de textos produzidos pós-catástrofes, ele afirma: “Mesmo o texto aparentemente mais escasso em termos estéticos, pode guardar uma preciosa lição literária” (Seligmann-Silva, 2007, p. 2). Para o autor, da mesma forma, o romance aparentemente distante dos fatos, ou uma narrativa bastante densa em termos linguísticos, pode conter dados testemunhais. Ele ainda explica que:

Testemunho e literatura são indissociáveis. Se é verdade que todo ato de escritura envolve, ao menos para nós, ainda, um ato estético, não é menos verdade que toda obra de arte, como escreveu Walter Benjamin, é um documento da barbárie (Seligmann-Silva, 2007, p. 2).

Seligmann-Silva (2007, p. 7) ressalta que o ser humano deve apreender a ver os próprios textos oriundos da catástrofe como sendo acontecimentos complexos. “Eles devem ser encarados em todos os seus estratos: estéticos, testemunhais, individuais, coletivos, mnemônicos, históricos etc.” Para ele, caracterizar o testemunho é uma atividade elementar, tendo em vista que dessa atividade depende a sobrevivência daquele indivíduo que retorna do campo de concentração, ou mesmo de outra situação de violência extrema, desencadeando esta necessidade ou carência de narrar.

A literatura de testemunho é, portanto, um dos principais conceitos presentes nos estudos de Seligmann-Silva (2007). Ele a denomina, além de uma possibilidade de aproximação com o passado, como obras escritas por sobreviventes de eventos traumáticos, o Holocausto, por exemplo, e classifica dois tipos de testemunhos: o primário e o secundário. Enquanto o primário é realizado por aqueles que narram suas próprias experiências vividas e observadas, o secundário diz respeito àqueles que apenas tiveram contato com os fatos por meio de experiências de outros indivíduos.

Fátima Rejane de Meneses (2018), em sua tese de doutorado que tem como título *O Holocausto como expressão do mal: Literatura Testemunhal e representação literária*, enfatiza que “na literatura de testemunho, de que trata esta tese, os narradores também são personagens; vivenciaram acontecimentos extremos” (Meneses, 2018, p. 27). Isso difere do que ocorre nas

narrativas ficcionais, nas quais o autor do texto pode decidir o destino de cada personagem. Na narrativa testemunhal, a sorte já está lançada, isto é, não há escolha.

Meneses ainda diz que “as narrativas de teor testemunhal têm na memória seu principal ponto de apoio” (Meneses, 2018, p. 36). Sabina Kustin (2012), autora da obra objeto de nosso estudo, e sobrevivente do holocausto, por exemplo, traz na memória sua experiência totalmente viva e, certamente, a necessidade de narrá-la. Ela acaba, entretanto, deparando-se com uma barreira diante dessa necessidade de narrar os fatos, ou seja, a insuficiência na linguagem, a dificuldade de expressar os horrores vividos, já que sua memória ainda está muito presa aos campos de concentração, por exemplo, o que também pode ocorrer, obviamente, com muitos outros sobreviventes do holocausto. Um pouco mais adiante, na referida tese, Meneses (2018, p. 39) afirma que “parece tênue o fio que separa as narrativas históricas ou a historiografia dos relatos de testemunho, pois têm pontos em comum”. Para ela, os relatos de testemunho apresentam um envolvimento mais marcante dos personagens, tornando-os relatos sólidos. Ainda a esse respeito, Meneses (2018) faz referência a Seligmann-Silva (2003), e nos reporta suas palavras: “A literatura de testemunho é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a realidade” (Meneses, 2018, p. 42).

Deve-se, assim, entender a literatura de testemunho como a narrativa de um real traumático? É sabido que a literatura de testemunho aborda a relação entre Literatura e realidade, e serve como um instrumento para a necessidade de quem tem o sobrevivente de contar aos outros e/ou torná-los participantes de sua própria história. A literatura, portanto, pode se apresentar como um meio para aquele que deseja vencer a incapacidade de narrar seu trauma, no que diz respeito às memórias traumáticas e dessa forma exorcizar seus demônios e tentar curar-se. A autora faz uma afirmação a fim de ilustrar a narrativa testemunhal, apontando a obra *É isto um homem?* de Primo Levi, que foi objeto de sua pesquisa:

Levi não é apenas testemunha, mas representa o sobrevivente e fala em nome dos que não conseguiram escapar ao mal maior. Ele toma para si a missão de falar pelos milhares de judeus mortos nos campos de concentração, em especial aqueles que morreram em Auschwitz e não tiveram oportunidade de relatar os horrores pelos quais passaram, mas, ao contrário, foram exterminados. A memória é, além de individual, coletiva (Meneses, 2018, p. 43).

Fátima Meneses expressa uma ideia pertinente em relação ao ato de narrar, ao dizer que esse ato é uma forma de utilizar a força das palavras para consolidar, reafirmar a memória e trazer o passado para o momento presente. Em relação aos horrores do holocausto, por exemplo, a pesquisadora afirma que “essa verdade é facilmente comprovada. O fato histórico torna-se

mais importante do que aqueles que o viveram, mesmo a essência do fato sendo o ser humano” (Meneses, 2018, p. 289). A autora ainda diz que o holocausto tem mais significação por aquilo que representou para o mundo dito civilizado. A história, portanto, não existe sem memória, registros orais ou escritos ou algum tipo de vestígio. Logo, o testemunho de um sobrevivente cumpre sua função.

Em se tratando de trauma, Meneses (2018) nos apresenta uma ideia apoiada em Freud (1920), segundo a qual: “O trauma gera uma repetição constante [...] na mente do indivíduo que passou por um choque. É uma lembrança que não se esgota. Por isso a repetição constante na linguagem do indivíduo, e mesmo quando tenta esquecer não consegue parar de relatar” (Meneses, 2018, p. 35). O tema da memória e do trauma e suas manifestações no psiquismo sempre inquietaram Freud, especialmente na obra *Além do princípio do prazer* (1920). O trauma pode ser entendido como um passado que sempre retorna ao momento presente e, no sonho do indivíduo traumatizado, não é a realização do desejo que se manifesta, mas conforme Freud (1920), a repetição da cena traumática.

Para Fabrício Paiva Araújo (2019), em sua tese de doutorado intitulada *HORRORES INIMAGINÁVEIS: memória, trauma e testemunho do Holocausto em Primo Levi*, em relação ao ato de narrar o testemunho esclarece que: “[...] pode funcionar como uma espécie de remédio para a mente angustiada e ajuda o sobrevivente a se desvencilhar, ainda que por um curto momento, da dor e do horror que geram o medo intenso e o sentimento de desamparo” (Araújo, 2019, p. 27). Desse modo, o fato traumático é considerado algo persistente.

Ainda corroborando o que está sendo dito, Araújo (2019) também reflete acerca da dor de quem testemunha um determinado fato. Na sua tese em questão, o narrador rememora um dos maiores genocídios da humanidade, conforme já antecipado no próprio título. Araújo (2019) assim se expressa: “Narrar experiências psicológicas muito agressivas é um exercício árduo e complexo, principalmente porque algumas de suas principais características trazem o cunho da denúncia e o desejo de exorcizar a dor” (Araújo, 2019, p. 28).

Araújo (2019) esmiúça magistralmente a narrativa testemunhal, a partir das obras de Primo Levi, que sobreviveu à prisão, assim como Sabina Kustin, em Bergen-Belsen, no campo de concentração de Auschwitz, graças ao acaso e à própria sorte. Ele viu outras pessoas sendo humilhadas e mortas, e escreveu o que viu e viveu em 1947, logo após retornar ao seu país natal, a Itália. Já Sabina Kustin narrou seu testemunho e publicou sua obra após ter chegado a São Paulo, em 1958, entretanto, desde adolescente, rabiscava num pequeno caderno seus medos e traumas, como forma exorcizá-los. A protagonista diz que: “Escrever sempre foi uma necessidade, um desejo, uma compulsão ou, simplesmente, uma válvula de escape, a única que

possuía” (Kustin, 2012, p. 19). A autora ainda narra: “Comecei a anotar meus sentimentos e o que sabia sobre o que se passava ao meu redor, quando tinha cerca de 12 anos” (Kustin, 2012, p. 19).

Assim como Meneses (2018) fez do trauma um tema importante e que, certamente, é essencial dentro desse referencial teórico, Araújo também explica que “o trauma é frequentemente abordado nas histórias contadas pelos judeus sobreviventes e parece ser um dos maiores estorvos deixados por eles” (Araújo, 2019, p. 30). Para o estudioso, essas narrativas comumente veem o trauma como uma espécie de maldição que persegue e atormenta a mente daqueles que conseguiram sobreviver ao genocídio nazista.

No artigo Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas, o teórico Márcio Seligmann-Silva (2008, p. 65) faz a seguinte ponderação em relação ao trauma dentro da narrativa de testemunho: “Nas “catástrofes históricas”, como nos genocídios [...] a memória do trauma é sempre uma busca de compromisso entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade”. Para ele, o testemunho é analisado como parte de uma complexa “política da memória.

O trauma pode ser aquilo que não se quer lembrar, entretanto, não se pode esquecê-lo, mesmo porque, ele não para de retornar à mente traumatizada. Os testemunhos de Sabina Kustin revelam que a violência física, patrimonial, psicológica e étnico-racial pela qual passavam todos os judeus deixaram-na traumatizada. A violência física está escancarada pelos maus-tratos físicos aos quais os judeus eram submetidos em todas as partes: quando invadiam suas casas, nas ruas e nos estabelecimentos públicos. A violência patrimonial está também expressa, visto que todos os bens dos judeus foram saqueados pelos nazistas. Tudo lhes era tomado: dinheiro, joias, terrenos, fazendas e casas. Eles eram impedidos de exercer suas profissões como médicos, dentistas, advogados, empresários, além de sofrerem outras proibições. Quanto à violência étnico-racial, está exposta pela memória coletiva todo tipo de perseguições. Eles eram aprisionados e submetidos a trabalhos forçados, eram fuzilados, espancados e mortos de todas as formas, só pelo fato de serem judeus.

2.4 Narrativa de filiação: o retorno à infância em busca de respostas

O objetivo deste subcapítulo é tratar do que seja Narrativa de filiação, aproximações conceituais e características, e em que sentido nosso objeto de estudo se enquadra nesta categoria, além de ser uma narrativa de testemunho.

Diz-se que as narrativas de filiação se originaram com os estudos de Dominique Viart (2008), escritor francês, e são manifestações contemporâneas ou desdobramentos do gênero autobiográfico.

A respeito de Dominique Viart, é interessante discorrer sobre traços de sua biografia, antes de falar da sua teoria. Ele é professor de literatura francesa na Universidade Paris-Nanterre e membro sênior do *Institut Universitaire de France* (turma de 2009, tendo sido reeleito em 2018). Especialista em literatura francesa contemporânea e "literatura no presente", teorizou profundamente sobre a noção de história de filiação. Foi a partir de suas ideias sobre essa vertente da autobiografia que muitos escritores passaram a estudar a narrativa de filiação, ou seja, um misto de registros sobre a investigação da memória de si com relação à infância e à vida dos progenitores. Essa narrativa tem como um dos fatos marcantes o legado da memória e do testemunho, sendo a transmissão da memória, de fato, um dos fatores preponderantes em tal narrativa. Viart (2008, p. 79) afirma que “a narrativa de filiação desloca a investigação da interioridade em favor da anterioridade, ou seja, o narrador faz uma prospecção da sua genealogia porque o conhecimento de si passa pela compreensão da vida do pai, da mãe ou dos avós”.

Para Viart (2008), os romances de filiação trazem aspectos da ascendência e ancestralidade. Entende-se por ancestralidade a herança ou a linhagem de uma pessoa ou de um grupo social, que inclui seus respectivos ancestrais e raízes familiares, que podem interferir em muitos aspectos da vida, ou seja, ritos, cultura, crenças, práticas e tradições, pois essas raízes são uma parte importante para a questão identitária de grupos ou de pessoas. O conceito de ancestralidade pode ser categorizado em duas partes: a biológica e a cultural. Enquanto a ancestralidade biológica diz respeito à linhagem genética de um indivíduo, a ancestralidade cultural engloba costumes, tradições e crenças. Esses dois aspectos geralmente estão intimamente interligados, pois as práticas e crenças culturais podem ser transmitidas de uma geração para outra, como os traços genéticos.

Muitos povos, como os judeus, por exemplo, foram perseguidos, hostilizados e mortos, e ainda hoje enfrentam a tentativa de silenciamento ou apagamento da história. No romance *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, objeto de nosso estudo, a protagonista Sabina Kustin nos revela os costumes e a tradição de seus ancestrais. Ela rememora não só seu sofrimento e trauma durante o holocausto, mas também a de seus antecessores, o que caracteriza sua obra como sendo um romance de filiação. Por meio da literatura, a autora reconstrói o ambiente de tortura e violência a que ela e seus predecessores foram submetidos. O legado familiar e cultural de Sabina Kustin é muito cruel. Ainda criança, ela não entendia por que seu

povo era tão hostilizado pelos nazistas; e mesmo já adulta, nunca compreendeu a razão de tanto ódio, que culminou no maior genocídio da história, pelo simples fato de serem judeus.

Sabina Kustin soube que sua família havia sido enviada nos transportes para os campos de Auschwitz e Treblinka: “[..] O que eu podia esperar naquele momento trágico? Só medo e terror. Todavia entendi o grande drama de minha sobrevivência: sabia que estava só” (Kustin, 2012, p. 48). Este trecho ilustra o tamanho da desolação, do medo e da violência extrema que milhares de crianças e adolescentes judeus sobreviventes tiveram que suportar para manterem-se vivos, o que nos leva a inferir que inúmeras delas preferiam morrer ao lado de suas famílias a viver em um país como apátridas, excluídas de seus direitos, solitárias em meio a uma multidão de estranhos que os olhava com ódio por não terem ainda morrido.

Por meio da narrativa de Sabina Kustin o leitor se depara com memórias individuais e coletivas – duas coisas indissociáveis – do povo judeu, com suas heranças culturais, sociopolíticas e familiares. Kustin (2012) expõe sua dor por ser judia em cada vestígio da memória, e narrar é um modo de extirpá-la de dentro de si, como tentativa de se reconstruir. Sabina Kustin (2012, p. 21) nos relata, por exemplo: “Ainda não sei como estou viva até hoje. É difícil imaginar o que passei desde criança. Sei que este livro poderá um dia se tornar um exemplo de vida”. Mais à frente, ela também narra: “Não restou uma só fotografia ou objeto da minha família. Dia após dia, eu sentia a necessidade de escrever o que eu e os outros passávamos: dor e humilhações físicas e morais” (Kustin, 2012, p. 59).

Para Margareth Costa, em seu artigo “Memória, exílio e escrita de si”, em *A Resistência* de Julian Fuks (2015) e *Azul Corvo*, de Adriana Lisboa (2014), “a narrativa de filiação é uma manifestação autobiográfica que tem uma ampla tendência a contemplar textos referenciais como autoficcionais” (Costa, 2021, p. 249). Outro aspecto tratado em seu artigo são os fatos memoráveis da vida do narrador. A autora, assim, esclarece: “A retrospectão de minha vida, dos fatos ligados à minha vida e que me foram narrados pelos membros de minha família, ou encobertos por eles, faz com que nos questionemos: minhas lembranças são histórias que me contaram ou são fatos verdadeiros?” (Costa, 2021, p. 253). Ela nos dá um esclarecimento que sempre que os adultos voltam em retrospectiva à sua infância para narrar suas memórias, sejam elas afetivas ou traumáticas, se dá o que se denomina por narrativa de filiação.

Costa (2021), além de fazer referências à obra de Viart (2008), também aborda outros teóricos, como Jovita Noronha (2014), por exemplo. Para Noronha, o fato de o autor tomar a si próprio como personagem de sua história já está apontando para uma ficcionalização de si mesmo. Em se tratando de Jovita Noronha, ainda no mesmo artigo, Costa (2021) aponta para o que ela diz sobre o que vem a ser a chamada autoficção fantástica: “O escritor está no centro

do texto como em uma autobiografia (é o herói), mas transfigura sua existência e sua identidade, em uma história irreal, indiferente à verossimilhança” (Noronha, 2014, p. 1).

Quando se fala de narrativa de filiação, tem-se a ideia, conforme dizem alguns autores, de anterioridade, ou seja, para falar de si o narrador se remete à figura de um ancestral, e também são partilhadas não somente tradições, como também reminiscências e traumas. Em relação ao foco narrativo, nos romances de filiação, pode-se mesclar primeira e terceira pessoas. É, portanto, uma forma de resgatar um passado do qual o narrador pode não ter feito parte, e nem ter sido testemunha, mas que pode ter sido decisivo para sua vida atual. Conforme Viart (2008): “O relato do outro – pai, mãe ou tal antepassado – é o desvio necessário para chegar a si, para se compreender nessa herança: a narrativa de filiação é um substituto da autobiografia” (Viart, 2008, p. 80). Figueiredo (2016), a partir das ideias de Dominique Viart, assegura que perder referências no mundo contemporâneo faz com que procuremos reconstruir a história de nossas origens, a fim de compreendermos melhor essa tal herança. Investigar essa ancestralidade herdada é uma possibilidade, por parte do narrador, de falar de um outro para, de fato, falar de si mesmo ou não. Essa volta ao passado por meio de textos escritos, portanto, torna-se imprescindível como forma de reencontro com os ancestrais.

No próximo capítulo, abordaremos, primeiramente, aspectos biográficos da autora Sabina Kustin, uma sobrevivente do Holocausto, e a recepção crítica de sua obra. Em seguida, trataremos do contexto histórico da Segunda Guerra Mundial e apresentaremos um resumo da obra.

3 SABINA KUSTIN: uma sobrevivente contemporânea e a recepção crítica de *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*

Este terceiro capítulo tem o objetivo de, além de pontuar traços biográficos da autora, apresentar como se deu a recepção de sua obra. Apresentamos o contexto histórico da Segunda Guerra Mundial e, também, de forma resumida, a obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, que é o *corpus* de nossa pesquisa.

Para escrever sobre a fortuna crítica de Sabina Kustin, não adotamos uma ordem cronológica, mas apenas enfatizamos os trabalhos publicados em livros impressos, e-books, revistas eletrônicas e artigos em periódicos científicos de circulação nacional e internacional. Delimitamos, além disso, a exposição de sua fortuna crítica em uma dissertação de mestrado e quatro teses de doutorado, acessíveis nos bancos de teses dos Programas de Pós-Graduação no Brasil.

Podemos destacar também que Sabina Kustin foi entrevistada por Rachel Mizrahi no dia 18 de novembro de 2008. A entrevista foi concedida ao Núcleo de História Oral Arqshoah e TV USP, cujo vídeo está disponível. Os pesquisadores presentes na entrevista foram Rachel Mizrahi, Pedro Ortiz e Lilian Ferreira de Souza, e a transcrição foi feita por Dianaluz da Costa Leme Corrêa.

A primeira consideração importante a fazer é de que os estudos sobre Sabina Kustin – artigos, periódicos, e-books – se estendem em poucas unidades federativas brasileiras, tendo, contudo, uma maior incidência em São Paulo, o que é previsível, dado ser o estado em que se instalou Kustin, e também aquele com maior produção universitária do país. No entanto, a produção paulista é, surpreendentemente, quase igualada pela de Minas Gerais. Apenas bem depois dessas duas unidades surge, em matéria de frequência de estudos sobre Sabina Kustin, o Distrito Federal, especificamente, a Universidade de Brasília – UnB, o Paraná e a Bahia.

No que toca às áreas de conhecimento em que se situam os artigos, dissertações e teses que fazem referência à obra de Sabina Kustin, há um dado bem previsível: grande parte dessa produção acadêmica se deu no interior dos cursos de Letras. A editora Humanistas, ligada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, lançou, em 2012, a segunda edição da obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin. A primeira edição foi lançada pela mesma editora, em 2005. Para o lançamento da segunda edição, a editora publicou o seguinte texto:

A Editora Humanitas, ligada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Usp, acaba de lançar a segunda edição da obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin. O livro, que faz parte da coleção *Testemunhos*, do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) da USP, conta a trajetória de vida de Sabina Kustin, sobrevivente do nazismo alemão e da violência urbana de São Paulo. A obra simboliza um protesto contra a degradação da retórica política, a injustiça e o genocídio (Humanitas, 2012, [n.p.]).

Em sua tese de doutorado, intitulada *Mulheres perante a História: o reencontro com o passado em O que os cegos estão sonhando? e Os memoráveis*, Amanada Dal’Zotto Parizote (2019) apontou que, no Brasil, a literatura sobre a Shoah não é tão presente quanto na Europa, provavelmente “em função da distância geográfica do fato, o que fez com que os efeitos do genocídio não fossem vivenciados com tanta proximidade” (Parizote, 2019, p. 74). Mesmo assim, esta autora destaca 15 autores, brasileiros ou imigrantes europeus, que escreveram não só sobre a Shoah, como também sobre outros eventos de barbárie, ou que investiram na literatura de testemunho, como por exemplo, Joseph Nichthauser (1972), com *Quero viver... memórias de um ex-morto*; Bem Abraham (1972), com *E o mundo silenciou*; Konrad Charmatz (1976), autor de *Pesadelos, como é que eu escapei dos fornos de Auschwitz e de Dachau*. Entre os autores, deparamo-nos com a obra de Sabina Kustin.

Fátima Rejane de Meneses (2018) defendeu sua tese de Doutorado pela Universidade de Brasília – UnB, cuja temática é o holocausto como expressão do mal, sob o ponto de vista da literatura testemunhal e da memória. O trabalho foi desenvolvido por meio da análise de 6 obras, entre elas *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin. Segundo Meneses (2018, p. 9), “os autores das obras que compõem o corpus literário levam para seus escritos as marcas do nazismo – época em que o mal e a destruição imperaram de forma significativa e singular. Os relatos sobre o holocausto reconstróem a imagem que se tem desse fato histórico e sua repercussão no mundo”.

Évila Ferreira de Oliveira em sua tese, defendida na Universidade Federal da Bahia, em 2016, cujo título é *Auschwitz e Os anos de chumbo”: resistência e testemunho na escrita de Charlotte Delbo e Lara de Lemos*, refere-se à obra de Sabina Kustin em uma nota de rodapé. A autora da tese se reporta ao escritor Seligmann-Silva (2007) ao tratar sobre testemunhas primárias, e afirma que Sabina Kustin se enquadra nesse grupo:

Dentre os autores considerados “testemunhas primárias” este crítico destaca: Boris Schnaiderman/*Guerra em surdina* [...] Recentemente foram publicadas as obras de: Aleksander Henryk Laks e Tova Sender/*O Sobrevivente. Memórias de um brasileiro que escapou de Auschwitz* (2000) e Sabina

Kustin/*A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005) (Oliveira, 2016, p. 84).

Patrícia Lopes da Silva (2020) defendeu a tese *Exílio e deslocamento feminino: a Literatura nômade de Elisa Lispector*, na Universidade Federal de Uberlândia-MG, na qual se reporta à obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin (2012) ao falar da presença da escrita testemunhal no Brasil, baseando-se no teórico Seligmann-Silva, bem como no tópico 3.4 - *Desterro: entre a insegurança e a oscilação* (p. 122). A autora da tese, além de referenciar a obra, apresenta alguns trechos, a título de ilustração. Na mesma tese, Patrícia Lopes da Silva também se refere à obra de Sabina Kustin ao tratar, apoiada em Halbwachs, de memória coletiva:

Segundo o autor, a memória coletiva não se sobrepõe à individual. Há uma junção entre a memória individual e a coletiva. Nas narrativas de testemunho, como Primo Levi, Sabina Kustin há uma repetição de fatos violentos, e essa experiência é vivida por muitas pessoas, reforçando as lembranças particulares, mas, ao mesmo tempo, é endossada pela memória coletiva, sendo nos períodos de crise a lembrança mais importante (Silva, 2020, p. 137).

Larissa Silva Nascimento, em sua dissertação de Mestrado defendida em 2012, na Universidade de Brasília – UnB, cujo título é *Para além das cercas de arame farpado: o Holocausto em Maus, de Art Spiegelman, e em Os emigrantes, de W. G. Sebald*, aponta que há um significativo reconhecimento das literaturas de testemunho. Afirma que “muitos, sobreviventes, antes silenciados, acabam vendo uma oportunidade para publicarem suas memórias, como é o caso da naturalizada brasileira Sabina Kustin, com o livro *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*” (Nascimento, 2012, p. 72).

No livro *Devorando vozes: sobre literatura, identidade e memória* (2020), publicado pela editora Pedro & João Editores, cujos organizadores são: Juliana Sousa, Aline Silva e Francisco Oliveira, há o artigo *A fundação Shoah como promotora da memória: uma leitura sobre a vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Patrícia Cezar da Cruz. Logo no início do artigo, a autora afirma que “a Fundação dos Sobreviventes da História Visual do Shoah, fundada por Steven Spielberg em 1994, tem buscado compilar e organizar depoimentos de judeus que foram testemunhas do Holocausto, a fim de dar voz aos que têm alguma coisa a declarar sobre o que vivenciaram em campos de concentração” (Cruz, 2020, p. 43). Em seguida, ficamos sabendo que entre os inúmeros testemunhos que a Fundação Shoah tem recolhido, ao longo dos 23 anos de documentação, está o de Sabina Kustin, conhecida como “Jaffa”. “Sabina deu seu depoimento para a Shoah em 23 de outubro de 1996. Ao receber seu testemunho, a Fundação escreveu sobre a importância de se ‘aprender para sempre lembrar’” (Cruz, 2020, p.

44). Ao longo do artigo, a autora faz 6 referências à vida de Sabina Kustin e à obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*. Patrícia Cruz afirma que:

Noutras palavras, mesmo com os testemunhos apresentados e muitos estudos sobre os testemunhos do Holocausto estejam em andamento, as palavras de Sabina Kustin são claras no sentido de que muito pouco foi dito sobre o extermínio de milhões de judeus em campos de concentração, além daqueles mortos nos guetos mesmo e pelas ruas de cidades como Lodz, onde Sabina nasceu (Cruz, 2020, p. 52).

Da mesma forma, no e-book nomeado Arquivos, memórias sensíveis e educação (2019), há um artigo cujo título é *Berger-Belsen: memória, Literatura e História, de Mônica Peralli Broti*. O e-book é fruto do III Simpósio Temático Arquivos & Educação, evento promovido pelo Grupo de Pesquisa CNPq Arquivos, Educação Práticas de Memória: diálogos transversais (UFMG/Unicamp). A autora do artigo, Mônica Peralli Broti, afirma que “a narrativa escrita pelo sobrevivente de sua terrível experiência nos campos de extermínio indica a ânsia da vítima em “precisar” dizer a sua história; ou seja, falar sobre seu trauma, para renovar sua existência” (BROTI, 2019, p. 37). Em suas considerações finais, a autora cita, entre outras, além da que ela analisou, a obra de Sabina Kustin como uma narrativa compartilhada do trauma experimentado no Holocausto.

Lizandro Carlos Calegari publicou, em 2019, um artigo na Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo. Seu objetivo no trabalho foi analisar o livro *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005), de Sabina Kustin, considerando o trauma da vítima, a memória e a importância do relato testemunhal. Ele também escreveu outro artigo na revista Contexto, no mesmo ano, tratando de testemunho, do trauma e da memória. Desta vez, na obra *Rumo à vida* (1979), de Olga Papadopoul. Apesar de ser outra obra, o autor faz duas referências, nas páginas 30 e 33, ao livro de Sabina Kustin:

Dentro da primeira tendência, isto é, dos testemunhos primários, Seligmann-Silva (2007) menciona os seguintes relatos e autores: *Quero viver... memórias de um ex-morto* (1972), de Joseph Nichthausen [...] *Rumo à vida* (1979), de Olga Papadopoul [...] e *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005), de Sabina Kustin (Calegari, 2019, p. 30).

Calegari (2019) ainda cita que:

Diferentemente de *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005), de Kustin, por exemplo, que traz várias fotos, *Rumo à vida*, de Papadopoul, não conta com tais recursos. Porém, da mesma forma que o texto de Kustin, o relato de Papadopoul narra sua vida, mesmo que brevemente, depois de sua chegada ao Brasil (Calegari, 2019, p. 33).

Calegari (2018) publicou na revista *Literatura em Debate*, volume 2, o artigo *A Literatura da Shoah no Brasil como Literatura de resistência: notas sobre Quero viver... Memórias de um ex-morto, de Joseph Nichtauser*, no qual se reporta ao livro de Sabina Kustin, na página 6, como sendo uma obra que se enquadra no rol da literatura da Shoah produzida no Brasil. Segundo ele, “pode-se definir essa literatura como um conjunto de relatos, redigidos no Brasil e em língua portuguesa, que tematizam a experiência de escritores com a Shoah nazista” (Calegari, 2018, p. 6).

No artigo *Trauma e testemunho em No exílio* (romance de Elisa Lispector), publicado na revista eletrônica *Todas as musas*, ano 13, número 1, dezembro 2021, os autores Patrícia Lopes da Silva e Osmar Pereira Oliva referem-se à obra de Sabina Kustin, na página 6. Eles citam três obras que são apontadas como escrita testemunhal, produzidas no Brasil, que tratam especificamente sobre o holocausto, entre elas o livro *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*: “[...] algumas obras brasileiras tratam especificamente do holocausto, alguns deles vivenciaram especificamente os horrores na Europa e depois escreveram. Dentre eles, [...] Sabina Kustin, *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*” (Oliva; Silva, 2005, p. 6).

O artigo “*Uma história difícil de ser contada*”: *A experiência do deslocamento forçado e os dilemas da memória e do esquecimento*, de autoria de Roseli Boschilia (2021) traz em suas referências e em nota de rodapé o texto de Calegari *Trauma, memória e testemunho em “A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto”*, de Sabina Kustin: “[...] não podemos deixar de referir o trabalho de autores como [...] Calegari (2019), que, a partir da metodologia da história oral, se debruçaram sobre narrativas que enfocam o trabalho forçado em campos de concentração” (Boschilia, 2021, p. 21).

O registro dos testemunhos daqueles que sobreviveram ao Holocausto procurando refúgio no Brasil, considerado um dos países que acolheram judeus perseguidos pelos nazistas, é um dos objetivos do Núcleo de Estudos, ligado à USP, Arquivo Virtual sobre o Holocausto e Antissemitismo – ARQSHOAH. Até o presente momento, o ARQSHOAH conta com 354 testemunhos gravados em vídeo e áudio. Entre eles, o de Sabina Kustin.

Na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, há um Núcleo de Estudos Judaicos, fundado em 2005, que reúne pesquisas sobre Literatura, Cinema, História e áreas afins, com o intuito de promover e divulgar investigações acadêmicas e artísticas nessa área. Uma das obras que contribuíram para pesquisas acadêmicas foi o livro *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2005), de Sabina Kustin.

Por fim, é pertinente falar também do autor Márcio Seligmann-Silva. Ele publicou, em 2007, na Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, o artigo Literatura da Shoah no Brasil, e refere-se à obra de Sabina Kustin ao longo da página 7. De acordo com Seligmann-Silva, o livro, apesar de ter como autora Sabina Kustin, foi escrito sob orientação da Profa. Maria Tucci Carneiro. “Isso em parte explica as longas passagens com detalhes históricos no livro e o linguajar acadêmico de muitos de seus trechos, que contrastam com a linguagem coloquial e o tom familiar do resto do livro” (Seligmann-Silva, 2008, p. 7).

Em outro artigo intitulado *Testemunho da Shoah e Literatura*, Seligmann-Silva (2008) faz referência ao livro de Sabina Kustin, no tópico *Escrituras da Shoah no Brasil* (a partir da página 9). O estudioso cita algumas obras brasileiras que, segundo ele “trataram especificamente do holocausto”. São obras daqueles que vivenciaram os horrores na Europa e depois escreveram sobre o holocausto. Para ele, “todos praticamente esquecidos pela história literária” (Seligmann-Silva, 2008, p. 9).

Certamente, considerando a relevância do tema, a obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012), de Sabina Kustin, continuará sendo referência para diversas outras pesquisas.

3.1 Contexto histórico da Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito entre o liberalismo democrático e o totalitarismo de direita. Na Europa, deu-se, principalmente, entre a Alemanha nazista e a antiga União Soviética –URSS, Inglaterra, França e Itália e na região do oceano Pacífico entre o Japão e os Estados Unidos. A Segunda Guerra Mundial foi também considerada um conflito marcante na história da humanidade, por diversas razões, sendo uma delas o grande número de mortes. Entre os anos de 1939 e 1945, 72 nações, incluindo o Brasil, envolveram-se em operações militares que resultaram na morte de cerca de 60 a 70¹ milhões de pessoas.

Para se compreender melhor os motivos que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial, é importante conhecer o contexto histórico daquela época. Um dos principais pontos é o fato de que os países vencedores da Primeira Guerra Mundial, compreendida entre os anos de 1914 e 1918, consideraram a Alemanha culpada pelo conflito. Por conta disso, o Estado

¹ SILVA, Daniel Neves. **Segunda Guerra Mundial**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm#:~:text=A%20Segunda%20Guerra%20Mundial%20estendeu,1%C2%BA%20de%20setembro%20de%201939>. Acesso em: 15 ago. 2023.

alemão teve de assinar o Tratado de Versalhes, em 1919, fazendo com que perdesse territórios e tivesse que pagar altas indenizações. Em consequência desse tratado, a Alemanha entrou em uma grave crise político-econômica. Tal fato deixou nos alemães um sentimento de injustiça, gerando neles uma sede de vingança.

Uma década depois, a quebra da bolsa de Nova Iorque culminou na Crise de 1929, que agravou a recessão econômica na Alemanha, levando à escassez de alimentos e ao aumento da inflação e resultando em uma sensação de impotência que se propagava entre os alemães, que buscavam uma solução imediata para resolver esse problema. A ascensão de dois regimes totalitários na Europa, especificamente na Itália e na Alemanha, influenciou no início da Segunda Guerra Mundial.

Não era somente a Alemanha que passava por uma grave crise econômica, enfrentando níveis elevadíssimos de desemprego e inflação, além de uma baixa queda de produção nas indústrias. Na Itália, pairava também um cenário nada animador, e em meio a tudo isso, Benito Mussolini fundou o Partido Fascista, em 1919. As principais características desse partido eram: o ultranacionalismo e a oposição à democracia liberal e ao socialismo que se instalou na União Soviética – URSS após a Revolução Russa de 1917. A Revolução Russa e a ascensão do socialismo no país que viria a formar a URSS é um ponto chave não só para se entender o fascismo italiano como a Segunda Guerra Mundial. Como várias classes sociais temiam que a ideologia se espalhasse pela Europa, muitas optaram por apoiar regimes totalitários, como o liderado por Mussolini.

O Partido Fascista tinha o apoio dos burgueses e da Igreja Católica, além de outros setores da sociedade civil. Em 1922, Benito Mussolini marchou com os chamados “Camisas Negras” (como eram conhecidos os militantes fascistas) em Roma, em uma grande manifestação a favor do Partido Fascista. Pouco tempo depois, o então primeiro-ministro italiano, Luigi Facta, renunciou ao cargo e foi substituído por Mussolini, convidado pelo rei Vitor Manuel II para comandar o governo. Enquanto estava no poder, o Partido Fascista tornou-se, obviamente, o único partido permitido na Itália. Este perseguiu e matou adversários políticos e também implantou o corporativismo – modelo que colocava os sindicatos de patrões, bem como de empregados, sob o controle do governo. Os discretos ganhos econômicos obtidos pelo Partido Fascista que agiu nessa esfera, principalmente, por meio de incentivo a obras públicas, foram abalados com a Crise de 1929. A partir da recessão, Mussolini passou a apostar na expansão territorial como uma estratégia de resolver e colocar em segundo plano os problemas internos da Itália.

O Tratado de Versalhes, como já mencionado, firmado após a Primeira Guerra Mundial, prejudicou profundamente a Alemanha, fazendo surgir um sentimento de revanchismo. A respeito do referido tratado, o teórico Eric Hobsbawn, em seu livro *A era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*, faz a seguinte afirmação: “Não é necessário entrar em detalhes da história do entreguerras para ver que o acordo de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. Estava condenado desde o início, e portanto outra guerra era praticamente certa” (Hobsbawn, 1995, p. 40).

A precária situação econômica do país não conseguiu ser revertida pelo governo republicano, que assumiu o país após 1918 e, como alternativa, em 1919, surgiu o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães – o Partido Nazista. Comandado pelo ex-cabo do exército Adolf Hitler, o Partido Nazista compartilhava crenças com o Partido Fascista italiano, como o ultranacionalismo, mas trazia em seu bojo uma nova característica: o racismo. A ideia difundida por Hitler e seus apoiadores era de que os alemães pertenciam a uma raça pura e superior, ou seja, a raça ariana, e que as demais etnias deveriam ser subjugadas ou exterminadas. O pesquisador Fabrício Paiva Araújo, em sua tese de doutorado intitulada *HORRORES INIMAGINÁVEIS: memória, trauma e testemunho do Holocausto em Primo Levi*, reporta-se a esse extermínio quando afirma que:

A matança deliberada de judeus patrocinada pela Alemanha nazista e promovida pelo líder nazista Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial é largamente conhecida como um dos maiores crimes contra a humanidade. O programa sistemático de assassinato em massa, com o intuito de se fazer uma limpeza étnica, levou à morte cerca de seis milhões de judeus nos campos de concentração e campos de extermínio (Araújo, 2019, p. 41).

É difícil imaginar como a população alemã apoiava essas ideias, mas devido ao discurso demagógico e populista, o Partido Nazista e a figura do líder Adolf Hitler apelavam para os sentimentos populares de que a Alemanha sofreu uma injustiça pelo Tratado de Versalhes. Além desse apelo, o discurso era demagógico, por acusar um culpado pelos problemas socioeconômicos causados à Alemanha, que viria a ser a comunidade judaica. Desse modo, a comunicação direta com a população, que era realizada, principalmente, por meio das rádios e dos jornais impressos, os dois grandes meios de comunicação de massa da época, fez com que o discurso nazista fosse assimilado e aceito por uma grande parte da população.

Em 1932, tendo o apoio da burguesia e de setores conservadores da sociedade, o Partido Nazista conquistou diversas vagas no parlamento, por meio das eleições. Um ano depois, Hitler foi nomeado primeiro-ministro e, em 1934, chefe do governo e de Estado, passando, assim, a ser chamado de *Führer* (líder), inaugurando o *III Reich* (império). Ações do Partido Nazista,

como o intervencionismo econômico, fortaleceram a indústria alemã e diminuíram as taxas de desemprego. Demais partidos políticos foram proibidos, jornais que faziam oposição foram fechados, e minorias, como os judeus, foram perseguidas. Em total desrespeito ao Tratado de Versalhes, Hitler militarizou novamente a Alemanha.

Com cenários políticos e econômicos tão parecidos, foi apenas uma questão de tempo até a Alemanha e a Itália formarem uma aliança, em 1936, quando os dois países assinaram um tratado de colaboração. A assinatura desse tratado e, conseqüentemente, a criação do Eixo Berlim-Roma, nasceu não apenas por conta das semelhanças ideológicas dos dois governos totalitários, mas também devido ao isolamento internacional que os dois Estados enfrentavam. A Alemanha foi excluída da comunidade internacional com o Tratado de Versalhes, sendo até mesmo impedida de integrar a Liga das Nações, organização internacional fundada após a Primeira Guerra Mundial, num primeiro momento. Por sua vez, a Itália sofreu sanções internacionais severas após invadir o norte da África. Quando a Alemanha não aderiu às sanções, abriu-se uma porta para a aproximação entre os dois países.

Como o nazismo visava impedir a expansão da União Soviética e do socialismo em direção à Europa ocidental, os outros países da região não se opuseram ao crescimento alemão, nem mesmo quando houve a remilitarização e as invasões de outros territórios. Já a desconfiança sobre a aproximação entre Itália e Alemanha foi minimizada com um discurso de Mussolini, que afirmou que a implementação do eixo Berlim-Roma não estava voltada contra outros países, e que os nazistas e fascistas desejavam a paz.

Do mesmo modo, em 1936, a Alemanha assinou pactos com a Espanha, a fim de apoiar o governo ditatorial de Francisco Franco, e com o Japão, tendo como objetivo frear a expansão soviética sobre a Ásia. Já em agosto de 1939, em Moscou, encontraram-se Ribbentrop e Molotov, respectivamente ministros das Relações Exteriores da Alemanha e da União Soviética, e os dois países assinaram o Pacto Germânico-Soviético de não agressão, cujas cláusulas mais importantes permaneceram secretas. Durante o ano de 1938, a Alemanha nazista anexou a Áustria e parte da antiga Tchecoslováquia. Esse desejo por aumentar seu território foi baseado na Teoria do Espaço Vital, ideia que surgiu do sentimento alemão de revolta por ter perdido terras após a Primeira Guerra Mundial. A teoria ainda pregava que a raça ariana deveria ter um único território e expandi-lo ao máximo, formando “um guia, um império, um povo”, segundo o próprio Hitler afirmava.

Após Adolf Hitler invadir a Polônia, deu-se início à Segunda Guerra Mundial. O historiador inglês Tony Judt, em seu livro *Pós-guerra: História da Europa desde 1945*, cita que:

(...) ao contrário da Primeira Guerra Mundial, a segunda – a guerra de Hitler – foi uma experiência quase universal e durou muito tempo, quase seis anos para os países que estiveram nela envolvidos desde o início, como foi o caso da Grã-Bretanha e da Alemanha (Judt, 2005, p. 36).

Logo após o decreto de guerra, os alemães invadiram e ocuparam a Dinamarca, a Noruega, a Holanda e a Bélgica. Em 1940, as tropas nazistas avançaram e ocuparam o sul da França. Logo após, formou-se o Eixo, pacto de apoio mútuo entre Alemanha, Japão e Itália contra o ataque de países ainda não envolvidos na Segunda Guerra Mundial, como os Estados Unidos. A oposição ao Eixo ficou conhecida como os Aliados, sendo formada por alguns países, e tendo como lideranças o Reino Unido e a França, em um primeiro momento.

O Pacto Germânico-Soviético foi quebrado por Hitler, em 22 junho de 1941, e ele invadiu a União Soviética. As tropas nazistas chegaram perto de conquistar as cidades de Stalingrado e Leningrado, que resistiram a um longo cerco, com aproximadamente um milhão de pessoas mortas, mas em novembro tais tropas foram derrotadas pelo Exército Vermelho, como eram conhecidas as tropas soviéticas que usaram o rigoroso inverno russo como arma.

Ao quebrar o tratado com a URSS, os alemães fizeram a Segunda Guerra Mundial aumentar suas proporções. Em 1941, os soviéticos juntaram-se aos Aliados, levando a Alemanha a ter que lutar em duas frentes: a oeste, com os ingleses; e a leste, com o Exército Vermelho.

O partido nazista perseguia minorias com vistas à purificação da Alemanha, sendo os judeus as principais vítimas que passaram a ser deportados e executados em massa. Com a instalação de campos de concentração e extermínio e de campos de trabalho na Alemanha e na Polônia, estima-se que cerca de seis milhões de judeus foram mortos ao final da Segunda Guerra Mundial. Esse massacre, o Holocausto, foi o maior crime contra a humanidade.

3.2 A obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin

Além de ser um testemunho, o livro de Sabina Kustin é um depoimento histórico sobre o Holocausto², e uma grave denúncia contra o genocídio. O livro de 147 páginas é dividido em quatro capítulos, com títulos que trazem os nomes das principais fases de sua vida: 1- Tempos sombrios; 2 - Minha história, meu passado; 3 - Minha vida após a libertação; e 4 - Fé na vida. Além dos quatro capítulos e da introdução, o livro também traz uma cronologia do Holocausto,

² Na obra em questão, a autora emprega ora *Shoah* ora Holocausto. Neste estudo, portanto, emprego apenas o termo Holocausto.

um índice remissivo e um índice de imagens. Ainda há, antes da introdução, o prefácio da professora Maria Luíza Tucci Carneiro e um pequeno texto de 6 páginas intitulado primeiras palavras.

A narrativa de Kustin engloba os anos de 1939 a 1945, com um pequeno resumo de tudo aquilo que aconteceu em sua vida no campo de concentração de Bergen-Belsen. Dos primeiros anos do pós-guerra, sua adesão ao movimento sionista, o ataque ao navio Exodus no ano de 1947, a fundação do Estado de Israel, sua vida lá até sua vinda para o Brasil e como se radicou na capital paulista, em 1958. Enfim, um testemunho de sua sobrevivência e dos temores da perseguição nazista.

A autora afirma em seu testemunho ser impossível não considerar, de certa forma, que os alemães se calaram de forma proposital, e assim o fizeram, na tentativa de sobreviver, já que as punições eram severas para aqueles que ajudavam os judeus ou que não os delatavam. A escritora relata: “Precisei viver de esmolas e da boa vontade das vizinhas, que me conheciam desde que nasci” (Kustin, 2012, p. 51). Ainda narra: “Elas arriscavam a vida ao me dar, à noite, um pouco de comida. Caso os alemães descobrissem uma única criança judia no prédio, todos os moradores seriam mortos” (Kustin, 2012, p. 51). Por outro lado, os alemães trabalhavam em causa própria, atraídos pela propaganda nazista de soberania e pelo mito de Hitler, cultuado pela sociedade alemã, conforme se lê no seguinte fragmento: “Adolf Hitler, após 1933, foi recebido com simpatia não apenas na Alemanha, mas também em outros Estados cujos líderes nutriam ódio secular aos judeus” (Kustin, 2012, p. 30).

A escrita de Kustin é feita de fragmentos da memória, e a necessidade de contar, como uma espécie de catarse, é mostrada em toda sua narrativa, mesmo entremeada de silêncios. Talvez o medo e as imagens traumáticas que vêm à sua mente afastem as lembranças individuais, mas, conforme afirma Halbwachs (2013), no que tange à memória “Lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos [...] Isso acontece porque jamais estamos sós” (Halbwachs, 2013, p. 30). Existe, então, uma estreita relação entre a memória coletiva e a individual, visto que ela toma corpo quando é compartilhada por mais de um indivíduo.

Em 9 de novembro de 1938, aconteceu a Noite dos Cristais, um marco na história da Alemanha nazista, um ato de violência coletiva organizado em alta escala. Deu-se início ao aprisionamento em massa de judeus, quando foram destruídos os estabelecimentos comerciais de judeus e grande parte das sinagogas em toda a Alemanha. Muitos judeus souberam, a partir de então, que não tinham mais como viver naquele país, e que precisavam emigrar urgentemente de lá para não sofrerem ainda mais. Fugir também era difícil, pois eram muitos judeus fugindo

ao mesmo tempo, de forma intensa, e isso exigia, além de dinheiro, o desapego de tudo o que eles tinham construído até aquele momento: objetos, lembranças, o lar, negócios e todos os seus bens. Sabina Kustin, chamada em polonês Jaffa ou Iáfa – nome recebido em Israel e como costuma ser chamada pelas pessoas mais próximas – conta a história de sua vida desde a infância, o período em que se escondeu no subsolo de uma igreja por quase dois anos depois da invasão da Polônia pelos nazistas, em 1939, quando foi salva, felizmente, por um padre. Depois, num campo de concentração, onde sobreviveu até as “penúltimas consequências”; em seguida, em Israel e, por fim, no Brasil, país em que reside até hoje.

O início do relato mostra a dimensão do que foi sua vida. Segundo ela mesma, nasceu já adulta. Não teve infância e pensa nunca ter sido criança. Kustin diz que começou a escrever aos 12 anos de idade, e tentou registrar tudo o que via e sentia, mas perdeu esses rascunhos em consequência das tribulações que enfrentou, voltando a escrever anos depois da tragédia da qual ela mesma foi a personagem. Seu relato foi documentado e gravado em 23 de outubro de 1996, pela Fundação *Survivors of the Shoah*, presidida pelo cineasta Steven Spielberg, e serviu de suporte ao filme *A lista de Schindler*, entre outros testemunhos do holocausto. Sabina Kustin (2012) apresenta na obra suas crenças e princípios, além de discutir temas como o valor da vida humana, as atrocidades cometidas pela humanidade em geral, a fome que assola o mundo, as guerras, a necessidade de sempre buscar o diálogo e lutar cotidianamente a favor da paz e da liberdade.

É uma narrativa de testemunho de teor eminentemente histórico, com sua passagem pelo gueto de Lodz e pelo campo de concentração, sua viagem no navio Exodus 1947, os julgamentos dos nazistas em Nuremberg, na Alemanha, e a fundação do Estado de Israel. O teórico Seligmann-Silva (2008), a respeito da narrativa testemunhal, afirma que “Todo testemunho é único e insubstituível. Esta singularidade absoluta condiz com a singularidade da sua mensagem. Ele anuncia algo excepcional” (Seligmann-Silva, 2008, p. 72). A narrativa de Kustin abrange assuntos mais recentes à época em que narra: o terrorismo no mundo, a fome e a miséria, as drogas, a violência urbana de São Paulo, da qual ela mesma foi uma vítima. Ela não se restringe, entretanto, ao holocausto. Embora judia, não pautou sua vida apenas por essa condição, mas pelo desejo de sobreviver à guerra e vencer as adversidades. Protegida por um padre, ela aprendeu um pouco dos princípios cristãos, conheceu e reza sempre a oração católica Pai-nosso, e também a necessidade de sempre ter respeito com as outras religiões.

Ela termina a introdução afirmando que seu livro foi escrito em primeira pessoa, do seu próprio punho, e na fase de publicação esteve sob a orientação da professora Maria Luiza Tucci Carneiro, responsável pela Coleção Testemunhos. Sabina Kustin (2012) foi a única que incluiu,

conforme dito acima, uma cronologia do holocausto, de 1933 a 1945, um banco de imagens e um índice remissivo, o que reforça sua característica de testemunho histórico. Os registros fotográficos vão desde a deportação dos judeus, os trabalhos forçados nos guetos, até fatos de sua vida particular em Israel, em viagens por alguns países e cenas pessoais da vida social e familiar na cidade de São Paulo. Esta autora apresenta um panorama histórico: a Segunda Guerra Mundial; a comunidade judaica e a chegada de Hitler ao poder em 11 de abril de 1933, com o lema *Die Juden sind am allem schuld* (“Os judeus são culpados de tudo”); as mudanças ocorridas, em seguida, na Alemanha, bem como as invasões da Holanda e da Bélgica, da França, da Grécia, da Rússia, da Polônia, e de outros países; a criação do primeiro campo de concentração na Alemanha, em 21 de março de 1933, com o objetivo de prender os adversários do regime nazista – campo de presos políticos.

Sabina Kustin (2012) narra que sua cidade natal, Lodz, localizada na região central da Polônia, tinha uma população estimada em mais de 600 mil habitantes, sendo metade deles judeus. A maior, entre suas várias indústrias têxteis, era de propriedade de uma grande família judaica. Os nazistas invadiram a cidade no dia 6 de setembro de 1939 e perseguiram, bateram, humilharam e mandaram para trabalhos forçados todos os judeus. Os mais idosos e os religiosos também foram torturados e assassinados. Muitos dados estatísticos foram certamente recuperados pela autora após a guerra, que em nada diminui seu valor. Ao contrário, reforçam também o teor histórico de seu testemunho.

No capítulo 2, Minha história, meu passado, Sabina Kustin faz relatos que envolvem sua experiência como judia. Pode-se dizer que teve uma infância feliz: “Até os 10 anos de idade, eu tive uma infância. Uma infância feliz, cheia de brincadeiras e travessuras na Polônia, minha terra natal [...]” (Kustin, 2012, p. 35). Ela fala de sua ascendência e da vida com os pais, os avós, os tios, os primos e o irmão gêmeo, Felek, e também das comemorações do calendário judaico. Ela pertencia a uma família judia tradicional, mas não ortodoxa. Assim, ela narra: “As comemorações do calendário judaico aconteciam na casa de meus avós ou dos meus tios. Meu pai e meu irmão frequentavam a sinagoga, mas nós mulheres, como era usual na época, não íamos” (Kustin, 2012, p. 39). Para Kustin, não havia antissemitismo na Polônia, ou pelo menos ela nunca tinha notado, conforme é apontado no trecho: “Pode ser até que meus pais soubessem de algo, mas não deixavam transparecer nada. A vida em Lodz era tranquila” (Kustin, 2012, p. 39). Ela, entretanto, percebeu a preocupação do pai ao ouvir no rádio que os alemães haviam invadido outros países e se dirigiam à Polônia, invadida em 10 de setembro de 1939. Três dias depois, a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha. Souberam, então, dos guetos e de como, em algumas cidades nos arredores de Lodz, os judeus foram obrigados a pegar seus

pertences e deixar suas casas. Depois foram concentrados nas praças de suas próprias cidades e fuzilados pelos alemães

Os alemães tinham informações sobre cada família. Os nazistas ordenaram que, de outubro a dezembro de 1939, os judeus usassem braçadeiras amarelas com a estrela de Davi, para que fossem facilmente identificados: “Minha família toda usava o emblema e ficava horas nas filas para comprar produtos” (Kustin, 2012, p. 41). Assim, os nazistas entraram em Lodz em 6 de dezembro de 1939. Ela relata que eles entravam nas casas chutando as portas e gritando *Heil Hitler* (Salve Hitler) e *Flafuchte jude!* (Judeu imundo). As casas foram lacradas, as sinagogas incendiadas, e as famílias retiradas de seus lares a pontapés, socos e coronhadas.

Os nazistas permitiam que os judeus carregassem poucos objetos, e os matavam por levarem mais do que era determinado. Sabina conta que “mulheres, crianças e velhos, todos assustados, carregavam seus pacotes e, pelas ruas, caminhavam sem destino, sem rumo” (Kustin, 2012, p. 41). Da janela do apartamento em que morava, na rua Zeromskeigo, número oito, Sabina Kustin e sua família avistavam o pátio do colégio em frente, onde cerca de trinta judeus eram executados diariamente, o que a levava a ter crises de choro. O primeiro gueto oficial do século XX foi o de Lodz, criado em novembro de 1939 em uma região muito pobre da cidade. Segundo Kustin, “os judeus, obrigados a deixar seus parques pertences, foram retirados de todos os bairros e encaminhados ao gueto” (Kustin, 2012, p. 34). Para lá, muitos judeus foram levados e fuzilados, e outros espancados durante o trajeto.

Havia ali 320 mil judeus, mas 162 mil não conseguiram fugir por medo ou por falta de recursos. Foram, assim, encurralados. “No dia 30 de abril de 1940, o gueto de Lodz foi rigorosamente fechado. Ninguém podia sair sob pena de morte. O bairro foi vedado com muros e cercas de arames farpados”, narra Kustin (2012, p. 34). Nesse gueto, as pessoas viviam sujas, famintas, com roupas rasgadas e choravam noite e dia. A cada dia uma quantidade de judeus era separada de seus familiares e levada em caminhões como animais. Kustin (2012) conta que se escondeu em buracos do prédio e chorou. Ela e o irmão tiravam a braçadeira e vendiam bombons nas ruas. Seus pais não saíam de casa, e seu irmão começou a sustentar a família com o que conseguia vender.

Referindo-se ainda ao gueto, conta a autora que a comida era insuficiente, além de não haver lenha num inverno rigoroso. Em um só quarto viviam várias famílias amontoadas e, diariamente, chegavam judeus de cidades vizinhas e da Alemanha, Áustria e Tchecoslováquia. Passaram pelo gueto de Lodz mais de meio milhão de pessoas. Quando ele foi liquidado, em 1944, restavam 80 mil indivíduos, que foram encaminhados para o campo de concentração de Auschwitz. Lá, cerca de 260 mil prisioneiros, em sua maioria judeus, foram exterminados nas

câmaras de gás. Segundo Kustin (2012), havia informantes entre a população local, que recebiam dinheiro para denunciar à Gestapo e à SS os locais onde residiam os judeus: “Quem ajudava os nazistas eram sobretudo os chamados *folksdeutsche*, isto é, os casais de alemães com esposas polonesas” (Kustin, 2012, p. 42). Esse período de perseguições e delações durou, aproximadamente, um ano e meio.

O fato de os alemães conhecerem seus vizinhos judeus e serem, às vezes, de forma direta, responsáveis por sua morte, tornava os massacres ainda mais tenebrosos. Para Kustin (2012), aprender a se calar e não dar opinião era uma forma de sobreviver na Alemanha, no período da Segunda Guerra Mundial. A ocupação nazista não dava margem para expressar opiniões, nem permitia dizer de que lado se estava. O ódio antigo aos judeus acentuou a ambição dos nazistas de matar indiscriminadamente. Desse modo, o inimigo podia ser qualquer um. O silêncio também era uma forma de sobrevivência dos próprios alemães, pois estes também podiam ser punidos. Ajudar judeus significava ir contra o regime. Kustin, ao se reportar a uma vizinha, conta que “um dia voltei ao meu prédio, não encontrei ninguém. A senhora Dalke não quis me ajudar, com medo de ser morta por acobertar judeus” (Kustin, 2012, p. 48). Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, os judeus acreditaram, a princípio, que os nazistas voltariam toda a sua atenção para o front de batalha, mas não foi o que aconteceu. Eles tanto faziam a guerra como se dedicavam ao extermínio dos judeus. Certamente, a maioria dos alemães sabia, ou desconfiava, da situação dos judeus, afinal, era impossível crer que milhões de pessoas desapareciam completamente de maneira abrupta ou deixavam suas cidades, seus trabalhos, suas casas sem nenhum motivo aparente.

Todas as profissões eram vítimas do genocídio, desde um burocrata até um simples operário. Kustin (2012) narra que com 11 anos de idade estava aterrorizada pelo que via, mas não entendia por que os nazistas sentiam tanto ódio e agiam com tanta brutalidade: “De onde os nazistas tiravam tanto ódio para nos impingir tanta brutalidade? Será que eles não tinham esposas, filhos, família? Suas atitudes desumanas seriam fruto de lavagem cerebral para terem tanto ódio [...]?” (Kustin, 2012, p. 43-44). As mulheres sofriam ainda mais com a guerra e as perseguições aos judeus. Além de sofrerem a violência, presenciavam-na contra toda a família, mas em especial contra os próprios filhos, ficando impossibilitadas de salvá-los. Mulheres judias enlouqueciam ou desistiam de lutar. Os alemães pegavam-nas, mães de família e moças solteiras, para as violentarem. As mulheres alemãs que trabalhavam para a Gestapo eram coniventes com essa situação, pois enviavam as moças judias para experiências científicas, enquanto outras terminavam seus dias nas câmaras de gás. Sabina narra que “marcavam as

mulheres como gado e matavam as crianças com a frieza com que se mata uma galinha” (Kustin, 2012, p. 51).

Todos os irmãos e sobrinhos de seu pai foram levados para o gueto, no qual morreram também seus avós. Os nazistas separavam as famílias. Primeiro prenderam seu pai e o levaram a tapas para o gueto. Ela diz que o pai pediu que ela não se afastasse do irmão, mas um dia em que ela estava escondida, levaram seu irmão e sua mãe, após denúncias, e nunca mais se encontraram. Depois, uma vizinha escondeu-a e continuou arriscando-se por vários dias, levando-a à noite ao gueto para ver se Sabina encontrava os familiares, mas isso nunca aconteceu: “Ela [senhora Dalken] gostava muito de mim e me levava à noite para ver se encontraríamos meus pais e meu irmão. Eu perguntava a ela se podia me trazer notícias, pois a saudade da minha família era imensa” (Kustin, 2012, p. 47). Ela soube depois que o pai tinha apanhado tanto que faleceu devido ao espancamento. Sabina nunca mais teve notícias da mãe e do irmão, mas disse ter acreditado, por meses, que já tivessem mesmo morrido.

Os alemães procuravam os judeus nas ruas e nos prédios incessantemente. Ela perdeu a família e o contato com os parentes, e acabou se juntando a outras seis crianças: três meninas e três meninos. Soube depois que a família tinha sido levada para os campos de Auschwitz e Treblinka. Sabina e outras crianças saíam à noite em busca de alimento. Furtavam batatas nas plantações e pegavam restos de comida nas ruas; escondiam-se em buracos e viviam cheias de piolhos; às vezes tiravam a tarja amarela do braço e andavam pela cidade num inverno rigoroso e tremendo de frio. Assim, Sabina narra: “Em pleno inverno, batíamos os dentes de tanto frio. Foi uma longa agonia. Não distinguíamos o dia da noite, tal era a dimensão da desgraça” (Kustin, 2012, p. 50). Apesar do medo, alguns católicos ajudavam com o que podiam. Com apenas 11 anos de idade, Kustin viveu de esmolas e da ajuda das vizinhas, que se arriscavam em ajudá-la, e o risco era enorme. Apesar dessa barbárie, Sabina Kustin não culpa todo o povo polonês e afirma haver pessoas boas entre eles, mas estas se aterrorizaram diante da violência dos nazistas. Ela crê que Deus a salvou: “Ao escrever tudo isso, afirmo também que Deus foi misericordioso comigo após passar por aquele inferno. Viver foi uma dádiva dos céus” (Kustin, 2012, p. 52).

Certo dia, ao sair do esconderijo, Kustin foi presa pelos nazistas e colocada num caminhão repleto de crianças a serem levadas para as câmaras de gás. O caminhão percorreu muitos quilômetros. Quando parou, os soldados, que agiam com brutal violência, empurraram as crianças para os vagões de gado. Ao redor tudo era escuridão.

De repente, apareceu, como um milagre, um padre, e Kustin soube depois seu nome, Marjska. Graças à noite escura, com uma Bíblia na mão, ele mandou que elas pulassem do

caminhão: “Pulem! Pulem!”, dizia o padre. “Um outro tumulto se instalou entre nós, que nos amontoamos uns sobre os outros para saltar as grades do caminhão” (Kustin, 2012, p. 52). Ele conseguiu tirar sete crianças: três meninas, uma delas era Sabina Kustin, e quatro meninos. Ela se lembra de alguns nomes: Isoha, Irenka e Bluma. Elas tinham todas entre 12 e 14 anos. O padre mandou que tirassem a roupa e vestissem as de coroinha, lembra-se Kustin. Elas obedeceram e entraram na carroça, que ele cobriu com pedaços de lenha, para escaparem dos alemães. Para Kustin, as razões do padre são um mistério até hoje, mas sabe que ele a salvou. Ela e as outras crianças viajaram por muito tempo naquele transporte, sentiam falta de ar, fome, medo e frio. Chegaram a uma igreja, que ela não sabe dizer onde ficava, e foram escondidas embaixo do assoalho de madeira. Era um buraco no chão, coberto com as madeiras disfarçadas com tapetes: “Ele havia cavado um buraco que ficava coberto por uma tampa de madeira e, sobre ela, os tapetes do templo [...] Nesse buraco não havia nada. Era apenas terra úmida” (Kustin, 2012, p. 53). Nem mesmo aos outros padres ele contou logo o que estava fazendo. De dia havia uma fresta de luz, e à noite, era só a escuridão. Orientou que as crianças ficassem quietas e depois trouxe cobertores, pão, batatas, água e um balde para as necessidades fisiológicas. Viviam em condições sub-humanas, dormiam no chão e estavam sempre apavoradas. Como os alemães iam muito à igreja, elas tinham medo de ser descobertas.

Quando ouviam o barulho das botas, e sempre que o padre abria o buraco, achavam que eram os alemães que tinham vindo buscá-las. Ela acredita que ficaram ali por cerca de um ano, entre brigas, silêncios, privações e muito pavor. Kustin recorda-se que, às vezes, de madrugada, o padre tirava as crianças do esconderijo, uma de cada vez, para que se higienizassem e andassem um pouco, mas que sofriam muito tentando enxergar na escuridão. A comida era escassa. Disfarçados, ajudavam na faxina da igreja. Tiveram piolho e o padre cortou seus cabelos com uma tesoura de jardinagem. O padre Marjska ensinou às crianças o Pai-nosso e a Ave-Maria, para fingirem melhor que eram coroinhas; os padres contavam histórias da Bíblia cristã, falavam do catolicismo e mostravam pinturas de Jesus e da Virgem Maria.

A situação em que se encontravam era tão terrível que um menino enlouqueceu e uma menina ficou bem doente, repetindo que queria morrer. Sabina diz que teve tifo e que o padre a isolou, por vários dias, em outro buraco no piso. No início de 1944, o padre tirou todas as crianças do buraco. Ele tinha sido denunciado, provavelmente por um frequentador da igreja: “Ele veio então de madrugada para nos contar que teria de nos tirar de lá, porque os nazistas haviam sido informados sobre o nosso esconderijo” (Kustin, 2012, p. 55). O padre colocou-as na mesma carroça na qual as tinha salvo antes e as levou até a fronteira da Polônia com a Rússia, deixando-as lá. “O padre chorava copiosamente. Falou que não podia fazer mais nada por nós,

a não ser rezar pelas nossas vidas. Após ter abençoado cada criança, nos deixou sozinhos”, narra Sabina (Kustin, 2012, p. 55). Era inverno, nevava muito e estavam congelando com roupas impróprias para o clima. Em outro trecho do relato, Sabina menciona que ficaram ali por quase dois anos. Enquanto estavam ali, sentindo que não aguentariam mais, numa completa exaustão física e psíquica, foram presas pelos soldados soviéticos. Kustin conta que gostaria de agradecer tanto ao padre de Lodz, Stephan, quanto ao padre Marjska, aquele que as manteve a salvo na igreja. Ambos se arriscaram para salvá-las. Naquele trajeto de dois ou três dias até a fronteira, o padre Marjska foi interrogado inúmeras vezes pelos alemães, que o pararam para saber que carga era aquela que levava, mas ele sempre convencia os nazistas de que levava materiais para a igreja. Sabina acredita que ele tenha sido executado mais tarde. Nunca conseguiu saber o destino dos dois padres, embora tenha tentado.

Os soldados soviéticos levaram então as crianças, junto com outras também judias, para a Sibéria. Eles xingavam e gritavam que os judeus eram um fardo para eles. Nesse trajeto, ela e as outras crianças fugiram, mas foram presas novamente, e dessa vez pelos alemães. Esse excerto da narrativa de Sabina Kustin (2012) não é muito claro, já que ela não explica como conseguiram fugir dos soviéticos e voltar para a Polônia, nem como caíram nas mãos dos alemães, só diz que todas as crianças, inclusive ela, foram conduzidas para o campo de concentração de Bergen-Belsen, no final de 1944, em vagões de trem, fato que nos leva a crer que nos lapsos de memória individual e nas tentativas que o cérebro opera ao fazê-la esquecer de um ou outro episódio é como uma forma de se proteger contra a própria loucura que afetou muitos meninos, meninas, adolescentes e mesmo adultos com dor e violência, o que deixou todos os sobreviventes traumatizados pelo resto de suas vidas. Apesar de tudo, as crianças sobreviveram aos sofrimentos e às privações, com roupas inadequadas e sem alimento, fazendo as necessidades fisiológicas nos próprios vagões. Continuando seu relato, Kustin estima que a viagem de trem demorou uma semana, e descreve sua chegada a Bergen-Belsen.

O campo de Bergen-Belsen, comandado por Josef Kramer, era monstruoso. Nele milhares de seres humanos passaram pelas mais horríveis experiências e perderam suas vidas de forma cruel. Foi no campo que ela percebeu a dimensão da tragédia que o padre Marjska não quis contar: “Agora eu não esperava mais nada, só a morte” (Kustin, 2012, p. 58). Todos ali realizavam trabalhos forçados, com fome, doentes e num estado de exaustão completo. Dormiam em verdadeiras prateleiras, e todos juntos: homens, mulheres e crianças no mesmo barracão. Ainda em seu relato, Kustin conta que as pessoas no campo estavam desesperadas, enlouquecidas e eram levadas para o crematório todos os dias. Ela preserva nitidamente na memória essas imagens. E continua sua narrativa: “Em 15 de abril de 1945, os britânicos

libertaram Bergen-Belsen, símbolo das dimensões da Solução Final. Em 19 de janeiro de 1945, o Exército Vermelho libertou a cidade de Lodz, onde, segundo a Cruz Vermelha, não restavam mais do que 900 sobreviventes naquele que era o maior gueto da Polônia” (KUSTIN, 2012, p. 58). Os soldados aliados que encontraram os sobreviventes ficaram estarecidos, sem acreditar no que viam diante dos seus olhos.

Quando findou a guerra, Sabina Kustin soube das mortes, mas não que haviam sido mortos 6 milhões de judeus. Em 1946, ela voltou ao gueto de Lodz, onde tinha presenciado tantas mortes e perdido a família: “Chorei sem parar. Depois voltei ao campo de Bergen-Belsen, em que vira meus companheiros sendo arrastados para as câmaras de gás” (Kustin, 2012, p. 58). Foi ao barracão que abrigou tantos em condições desumanas, e viu os fornos crematórios e as câmaras de gás onde eram realizados os “banhos da morte”. Talvez as informações de Kustin se devam ao fato de que até o outono de 1943, Lodz fosse considerado o maior gueto da Europa dominada pelos alemães. Ambos se situavam na Polônia, e seus habitantes conviviam diariamente com a miséria, a fome e o frio, passando muitas horas nas oficinas de trabalho, sujeitos à exaustão e ao desespero. As imagens no livro de Kustin, como dezenas de outras divulgadas, impressionam pela dimensão e pela violência que mostram. Ao continuar sua narrativa, Kustin conta que a volta para Lodz foi traumática.

Ela encontrou a senhora Dalcken, a vizinha que a tinha ajudado no prédio em que morava na época da ocupação nazista. Esta chorou muito quando a viu, dizendo que pensava que Sabina tinha morrido. Só então Sabina soube que o pai morrera no gueto, e que seu irmão e tio foram levados para Auschwitz. Descobriu também que o antigo apartamento estava ocupado por um casal. O pouco que conseguiu recuperar ela doou mais tarde para um orfanato mantido por entidades sionistas.

Após muita procura, Sabina voltou ao local onde antes da guerra sabia que um tio, chamado Boris, tinha uma delicatessen. Kustin ficou sabendo que ele tinha sobrevivido ao campo de Auschwitz. Seu tio perdeu todos no campo. Sabina narra: “Sua esposa e filha foram mortas quatro horas antes do final da guerra. Os nazistas quebraram a camada de gelo que pairava sobre um rio e as afundaram vivas instantes antes da libertação” (Kustin, 2012, p. 63). Os alemães queriam “terminar o serviço” antes da iminente derrota para as forças aliadas. O tio tinha se casado com Mala após a libertação, em 27 de janeiro de 1945, pelos soldados soviéticos. Ele contou ainda que conseguira salvar Felek, o irmão gêmeo de Sabina, uma vez, dos fornos crematórios, mas que na segunda vez não foi possível, sendo ele queimado vivo em 1944, seis meses antes do final da guerra. O tio contou a Sabina que a procurava desesperadamente, mas que depois havia perdido as esperanças. O encontro entre Sabina e seu tio Boris foi

emocionante. A esposa o tinha preparado, mas quando se viram, ele e Sabina desmaiaram. Em seguida, recuperaram-se e abraçaram-se emocionados. Ela ficou hospedada com o tio e a nova esposa por um ano. Em 1946, Sabina começou a participar de organizações sionistas e resolveu ir aos campos de concentração. Foi a Auschwitz, Treblinka, Bergen-Belsen e Birkenau e percorreu com outras jovens todos os locais dos campos, inclusive as câmaras de gás e os fornos crematórios. Procuraram por familiares nas redondezas dos campos, mas não os encontraram. Sobre esse fato, ela relata que viu as covas onde os nazistas jogavam os mortos. Viu milhares de dentes, sapatos, brinquedos, óculos e barras de sabão feitas com gordura de humanos. Aquilo a deixou tão descontrolada que não conseguia acreditar, e achou que iria morrer de tanta dor. Sabina continuou a procurar por seus familiares em toda a parte, por onde sabia que existia algum campo.

A autora lembra que sua revolta chegou ao máximo ao assistir os Processos de Nuremberg, realizados de 14 de novembro de 1945 a 4 de outubro de 1946, quando teve início o julgamento dos crimes nazistas e dos carrascos da guerra. Vieram repórteres do mundo inteiro e foi feita tradução simultânea de todos os trabalhos para o inglês, o russo, o francês e o alemão. Na ocasião, foram apresentadas toneladas de documentos e centenas de filmes. Foram julgados todos os carrascos e criminosos de guerra, que foram responsabilizados pelas perseguições, o extermínio contra os judeus e outros assassinatos e crueldades nos campos de concentração, pelos assassinatos dos prisioneiros de guerra e pela formação do trabalho escravo, realizados pelos estrangeiros na Alemanha. Sabina considera o Julgamento de Nuremberg um processo inacabado, porque para ela não há preço para milhões de inocentes assassinados pela intolerância e pelo racismo.

Figura 1 – Julgamento de Nuremberg, de novembro de 1945 a outubro de 1946



Fonte: Extraída do livro *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin (2012).

Em 1947, Kustin foi para Lublin, na Polônia, onde aderiu à organização sionista Hashomer, que ajudava crianças judias. Havia outra organização, a Habomim Dror, mas a autora confirma ter aderido somente à Hashomer.

A organização sionista à qual Sabina Kustin se filiou foi fundada no início do século XX. Os membros trabalhavam para melhor atender às necessidades do povo judeu. Como parte dos esforços, eles davam treinamento para aqueles que quisessem trabalhar na fundação dos *kibutzim* (cooperativas agrícolas) em Israel, criavam escolas nos guetos e, a cada dia, conseguiam organizar melhor o movimento. Em relação ao movimento sionista, a autora assim nos relata: “Estava triste por me ver sozinha no mundo, sem ninguém da minha família, mas me sentia forte, imbuída de um sentimento patriótico que ganhei ao aderir à causa sionista” (Kustin, 2012, p. 79).

Sabina Kustin viu os judeus que voltavam dos campos de concentração ou de refúgios provisórios. Muitos eram levados para hospitais num estado lastimável, só pele e osso, e traziam números tatuados na pele. A organização ajudava com comida e explicações sobre o que era o povo judeu, narra a autora, pois muitos eram crianças ou não sabiam de sua condição de judeu. Não suportando mais viver na Polônia, viu uma oportunidade de viajar para a Palestina com a mesma organização. O grupo viajou para a França, e de lá, com 3,5 mil sobreviventes dos campos de extermínio, seguiu no navio Exodus para a Palestina. Em seu testemunho, Sabina fala também do processo de restrição para a entrada na Terra de Israel, sob o domínio da Grã-Bretanha.

No caminho, narra Sabina Kustin: “O navio foi arrestado por uma frota da Royal Navy por todo o Mediterrâneo e abordado a 12 milhas neutras ao largo das águas territoriais da Palestina” (Kustin, 2012, p. 70). A autora ainda relata que “seguiu-se um combate naval, com vítimas. Os soldados britânicos que, finalmente, apelaram para o uso de metralhadoras e bombas de gás, mataram três judeus, ferindo uma centena” (Kustin, 2012, p. 71). A tripulação do Exodus 1947, como passou a ser chamado posteriormente, rendeu-se quando ameaçaram afundá-lo. Ironicamente, os britânicos resolveram levar os judeus de volta à Alemanha. A maioria dos refugiados foi conduzida até Hamburgo. Contudo, as tentativas de proibir a entrada de mais refugiados na Palestina não surtiram o efeito desejado, pois mais dois navios com 15 mil passageiros a bordo seguiam para o mesmo destino.

Ao longo de, aproximadamente, três meses, a viagem no Exodus foi muito cansativa e até mesmo arriscada, já que o navio era pequeno para o transporte de tantas pessoas, entre jovens, bebês, idosos, casados, solteiros e grávidas. Não havia água potável suficiente, tinha pouca comida e grande parte dela apodreceu. Ela narra: “Muitos acabaram morrendo a bordo

do navio. Passamos outra vez por um grande sacrifício e eu me perguntava: qual o limite suportável de um ser humano?” (Kustin, 2012, p. 73).

Compreende-se que passar “outra vez por um grande sacrifício” significa para a narradora rememorar de forma negativa os fatos, ou seja, é uma memória traumática apresentada ao leitor. Conforme Seligmann-Silva (2005, p. 87), quem testemunha tem a “possibilidade de reunir os fragmentos de um passado presente, de modo a conferir-lhe nexos”. Sabina Kustin, ao se questionar “qual o limite suportável de um ser humano?”, reflete, mais uma vez, acerca do que as vítimas do holocausto sofrem: da violência física, de todo tipo de humilhação à violência psicológica. Ela mesma já tinha se perguntado “Ainda não sei como estou viva até hoje. É difícil imaginar o que passei desde criança” (Kustin, 2012, p. 21). A narradora não só sofre diante do sofrimento dos outros, o qual presenciou, mas também é vítima desse sofrimento, carrega na pele e na alma, de uma forma mais brutal possível, esses traumas.

Cruzaram alguns países que permitiram que desembarcassem e ofereceram naturalização, no entanto, todos queriam chegar à Palestina. Muitos adoeceram e morreram a bordo. No episódio com a Grã-Bretanha, Sabina foi ferida no ouvido com um tiro e, mesmo considerada uma terrorista judia, foi operada em Hamburgo, por um médico alemão que se sensibilizou com seu estado. Os amigos mais próximos acharam que ela não sobreviveria, pois o ferimento virou uma grande ferida. Após ter sido curada, Sabina foi levada, como os outros viajantes antes dela, para um campo fechado por muros e arame farpado, com barras de alumínio. Eram agora prisioneiros dos ingleses.

Ainda demorou mais um ano para alcançar a liberdade e ir para o Estado de Israel, resultado da divisão da Palestina entre árabes e judeus. O Estado foi criado depois da Assembleia Geral da ONU, em 1947, uma vez que o governo britânico se sentiu impotente para resolver o conflito, pois a solução deveria agradar tanto aos árabes como aos judeus. Como o caso com o Exodus, no entanto, atraiu a opinião pública mundial, o governo britânico decidiu delegar à Organização das Nações Unidas (ONU) a decisão sobre a partilha da Palestina entre os dois povos, em 29 de novembro de 1947. Essa reunião foi presidida pelo diplomata e político brasileiro Osvaldo Aranha. A partilha da Palestina em dois Estados, no entanto, foi rejeitada pelos árabes. Assim, somente em 14 de maio de 1948 o primeiro-ministro Ben Gurion proclamou a independência do Estado de Israel. Isso pôs fim a uma luta antiga dos judeus de todo o mundo, que reivindicavam um lugar no planeta. Muitos já tinham emigrado para a Palestina (a terra prometida de que falava a Bíblia) e lá se fixaram. Com a criação do novo Estado, os judeus dedicaram-se ao seu crescimento e à sua estabilização econômica. Havia muito trabalho a ser executado. Neste ponto, a sequência cronológica não é muito rígida, pois

a autora oscila entre os acontecimentos, repetindo, às vezes com mais minúcias, um episódio já abordado anteriormente. Sabina Kustin nos dá a impressão de que necessita a todo momento reavivar seus pensamentos e, entre momentos de silêncio e pausas, materializá-los por meio da palavra. Isso não diminui, no entanto, a importância e a exatidão de seu testemunho. Seligmann-Silva afirma que devemos:

[...] entender o testemunho na sua complexidade enquanto misto entre visão, oralidade narrativa e capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente” (Seligmann-Silva, 2010, p. 5).

O movimento sionista afirmou-se perante as nações após a tragédia do holocausto e os horrores cometidos pelo nazismo. Só depois de décadas como uma nação sem-terra, os judeus finalmente conquistaram seu território e não pouparam esforços para construir o novo Estado e colocar em prática um sistema cooperativo em que todos trabalhavam juntos: crianças e adultos. A trajetória de Kustin não termina aí. Quando ela decidiu ir para Israel, o Estado ainda não era independente. Ela fez tudo para alcançar esse objetivo. Tinha apenas 17 anos e só falava polonês, russo e ídiche, mas chegou a Israel pelo porto de Haifa, depois de ter lutado muito para conseguir ser incluída na cota permitida para entrar no país, sendo essa estabelecida pelos ingleses. Todos os viajantes do Exodus 1947 foram recebidos posteriormente pelo presidente de Israel.

Com a ajuda da organização Hashomer, Sabina é encaminhada para um kibutz, um tipo de cooperativa agrícola, onde vive e trabalha por um bom tempo, mas depois envereda por outros caminhos, uma vez que a situação em Israel se tornou difícil, pois havia conflitos, violência e racionamento. Como seu sonho era conhecer outros povos, países e culturas diferentes, ela decidiu estudar, sozinha, inglês, russo e alemão, além do hebraico e do ídiche. “Dediquei-me à leitura, passando a enxergar o mundo com olhos atentos, com a alma”, narra a autora (Kustin, 2012, p. 73). Resolve então sair do kibutz e ir para Tel Aviv, influenciada por dois antigos amigos do Exodus. Encontra então um lugar para morar. Quanto ao trabalho, o governo deu a ela duas opções: ser soldado ou trabalhar no restaurante militar. Ela aceitou a segunda opção. Trabalhava e estudava. O trabalho era árduo e cansativo. Quando podia, viajava. Ficou encantada com a beleza existente num território tão pequeno e rico em história e cultura. Conheceu Haifa, Jerusalém, Golan entre outras cidades. No restaurante em que trabalhava, localizado no centro de Tel Aviv, Sabina conheceu um garçom chamado Efraim Regenbaum, e começaram a namorar. Assim ela o descreve: “Conheci um rapaz bonito, inteligente, vindo da

minha cidade, Lodz. O garçom [...] havia se salvado de um campo de concentração de Buchenwald, juntamente com outros amigos” (Kustin, 2012, p. 73). Ele trazia no braço o número de identificação tatuado pelos nazistas.

Os traumas dos sobreviventes do Holocausto não se encerram, certamente, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Estas marcas traumáticas permanecem não só na memória individual ou coletiva, de que trata Halbwachs (2013), mas até no próprio corpo, como é o caso de Efraim, que traz em seu braço uma identificação dolorosa. É uma memória não heroica, conforme se refere Aleida Assmann (2011), pois ela é danosa ao indivíduo, pelo fato de ser advinda de um trauma. Efraim e Sabina Kustin tentam juntos reconstruir suas próprias vidas, mas sendo impossível esquecer tudo que passaram. Na verdade, eles trazem para o presente um passado reconfigurado.

Eles dois formaram turma com os amigos dele. Ambos desejavam encontrar alguém para dividir a vida, pois eram solitários e carentes. Desde os 10 anos de idade ela não sabia o que era amor e nem carinho. Resolveram se casar. O casamento de Sabina e Efraim aconteceu no dia 17 de agosto de 1949, numa cerimônia religiosa simples. Ambos só tinham sonhos e a vontade de prosperar na vida, nada mais além disso, por isso trabalharam arduamente. Viviam num pequeno cômodo num cortiço, com muitas dificuldades, e Sabina logo ficou grávida. A primeira filha nasceu no dia 27 de março de 1950 e recebeu o nome de Elka, o mesmo da irmã de Efraim que foi morta em um campo de concentração. Depois de algum tempo, tio Boris e sua esposa vieram para Israel fugindo da Polônia, agora dominada pelo comunismo. Para Sabina, os sonhos foram ficando distantes, diante das dificuldades. De repente, porém, Efraim recebe da Cruz Vermelha a informação de que tinha tios (irmãos do pai e da mãe) e primos no Brasil. Tudo apontava que eram prósperos. Quando souberam das dificuldades do casal, eles prometeram enviar passagens para que eles viessem para o Brasil.

Seus três tios, três tias e muitos filhos viviam em São Paulo e no Rio de Janeiro. A autora relata: “Meu marido ficou entusiasmado porque eles prometeram nos ajudar assim que chegássemos ao Brasil. Perto de pensarmos que se tratava de uma nova ilusão, depois de tanta demora, as passagens chegaram por via marítima” (Kustin, 2012, p. 88). O primeiro a vir foi Efraim, em 1956, e, em seguida, Sabina com a filha Elka. Chegam ao Brasil em 27 de março de 1957, no porto de Santos. Foram três semanas de viagem, sozinha, com uma filha de 7 anos de idade. Ela conta que sentiram muito por deixar em Israel dois fiéis companheiros do marido: Tziv Gotesman, que mora atualmente em Nova York, e do qual Efraim era amigo desde Buchenwald, e Itzhak Noiman, que permaneceu com a família em Israel. No trajeto de Santos a São Paulo, o marido contou que a família tinha alugado para eles um pequeno sobrado e

ajudaria com comida no começo. Alguns dias se passaram e Efraim começou a cobrar da família o mais importante naquele momento, que era ter um trabalho. Eles ficaram apenas na promessa, diz a autora. Alegavam a língua como a grande dificuldade. O marido começou a aprender português, enquanto ela cuidava da casa. Não conseguindo emprego, começaram a comprar roupas para vender em domicílio, mas não com a ajuda da família, que acabou não cumprindo o prometido, mas com a ajuda da colônia judaica, que o casal procurou em um momento de desespero. Conseguiram roupas para vender e começaram a bater de porta em porta em dois bairros de São Paulo: Vila Mariana e Vila Clementino.

Alguns judeus comerciantes também passaram a fornecer roupas para eles. Aos poucos formaram uma clientela. Às vezes, os clientes os convidavam para entrar e comer algo. Ela continuou no negócio, mas o marido arrumou um emprego numa fábrica de abotoaduras no bairro do Bom Retiro. Em 1960, nasceu a segunda filha, chamada Branca, já num período mais próspero, narra Kustin. Conseguiram prosperar e montar o próprio negócio, um armarinho na Rua 25 de Março, reduto da colônia árabe. Efraim fez amigos na comunidade, tanto muçulmanos como cristãos. Mesmo sendo de origem judaica, o casal nunca sentiu diferença de tratamento no bairro, afirma ela. Com o conhecimento de línguas que possuía, Sabina acabou enveredando pelo mundo dos negócios, em 1975, fruto da confiança e do respeito que adquiriu na colônia judaica, e viajando muitas vezes para o exterior para negócios de importação e exportação, inclusive para participar de feiras em várias partes do mundo. Ela conta detalhadamente sua trajetória no Brasil com o marido, e suas lutas para sobreviver no Estado de São Paulo, onde criou suas filhas.

Sabina e a família se mudaram para o bairro dos Jardins, em 1968, e, depois, para Higienópolis. Ela conta que viajou várias vezes para Israel a fim de reencontrar os amigos. Ela ressalta que o Brasil é sua pátria do coração, e que com o passar dos anos evoluiu como mulher e como ser humano, deixando de se lamentar pelo seu passado miserável de refugiada judia. Ressalta ainda que sempre foi conhecida também como sobrevivente do holocausto e que nunca deixou de agradecer pelas oportunidades de vida que encontrou no Brasil, longe do nazismo.

Em 7 de março de 1986, faleceu seu marido, um sobrevivente de um campo de concentração que amava a vida e lutou até o fim por ela, mas não conseguiu, infelizmente, vencer o câncer. Para ela, o holocausto foi um fenômeno único na história da humanidade. Sabina confessa que ficou com muito ressentimento do povo alemão, e necessitava se livrar desse rancor, por saber que os nazistas mataram toda a sua família, bem como milhões de outros judeus, ciganos, testemunhas de Jeová etc. No entanto, foi seu encontro com o papa Paulo VI que realmente mudou sua vida.

A conversa com ele foi toda em hebraico, e no final ele lhe disse que somos todos filhos de um Deus só, e que ela tirasse esse ódio de seu coração e que acreditasse em Deus. Ela diz que finalmente sentiu o coração aliviado, que entendeu naquele momento que nem todo o povo alemão foi culpado pela desgraça do nazismo. Foi Hitler quem fez uma verdadeira lavagem cerebral na população. Ela perdoaria o povo alemão, mas jamais os nazistas. Tudo o que a escritora narra em seu livro vai ao encontro dos relatos de outros testemunhos sobre o Holocausto. Conforme postula Halbwachs:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (Halbwachs, 2013, p. 39).

Se há alguma divergência, talvez se deva aos lapsos da memória, tornando sua narrativa ainda mais verdadeira. Não há uma memória seletiva, contudo, pois ela transita em fatos de sua vida bastante dolorosos, como a perda da família. Testemunha ocular e sobrevivente, Sabina Kustin fez de sua obra um testemunho e um exemplo da luta pela sobrevivência em tempos de guerra e, também, depois dela. Ainda que sua vida esteja ligada a uma das maiores catástrofes da história da humanidade, sua mensagem, entretanto, é de amor, esperança e fé, embora seja consciente da maldade humana.

O capítulo seguinte intitulado Memória, trauma e violência em *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, é formado por três subcapítulos, nos quais abordaremos, fundamentados em teóricos e estudiosos já mencionados neste estudo, acerca da memória, da narrativa de filiação e do trauma. Outro objetivo da investigação no referido capítulo é analisar a obra, objeto de nosso trabalho, a partir dessas teorias.

4 MEMÓRIA, TRAUMA E VIOLÊNCIA EM A VIDA E A LUTA DE UMA SOBREVIVENTE DO HOLOCAUSTO

O objetivo deste capítulo, composto por três seções, é tratar da memória, do trauma e da violência na obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, de Sabina Kustin (2012), fundamentados em teóricos e estudiosos já mencionados neste estudo. Outro objetivo da investigação é analisar a obra, objeto de nosso trabalho, a partir dessas teorias.

A memória pode ser considerada um porto seguro para cada pessoa. É uma faculdade que permite ao indivíduo reviver um passado que o marcou muito, seja por um acontecimento positivo ou negativo. O ser humano, na longa e sinuosa história de sua existência, tem se apropriado da memória para satisfazer suas necessidades psicológicas, espirituais e até físicas. De acordo com as dimensões que satisfaçam essas necessidades, a memória pode abrandar seus traumas, saudades ou realizar acontecimentos possíveis apenas na imaginação. Pela memória, alimenta-se a alma, mata-se a sede do querer, faz-se do sonho a realidade, da escuridão a luz, bem como cura o homem das tempestades que o atormentam.

Para a neurociência, a memória é um processo cognitivo que nos permite armazenar, reter e recuperar informações ao longo do tempo. Tal processo envolve alguns estágios, sendo o primeiro deles a codificação, pois a informação se converge em um formato que é processado e armazenado pelo cérebro para recuperação posterior. O segundo estágio, a retenção de informações codificadas, inclui a memória sensorial, a de curto e a de longo prazo. Por fim, o terceiro estágio é a capacidade que o ser humano tem de acessar e recuperar as informações armazenadas, quando necessário.

A memória diz respeito também ao acúmulo de informações adquiridas por meio de experiências vividas e que leva o indivíduo a testemunhar sobre fatos e acontecimentos de um tempo passado, independentemente de haver ou não uma linearidade. Para Maurice Halbwachs (2013), a memória não se encontra apenas no campo individual, uma vez que se trata de uma construção social, familiar ou comunitária retransmitida por meio da tradição, além de ter um caráter subjetivo. O tempo passado é o objetivo da memória, e não há recordação que exista sem ter pertencido à história de vida individual ou de um conjunto social. Para Paul Ricoeur (2007), cabe ao historiador e à história, como ciência, criticar e analisar as fragilidades da memória individual e coletiva.

Por muito tempo, a memória foi relegada a segundo plano, por não ser considerada uma fonte legítima e verdadeira, privilégio atribuído apenas aos documentos escritos. Não se pode esquecer, entretanto, que mesmo os textos escritos numa determinada época podem ser alvo de

manipulação, favorecendo, assim, apenas um lado da história. Diz-se que somente a partir do século XX é que, de fato, a memória passou a ter aceitação pelos historiadores da era presente como um campo de estudo e de comprovações legítimas. Todavia, a memória como fonte ainda é muito contestada por alguns historiadores mais tradicionalistas.

Embora não seja o objetivo deste estudo, é importante abrir um parêntese para se falar brevemente do revisionismo³ e do negacionismo histórico, visto que estamos tratando de um dos fatos mais cruéis contra a humanidade, o Holocausto, e esses dois tópicos passaram a ser abordados com frequência num momento posterior a ele. Pollak (1992) afirma que a memória se utiliza dos momentos propícios para a recordação. Essa necessidade de recordar ou testemunhar pode ser despertada por fatores externos ao indivíduo, entre eles, a busca pela preservação da identidade de grupo, que se opõe ao surgimento do negacionismo e revisionismo. Negacionismo histórico é um conceito que se refere à negação ou distorção de acontecimentos e fatos históricos, envolvendo uma má interpretação ou manipulação desenfreada de registros, documentos e evidências para a construção de uma determinada narrativa.

Geralmente, tal prática é realizada por indivíduos, organizações ou governos que tentam minimizar ou, como o próprio termo nos diz, negar a ocorrência desses acontecimentos que podem ser considerados desconfortáveis ou inconvenientes. Distorcer o passado é tentar moldar a opinião pública e a memória, muitas vezes por motivações ideológicas ou políticas. Podemos citar como um dos exemplos mais conhecidos a negação do Holocausto. Alguns indivíduos e organizações argumentam que o Holocausto – genocídio sistemático de seis milhões de judeus e de outros grupos étnicos pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial – não aconteceu ou que os dados apresentados são muito exagerados. Questionam-se com frequência o número e as nacionalidades das vítimas, os métodos utilizados ou até mesmo a existência de guetos ou campos de concentração. Embora existam provas robustas, incluindo fotografias, registros oficiais e testemunhos, os negacionistas lançam dúvidas e questões sobre a realidade histórica do Holocausto.

Outros dois exemplos de negacionismo que podemos citar são o genocídio armênio⁴ e o de Ruanda. Neste último, em 1994, cerca de 800 mil tutsis foram sistematicamente mortos

³ O revisionismo histórico ocorre quando os indivíduos tentam rever a história sob diferentes perspectivas. Reexaminam-se registros e documentos antigos a fim de encontrar novas informações ou questionar o que já sabemos (Vidal-Naquet, 1998).

⁴ O genocídio armênio diz respeito aos assassinatos em massa e às deportações forçadas do povo armênio pelo Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial. Apesar de ser validado como um genocídio por muitos estudiosos e organizações internacionais (incluindo o Parlamento Europeu e a Associação Internacional de

pela etnia Hutus em apenas cem dias. Procura-se negar ou minimizar a escala e a intenção do genocídio, pois reconhecê-lo pode levar a consequências jurídicas e políticas para os envolvidos nas atrocidades. O negacionismo histórico é, portanto, uma prática danosa que distorce acontecimentos e fatos históricos por razões ideológicas, políticas e até pessoais.

O historiador Eric Hobsbawm (1995), já aludido aqui neste estudo, denomina o século XX como “A era das catástrofes”, já que este foi marcado por períodos avassaladores na história, como as duas grandes guerras, o Holocausto, a Guerra Fria, os genocídios na Armênia e em Ruanda, entre outros fatos. Considerando essa linha de raciocínio, o século XX poderia ser descrito como o período das catástrofes sociais. Os historiadores contemporâneos que pesquisam essas catástrofes sociais que envolvem memória e trauma, após debates acerca da metodologia e das possibilidades de análise de memórias, como testemunhos e demais fontes, desenvolveram reflexões teórico-metodológicas sobre o próprio papel do historiador. Esses pesquisadores voltados para as ditas tragédias sociais teriam como missão, portanto, não encontrar a verdade dos fatos, mas sim entender as razões que levaram a humanidade a tais desfechos trágicos e, desta forma, reconstruir o passado.

A obra em questão, *A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto*, apresenta-nos a tensa narrativa de uma sobrevivente dos campos de concentração, permeada de cenas traumáticas e violentas. Sabina Kustin expressa fases significativas da sua vida, de sua família, bem como do povo judeu. Fragmentos da era das catástrofes, ou seja, do século XX, abalado pelo antissemitismo provocado pelo nazismo, estão ao longo da obra. Em maio de 1940, sua família foi levada para o gueto de Lodz e, pouco tempo depois, dizimada nos campos de Treblinka e Auschwitz. Sabina, apartada de seus pais, foi salva graças a um padre polonês, mas o esconderijo onde ela permaneceu com outras crianças não durou muito tempo até ser denunciado.

Em 1944, a narradora foi presa e levada para o campo de concentração de Bergen-Belsen. Um ano depois, após testemunhar cenas de horror e de ódio dos nazistas ao povo judeu, foi libertada pelos britânicos.

4.1 Memória e escrita de filiação

Na presente seção, focalizaremos, por meio da obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin (2012), aspectos relativos à memória e à escrita ou à narrativa

Estudiosos do Genocídio), o governo turco negou veementemente o termo genocídio, minimizando, assim, tamanha atrocidade cometida.

de filiação. Apontaremos questões relativas à anterioridade, associadas à interioridade, e exploraremos a importância da memória na reconfiguração do passado da autora, de suas lembranças quando criança e adolescente, e de todo o legado de seu povo, os judeus. É nosso objetivo também tecer considerações sobre os modos de transmissão geracional. Para tanto, apoiamos-nos em autores tais como Assmann (2011), Bernd (2018), Costa (2020, 2021), Figueiredo (2010, 2016), Halbwachs (2013), Noronha (2014), Pollak (1989, 1992), Ricoeur (2007) e Viart (2008).

O que diferencia fundamentalmente os seres humanos dos outros seres é a sua capacidade de memorizar e, por meio da memória, reconstruir seu passado e, assim, ressignificar seu presente. O animal irracional é incapaz de progredir, pois não acumula conhecimentos; o ser humano, entretanto, ao nascer já se torna parte de um grupo social, faz parte de uma história e torna-se um herdeiro natural. Com os membros de seu grupo aprende uma língua, valores, regras e formas de comportamento. Cada geração, ao nascer, beneficia-se de tudo que foi criado e vivenciado pelas gerações anteriores e, ao morrer, deixa sua parcela de contribuição, por menor que seja, para gerações futuras.

Nenhuma memória, por exemplo, pode ser pensada tão somente como um fenômeno individual, porque na realidade, “jamais estamos sós”, conforme assegura Halbwachs (2013, p. 30). Toda lembrança individual compartilha de uma relação com um quadro social, pois todo quadro social decorre de uma construção coletiva socialmente definida no interior de um grupo.

Conforme já afirmado neste trabalho, a narrativa de filiação tem origem a partir dos estudos de Dominique Viart (2008), escritor francês, e são manifestações contemporâneas ou desdobramentos do gênero autobiográfico. Para ele, “a narrativa de filiação [...] é, pois, o modo privilegiado de escrita do sujeito” (Viart, 2008, p. 92) Um fato marcante nesse tipo de narrativa é o legado da memória e sua transmissão é, de fato, um dos fatores preponderantes. A memória vem a ser, assim, um fio condutor na narrativa. Nela, investiga-se a memória de si com relação à infância e à vida dos progenitores e o narrador ao rememorar cenas familiares, pois a família tem um papel central, está, na verdade, em busca de melhor se autoconhecer. Para Halbwachs, (2013), uma forma de o sujeito narrador enriquecer suas próprias lembranças é evocar seu passado recorrendo às lembranças de outros indivíduos, isto é, “a memória individual [...] não está inteiramente isolada e fechada” (Halbwachs, 2013, p. 54). Há a necessidade de se reportar a pontos de referência que possam extrapolar sua individualidade. Em tal narrativa, aspectos como ancestralidade, interioridade e anterioridade também estão presentes.

Convém lembrar que estamos tratando, neste capítulo, de narrativa de filiação, mas é importante dizer que pesquisas no campo das narrativas autobiográficas e autoficcionais são

um campo fértil entre muitos estudiosos no Brasil e no mundo. Essas narrativas, assim como a narrativa de filiação, inserem-se na escrita de si. É importante enfatizar também que foi a partir dos estudos de Serge Doubrovsky que se passou a falar do termo autoficção. Em seu artigo intitulado “O último eu”, que integra a coletânea *Ensaaios sobre a autoficção* (Noronha, 2014), cuja organização é da pesquisadora desse assunto, Jovita Noronha, ele afirma que a autoescrita ou autoficção é “[...] ficção de fatos e acontecimentos estritamente reais. Esse eixo referencial me parece ser a essência do gênero, se é que existe gênero” (Doubrovsky, 2014, p. 120). Alguns autores como Dominique Viart (2008), Margareth Costa (2020, 2021), além de Jovita Noronha (2014), já têm estudos aprofundados acerca do tema autoficção. De acordo com Noronha (2014):

[...] certos críticos, dentre os quais o próprio Doubrovsky, estimam que o neologismo [autoficção] veio nomear uma prática que, de fato, já existia. Quanto à sua sucessão, a palavra se encontra hoje dicionarizada na França (dicionários *Larousse* e *Robert*) e cada vez mais se propaga além das fronteiras desse país para definir práticas de autoescrita, como se constata atualmente entre nós (Noronha, 2014, p. 8).

O autor Phillipe Gasparini (2014), em seu artigo nomeado “Autoficção é o nome de quê?”, que também pertencente à coletânea *Ensaaios sobre a autoficção*, analisa o conceito de autoficção e suas implicações e faz referência a outro teórico, Vincent Colonna, para dizer que:

Como disse Vincet Colonna [...] autoficção é uma palavra-narrativa, que basta desdobrar para que apareçam todos os tipos de histórias pessoais. A sedução do termo se deve à sua ambiguidade, a seu mistério. Todos podem se apropriar dele ou rejeitá-lo em função de sua própria identidade narrativa e de sua própria mitologia estética. Palavra-teste, palavra-espelho, que nos devolve as definições que lhe atribuímos (Gasparini, 2014, p. 218).

Para Gasparini (2014), a autoficção estabelece um pacto de ambiguidade, isto é, associação dos termos escrita referencial e escrita ficcional dentro da narrativa: “Autor que reconta sua vida ou o personagem fictício?” (Gasparini, 2014, p. 201).

Retomando, especificamente, a narrativa de filiação, a escritora Zilá Bernd (2018), estudiosa do tema, complementa o conceito desse tipo de narrativa amparada nas ideias de Viart. Bernd afirma o que se segue:

O caráter do trato da interioridade, característica dos romances memoriais, sofrerá uma “mutação, ele evoluirá para os aspectos da anterioridade, ou seja, as escritas que, baseadas no presente do sujeito narrador, irão procurar resolver seus problemas retomando as histórias de vida do pai ou da mãe. Histórias estas que, de alguma maneira, irão influir no desenvolvimento da vida do sujeito narrador (Bernd, 2018 *apud*, Benatti, 2021, p. 38).

Falar dos pais é um mecanismo para falar de si mesmo? Zilá Bernd (2018) responde afirmativamente a essa questão, e difunde a ideia de que o narrador, ao ter os pais (ou os avós) como alvo, pode se utilizar desse recurso ficcional para repensar acerca de sua própria identidade. Para a autora, nesse tipo de narrativa, o sujeito que narra tem um desejo de melhor conhecer esse legado deixado por eles. Ter contato com tal legado significa “saber coisas que se passaram em um tempo em que ele não estava ali para testemunhar e que podem ter sido decisivas em sua existência” (Bernd, 2018, p.137).

Outra estudiosa da narrativa de filiação no Brasil, Eurídice Figueiredo, faz uma colocação pertinente ao afirmar, em seu texto intitulado *A narrativa de filiação de escritores judeus brasileiros*, que:

A narrativa de filiação desloca a investigação de interioridade em favor da anterioridade, ou seja, o narrador faz uma prospecção de sua genealogia (ou de seus personagens) porque o conhecimento de si passa pela compreensão da vida de seu pai, da mãe ou dos avós (Figueiredo, 2016, p. 81).

Logo, isso significa que se procura juntar os fragmentos da herança, precisa-se fazer uma busca “porquanto o narrador não conhece senão de modo lacunar, aquilo que foi vivenciado pelos pais e avós”, afirma a autora (Figueiredo, 2016, p. 81).

Para Costa (2020), nas narrativas de filiação “é o sujeito real que, através da rememoração de seu passado, vai narrando aos leitores o que de fato ocorreu com ele, e o progresso de sua busca, ou as consequências de suas tragédias pessoais [...]” (Costa, 2020, p.247). Em outras palavras, é sempre por meio das lembranças de um sujeito narrador que ocorre a dita narrativa de filiação, com vistas a reconstruir seu presente, dar um novo significado a suas memórias ou curar suas feridas do passado. Rememorar os fatos, obviamente, não é apenas um sinal de sofrimento, porque nós podemos ter guardadas memórias traumáticas, mas também memórias afetivas dentro de nós.

Entende-se por memória traumática aquela que no indivíduo provoca dor e sofrimento, dando forma a um estado debilitante. Embora se tente esquecer certos eventos do passado, nem sempre é possível, pois é lá que se encontram ancoradas as nuvens negras cheias de martírio e aflição. Já a memória afetiva, assim como a traumática, foge da memória comum e vem a ser aquela associada a um momento importante ou feliz ao lado de pessoas especiais com a família e os amigos, por exemplo. Para os sobreviventes da Shoah, a memória traumática é também caracterizada como sendo uma memória de um passado que não passa. “Algo da cena traumática sempre permanece incorporado como um corpo estranho dentro do sobrevivente”, como bem afirma o teórico Seligmann-Silva (2008, p. 69). A memória traumática nem sempre

pode ser fiel ao que ocorreu com o indivíduo, ao que ele, de fato, vivenciou. Pode-se entender, em alguns casos, que a memória traumática se esfacela ou torna-se seletiva por ser um mecanismo de defesa, isto é, o ser traumatizado não quer encarar o passado com forte carga de horror.

No entendimento de Seligman-Silva (2005), a memória dos sobreviventes da Shoah provoca nesses sujeitos traumatizados uma série de sintomas: dificuldade de verbalização da experiência, angústia, medo e apatia. O traumatizado pode, devido à intensidade de sua dor, perder até a noção de tempo por um determinado período.

Na obra analisada, as memórias traumáticas se sobrepõem às afetivas, mas é, comumente, quando a protagonista volta à sua primeira infância, que encontramos excertos que ilustram as memórias afetivas, conforme será exposto um pouco mais adiante.

No capítulo “Minha história, meu passado”, especificamente, Sabina Kustin (2012) apresenta ao leitor seus familiares mais próximos: avós paternos e maternos, pais, tios, primos e o seu irmão gêmeo Felek. Seus antepassados permeiam toda a obra e ela traz até ao leitor costumes, crenças e o sofrimento enfrentado por eles. A autora inicia o capítulo com a frase de um bilhete deixado por sua neta: “Vó, você é nosso porto seguro”. Ou seja, Sabina Kustin faz questão de referir-se também a seus descendentes, na figura das filhas e das netas.

No capítulo em questão, Sabina se apresenta da seguinte forma: “Até os dez anos de idade, eu tive uma infância. Uma infância feliz [...] na Polônia, minha terra natal, ao lado do meu irmão Felek, ou Favel, como toda a família o chamava em ídiche” (Kustin, 2012, p. 35). Em seguida, ela parte para apresentar os outros familiares, apresentando características físicas, comportamento ou um pouco da rotina deles. Sua mãe se chamava Brônia, dona de casa, bonita, loira, gordinha e baixa; e seu pai, Henick, trabalhava na empresa da família. Sabina narra que sua mãe era de uma família de intelectuais, professores e médicos, e nasceu na cidade polonesa de Piotrkow Trybunalski. No trecho a seguir, tomamos conhecimento da tradição familiar: “Brósnia casou-se em Lodz, em 9 fevereiro de 1923, com o pretendente escolhido por seus pais, como era de costume. Naquela época, as esposas não trabalhavam fora e minha mãe não era uma exceção” (Kustin, 2012, p. 36). Sabina Kustin fala de seus 4 tios maternos, narrando que todos moram no exterior e que se lembra do nome de apenas um deles, Olek Krzak, morador também de Lodz. O pai da autora nasceu em Belarus, e era de uma família de comerciantes poloneses e russos. Sabina afirma: “Eu o adorava e creio que herdei muito do seu jeito de ser” (Kustin, 2012, p. 36). Assim Sabina Kustin fala de seus avós paternos:

Em minha memória, meu avô paterno, Hirsch Rachel Kustin, aparece como um homem forte, alto, rigoroso e muito trabalhador. Gostava de obediência e de bom comportamento. Já a imagem de minha avó, era a de uma mulher brincalhona. Lembro-me de que eles moravam em uma belíssima casa e tinha 12 filhos, todos vivos até o início da guerra [...] Meus avós paternos eram muito ricos (Kustin, 2012, p. 36).

Ao contrário dos tios maternos, Sabina Kustin diz recordar-se de todos os seus tios paternos e de seus primos. Além de morarem perto uns dos outros, tinham a tradição de se encontrar e almoçar juntos. A narradora destaca a figura de seu tio Boris Kustin que, assim como ela, conseguiu sobreviver, e foi por meio dele que soube da morte de outros membros da família e com quem morou alguns meses antes de decidir seguir os líderes do movimento sionista. A autora conta: “Ele [tio Boris] me contou sobre o meu pai e meu irmão. Abraçados, chorávamos e ele detalhadamente disse-me o que fizeram com ele e o restante da família” (Kustin, 2012, p. 62). Seu irmão Felek foi queimado vivo em 1944. Apesar de toda tragédia narrada, Sabina Kustin ora ou outra relembra bons momentos de sua infância, antes de começarem as perseguições nazistas. Como ela bem relata: “A loja de tio Boris situava-se em um local central e privilegiado de Lodz. Ele tinha dois filhos, uma menina chamada Pola e um menino, do qual não me recordo o nome. Eu, meu irmão e meus primos costumávamos brincar muito juntos” (Kustin, 2012, p. 38). Nesse período de sua vida, a narradora criança ainda não imaginava, obviamente, o que estaria por vir: “Eu sabia que era judia de família tradicional, mas não ortodoxa [...] nunca tinha sentido, até então, o menor sinal de intolerância pelo fato de ser judia” (Kustin, 2012, p. 38).

Em várias passagens da obra, a autora acrescenta camadas à escrita de filiação, mostrando-se uma criança e adolescente sequelada e com muitas feridas na alma por ter perdido sua família. Ao mesmo tempo, navega por pensamentos que misturam o passado e o presente:

Acredito que todos foram queimados vivos, juntamente com centenas de outros judeus, como eles, milhões e milhões. Até hoje minha saudade é imensa. Por muito tempo não tive lar nem família. Ao ver uma família unida, chorava. Pronunciar a palavra pai, irmão e mãe foi um carinho que nunca mais tive. Não sabia mais o que era ter o amor dos pais e ser amada por eles (Kustin, 2012, p. 48).

Dominique Viart (2008), em seus estudos sobre a Literatura francesa na contemporaneidade, aponta como uma das características do romance atual, na França, a preocupação com a temática da ascendência e da ancestralidade. Tal projeto faz parte de outro ainda mais amplo, conhecido como as “escritas de si”, em que se incluem as autobiografias e as obras autoficcionais. Observa o autor que, a partir dos anos 80, o caráter de interioridade,

que caracteriza as escritas de si, evolui para o caráter de anterioridade, que define as chamadas escritas da filiação (escrever sobre o pai ou a mãe, por exemplo) (Viart, 2008, p.79) Com base no que Viart dispõe acerca desse tipo de escrita, a obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* enquadra-se em suas teorias.

Por meio de suas lembranças, Sabina Kustin fala não só de si, mas também de seu legado familiar. O teórico Halbwachs (2013, p. 25) aponta que quando recordamos algo, ou seja, quando acionamos nossa memória quanto a fatos que nos marcaram profundamente, somos nós a primeira testemunha, e é a nós próprios que, primeiramente, devemos confiar essas lembranças. Ele afirma que as memórias individuais do sujeito narrador têm relação com as memórias coletivas porque a memória está para além do viés individual das lembranças, ou seja, está imersa na coletividade. Para ele, “a memória coletiva [...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas” (Halbwachs, 2013, p. 55). Partindo do entendimento de Paul Ricoeur em sua obra *A memória, a história, o esquecimento* (2007), memória individual e coletiva podem servir como uma base para a criação de uma determinada identidade de grupo. O autor afirma que a linguagem é portadora do papel principal da memória, pois é por meio da narração que a memória se propaga, reconstrói-se e cria um paralelo entre a memória e a história, entre o passado e o presente. As memórias de Sabina Kustin são permeadas de violência contra ela, sua família e o povo judeu. “Penso não ter ficado louca porque Deus foi bondoso comigo. Eu não parava de chorar, perguntando a mim mesma: Onde estão meus pais e meu irmão? [...] O drama maior foi me separar da minha família. Desesperei-me”, narra a autora (Kustin, 2012, p. 31). Sabina Kustin também narra:

Muitas crianças judias com “tipo físico ariano” conseguiram se salvar. Vi diversas mães que, ao serem levadas aos caminhões, jogaram seus filhos para que alguém da população os pegasse, salvando-os. Acredito que muitos sobreviveram, sem nunca saber que eram judeus (Kustin, 2012, p. 31).

Em 1946, a autora voltou ao gueto de Lodz, onde ela havia presenciado muitas mortes, e foi lá que ela foi apartada de toda sua família. Chorando copiosamente, voltou também ao campo de Bergen-Belsen, no qual viu vários companheiros seus sendo arrastados para as câmaras de gás. Kustin assim nos relata:

Reencontrei o barracão que nos abrigou em condições desumanas e onde passamos fome, frio e sofrimentos indescritíveis”. Impactada, avistou os fornos crematórios, as câmaras de gás e onde se realizavam os “banhos da morte” (Kustin, 2012, p. 59).

Para Viart (2008), o romance de filiação leva em consideração vestígios como objetos da casa dos pais, cartas, documentos, fotos etc. Quanto a isso, Sabina Kustin lamenta: “Não restou uma só fotografia ou objeto da minha família. Dia após dia, eu sentia a necessidade de escrever o que eu e outros passávamos: dor e humilhações físicas e morais” (Kustin, 2012, p. 59). A autora, logo em seguida, opina sobre as atrocidades dos nazistas para com o povo judeu:

Sempre penso: o que valia a nossa vida nas mãos daqueles loucos nazistas? Para eles, ninguém valia nada. Eles pensavam na raça pura, mas eles mesmos se revelaram a raça mais imunda de todas. Até hoje não posso compreender as atrocidades que um ser humano é capaz de contra o seu semelhante. Os nazistas, eles sim, eram verdadeiros animais. Essa é a imagem que devemos guardar daqueles que praticavam a violência, sem limites, a serviço do Terceiro *Reich* (Kustin, 2012, p. 59).

A autora Sabina Kustin, como ela mesma afirma em algumas passagens de seu livro, sempre sentiu a necessidade de registrar por escrito a história de sua vida e de seus familiares. Ela chega a chamar de “desejo, uma compulsão ou, simplesmente, uma válvula de escape, a única que eu possuía” (Kustin, 2012, p. 19). Algumas de suas anotações originais, entretanto, foram perdidas no decorrer da Segunda Guerra Mundial, em suas passagens por alguns países. Essa perda, porém, não diminui o mérito de suas lembranças. Podemos afirmar que seu livro é um documento e um retrato de uma horrível realidade sofrida por ela, especialmente por seu povo, os judeus. Kustin sempre se refere aos pais, ao irmão, aos outros familiares mais próximos, conseqüentemente, aos momentos em que os judeus passaram a ser tratados pelo regime de Hitler como seres inferiores, que possuíam características, segundo o governo nazista, culturais e biológicas repugnantes. Essa obra simboliza um grito de protesto contra a injustiça, o genocídio e o antissemitismo, e é um legado para que futuras gerações tomem conhecimento desse fato terrível que aconteceu no século passado. A narrativa da autora nos remete ao “liame vivo das gerações” de que trata Maurice Halbwachs (2013). Partindo do entendimento desse autor, sempre haverá um laço, uma ponte entre as gerações. Ele afirma que:

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência (Halbwachs, 2013, p. 67).

Podemos afirmar também que a narradora protagonista, ao visitar o gueto de Lodz e o campo de Bergen-Belsen, depara-se com “locais de recordação” de que trata Aleida Assmann (2011): “Somente em 1946, voltei ao gueto de Lodz [...] Depois, voltei ao campo de Bergen-Belsen” (Kustin, 2012, p. 58). Para a teórica Assmann, os espaços têm a capacidade de validar

uma recordação, têm força de memória. Desse modo, Sabina Kustin nos aponta fragmentos relativos à precariedade da situação degradante pela qual os judeus passaram nos campos de concentração e extermínio, que são também locais traumáticos. Conforme afirma Assmann (2011, p. 348), tais lugares são aqueles “escritos com sangue, perseguição, humilhação, derrota e morte”. O rastro de sangue de seus familiares, sobretudo dos pais e de seu irmão Felek, foi sentido na pele por Sabina Kustin. Podemos sentir também, em cada palavra da narração seu sofrimento, quando ela se refere à sua família:

Até a chegada dos nazistas em Lodz, eu tinha uma grande família: avós, pais, tios e irmãos. Quando os alemães entraram na cidade, perdemos o contato com os familiares [...] Todos os irmãos e sobrinhos do meu pai foram levados para o gueto e nele meus avós foram mortos. O destino dos irmãos da minha mãe eu não sei até hoje (Kustin, 2012, p. 47).

Uma das características do romance de filiação é o fato de se tentar estabelecer um *continuum* familiar, preservando e transmitindo às gerações seguintes o legado das anteriores. Não podemos pensar que um legado só acontece após a morte de alguém, pois ele pode ser repassado também enquanto estamos vivos. Para Zilá Bernd (2018):

Memória e transmissão estão intimamente associadas: o processo fragmentário e sempre recomeçado da rememoração encontra seu sentido na transmissão. A transmissão pode se realizar através das narrativas que uma pessoa confia à outra, que uma geração lega à outra (Bernd, 2018, p. 19).

Sobre memória e transmissão, Bernd (2018) ainda acrescenta que um termo não existe sem o outro, pois são duas faces de uma mesma moeda. A autora e narradora Sabina Kustin é, pois, além de uma herdeira, uma espécie de porta-voz das tradições, dos costumes e dos rituais. Percebemos que para a protagonista, é importante e satisfatório partilhar com seus descendentes e leitores esse universo da tradição judaica, porque são marcas da sua identidade cultural. Até os hábitos alimentares, como bem podemos ilustrar com o trecho a seguir, a protagonista faz questão de compartilhar:

As comemorações do calendário judaico aconteciam na casa dos meus avós ou dos meus tios [...] lembro-me [...] das noites de *shabat*⁵ em família. Na noite de sexta-feira, minha mãe cobria a cabeça e abençoava as velas. No jantar, havia o *chala* (pão trançado), o *ioech* (sopa especial) e o *guelfit fish* (peixe). Até hoje me considero uma excelente cozinheira de culinária judaica. Todos os amigos e parentes (sobretudo minhas filhas e netas) adoram quando eu faço esses pratos (Kustin, 2012, p. 39).

⁵ Para a tradição judaica, é o sétimo dia da criação divina. Guarda-se do pôr do sol, na sexta-feira, até o entardecer do sábado.

Mais uma vez, a autora, ao mesmo tempo, mergulha em pensamentos que misturam o passado e o presente, uma vez que rememora as tradições e faz referência ao momento atual da narrativa, demonstrando que ainda hoje faz questão de mantê-las vivas e deixá-las a seus descendentes – filhas, netas, bisnetos etc.

Ao rememorar tudo que passou, a fim de registrar por meio da escrita seu flagelo, acontece uma reapropriação dos fatos, mesmo que de forma muito dolorosa. A autora vasculha seu passado para compor sua narrativa e, nesses vasculhos, em meio à memória individual e coletiva, faz um “acerto de contas” com a ancestralidade. Como afirma Paul Ricoeur (2007, p. 101), “somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam”.

Em outras palavras, o sujeito narrador pode compreender seu passado, avaliar e fazer tal acerto, visto que essa questão é um tema que caracteriza o romance de filiação.

4.2 Violência e trauma

A intenção desta seção é tratar especificamente da violência e do trauma na obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, de Sabina Kustin. Para tanto, utilizamos como embasamento teórico, sobretudo, Seligmann-Silva (2003, 2005, 2007, 2008), além de Freud (1920, 1976, 1996), no que tange ao trauma; e autores como Halbwachs (2013) e Sarlo (2007), para dar uma maior consistência à análise da obra, entre outros autores que se fizerem necessários. Faremos também, nessa seção, um breve diálogo com duas obras cuja temática é também o Holocausto: *É isto um homem?* (Levi, 2013) e *O diário de Anne Frank* (Frank, 2021).

Em suas “Primeiras palavras”, Sabina Kustin faz a seguinte afirmação: “Minha trajetória é um desafio à vida. Desde a minha infância na Polônia, até os dias atuais em São Paulo⁶, luto por sobreviver à violência e à desrazão sem limites” (Kustin, 2012, p. 22). Violência é um termo recorrente nesta obra, conseqüentemente, deparamo-nos com uma protagonista que, do início ao fim de sua obra, relata-nos cenas violentas e os danos psicológicos que lhe causaram. A partir do título da obra: *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, podemos fazer algumas inferências, já que sabemos que a narrativa de um sobrevivente do Holocausto nunca foi de uma história pacífica, mas sim de muito sofrimento, dor e perseguição. Felizes daqueles que não pagaram com a própria vida apenas pelo fato de serem judeus ou por serem de outras minorias, como os ciganos e homossexuais, por exemplo, apenas para citar algumas delas. São pessoas que não silenciaram a história de suas vidas, embora muitos sobreviventes tenham tido

⁶ A autora vive em São Paulo, onde foi vítima de um assalto em sua casa na década de 90. A brutalidade dos assaltantes ainda hoje a perturba psicologicamente.

extrema dificuldade em lembrar tudo que passaram e de expor por meio da escrita tal experiência.

Os traumas, recalques e silenciamentos devem ser levados em conta quando se procura analisar memórias do período em que o nacional-socialismo esteve no poder. Deve-se compreender os relatos orais, biografias e autobiografias, testemunhos (escrita de si), expressões da memória individual que dialogam com a memória coletiva. No caso das narrativas de sobreviventes do Holocausto, são mais do que isso, visto que são, geralmente, resultado de um trabalho político no sentido de se manter viva a recordação do período em que os judeus e outros sujeitos foram perseguidos e, assim, enfrentar-se afirmações negacionistas e/ou revisionistas.

O nazismo, com todas as suas atrocidades, provocou uma humilhação imensa, sofrimento físico e psíquico e despersonalização, pois os judeus eram vistos e tratados não como seres humanos, mas como meros objetos, algo que deveria ser abatido e exterminado por completo. Despojados de qualquer bem, afastados da dignidade e privados de viver, milhões de judeus foram transportados como animais para campos de concentração, onde viveram constantes ameaças à vida, assistiram a muitas mortes e viveram em condições deploráveis de higiene e de fome. A protagonista narra no excerto destacado a seguir, a violência a que eram submetidos os judeus a caminho do extermínio ou dos campos de concentração:

[...] saindo de um esconderijo próximo de minha casa, fui pega pelos nazistas e colocada num caminhão cheio de crianças que seriam levadas para as câmaras de gás. Os alemães tratavam os judeus como animais. Gritos e choros tomavam conta do ar. Cada vez jogavam mais gente naquele caminhão e o pavor dominava. Sabia que ia morrer [...] percorremos muitos quilômetros. Quando o caminhão parou na rodoviária, vi onde estavam os “transportes de judeus” que seriam levados para os campos de concentração (Kustin, 2012, p. 52).

Sabina Kustin, felizmente, com a ajuda de um padre, foi salva nessa ocasião supracitada, mas há mais de um relato, em relação a esse transporte de judeus presenciado por ela: “Eram carros para transporte de gado, hermeticamente fechados e vinham de toda a Europa para os maiores campos, repletos de judeus deportados” (Kustin, 2012, p. 57).

A desumanização vivida dentro dos vagões de carga é narrada como um fato que deteriora o indivíduo. Não havia alimentos, água, condições de higiene, como já foi dito. A degradação das condições é contada pela sobrevivente Sabina Kustin com horror. Após o padre ter sido denunciado, Sabina Kustin, juntamente com outras 7 crianças e outros judeus, foi levada em automóveis usados para transporte de gado e ou em vagões de trem adaptados para levar

prisioneiros. A protagonista ressalta as condições enfrentadas durante o trajeto, conforme demonstra o relato abaixo:

Os alemães nos levaram para o campo de Bergen-Belsen, no final de 1944 [...] Até chegarmos ao campo, viajamos dias seguidos encurralados nos vagões de trem. A viagem deve ter durado uma semana. Sentíamos sufocados, sem roupas adequadas para o inverno e sem alimento. As pessoas faziam as suas necessidades no próprio vagão (Kustin, 2012, p. 57).

A autora, no trecho acima nos relata seu destino, após a denúncia contra o padre, mas a deportação e o destino incerto podem ser vistos como uma forma de desumanização, isto é, um objetivo utilizado pelo regime nacional-socialista para torná-los menos humanos, pois os prisioneiros judeus não eram dignos de viver. A narradora protagonista se revela ressentida: “Os nazistas, eles sim, eram verdadeiros animais. Essa é a imagem que devemos guardar daqueles que praticavam a violência, sem limites, a serviço do Terceiro *Reich*” (Kustin, 2012, p. 59). Embora magoada, num determinado momento da narrativa ela se volta parcialmente para o perdão: “Entendi [...] que nem todo o povo alemão foi culpado da desgraça do nazismo. Hitler fez uma verdadeira lavagem cerebral na população. Perdoei os alemães, mas não os nazistas” (Kustin, 2012, p. 110).

As torturas, as humilhações e a desumanização sofridas fizeram com que muitas das vítimas silenciassem os fatos vividos no período, com o intuito de não rememorem seus traumas. Porém, alguns sobreviventes encontraram no relato uma forma de trabalhar esse passado e de repassar sua experiência adiante. Podemos citar, novamente, a obra *É isto um homem?* (Levi, 2013), como sendo um exemplo. Primo Levi busca recuperar suas lembranças do campo de concentração e da longa jornada para retornar à Itália após a guerra. Na referida obra, de 1958, considerada um dos mais importantes trabalhos memorialísticos do século XX, Primo Levi fala da sua experiência no campo de concentração de Auschwitz, quando para lá foi deportado em 1944, e de sua libertação pelo Exército Vermelho em 27 de janeiro de 1945. As narrativas de cunho testemunhal têm na memória seu principal ponto de apoio, e a narrativa de Primo Levi, bem como a de Sabina Kustin, não são meramente romances autobiográficos, mas um grito de denúncia contra um dos fatos mais trágicos da humanidade. Primo Levi consegue inserir o leitor em sua obra, fazendo justamente o que ele se propunha a fazer, isto é, narrar para que nós leitores nos transformássemos em participantes.

Gostaríamos também de trazer para esta seção, e com ela dialogar, outra obra: *O diário de Anne Frank* (Frank, 2021). Assim como Sabina Kustin rememora traumáticamente o que passou desde sua tenra idade, deparamo-nos com a narrativa de uma adolescente também

traumatizada pelo nazismo. Enquanto Kustin vai da infância e da adolescência até a vida adulta, Anne Frank encerra, infelizmente, seu ciclo de vida ao completar 16 anos. Ela não chega a ver sua obra publicada, pois isso acontece somente alguns anos depois de ela ter sido mais uma vítima do terrível genocídio. Seu pai decide transformar seu diário em um livro, o qual figura entre os mais lidos no mundo. Sabina Kustin conseguiu sobreviver, e tal qual Anne Frank, conta-nos sua vida de muita dor e sofrimento.

Há muitas obras, obviamente, que tratam dessa temática, como a de Primo Levi citada acima, no entanto, dialogamos com essas duas também porque em ambas as obras temos trechos sob o olhar de duas adolescentes que não compreendiam por que o povo judeu era tão hostilizado pelos nazistas. Elas não conseguiam assimilar a razão de tanto ódio, que culminou no maior genocídio da história, pelo simples fato de serem judias. Anne Frank narra: “Após maio de 1940 foram-se acabando os bons tempos: primeiro a guerra, depois a capitulação, em seguida a entrada dos alemães e então, a desgraça para nós, judeus, começa” (Frank, 2021, p. 19). Mais à frente, ela também conta: “Eu levei um grande susto; uma convocação da polícia alemã, todo mundo sabe o que isto significa; surgiram na minha mente campos de concentração e celas solitárias” (Frank, 2021, p. 27).

Esse trecho ilustra o tamanho da desolação, do medo e da violência extrema que milhares de crianças e adolescentes judeus, como Anne Frank e Sabina Kustin, tiveram que suportar. A adolescente Anne Frank, bem como Sabina Kustin, narra o horror que a esperava. Ela pressentia sua morte a cada minuto, e a de outros, apenas por serem judeus. O destino já era predestinado ao genocídio: “Ninguém escapa desse destino, a menos que se esconda. Ninguém é poupado: idosos, crianças, bebês, grávidas, doentes, todos, sem exceção, marcham juntos para o caminho da morte” (Frank, 2021, p. 61). São visões dantescas, tristes e desumanas presentes nas duas obras. Em uma, visões de uma adolescente que, ao registrar suas memórias e traumas, sempre se dirige à sua amiga imaginária: Katty. Em outra, as de uma já adulta, mas que também tinha o hábito ainda adolescente de fazer pequenas anotações, conforme ela mesma diz: “Preocupada em juntar tudo o que via e sentia, cheguei a juntar quase 50 rascunhos” (Kustin, 2012, p. 19). Anne Frank pode ter encontrado na escrita um mecanismo que fizesse com que ela se mantivesse sempre “viva”. A própria escritora afirma: “A minha escrita ajudou-me a sair um pouco das profundezas do desespero [...] o melhor de tudo é poder escrever todos os meus pensamentos e sentimentos, se assim não fosse, já teria sufocado completamente” (Frank, 2021, p. 213).

Nós, leitores de alguns trechos desses testemunhos sob a visão dessas duas adolescentes, ficamos horrorizados porque as cenas aparecem em nossas mentes como imagens de filmes de

terror, com a agravante que foram acontecimentos verídicos e facilmente comprovados pela história documental.

A respeito de trauma, podemos dizer que é um tipo de lesão decorrente de um evento drástico, fruto de catástrofes, guerras, atentados, agressões num âmbito geral etc., ou seja, uma experiência dolorosa que afeta o ser humano física ou psicologicamente. Neste estudo, abordaremos o trauma como um dano provocado pelo Holocausto nos sobreviventes, especificamente, a partir da narrativa de Sabina Kustin, autora da obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*. Convém, primeiramente, referenciar o estudioso Seligmann-Silva (2008), pois ele discorre, em muitos dos seus textos, sobre trauma, e narrativa testemunhal. Termo etimologicamente de origem grega e que significa ferimento, Seligmann-Silva diz que o trauma traz em si questões que envolvem esquecer a cena do sofrimento e rememorar-la repetidamente; querer contar de modo claro e não conseguir dizer de modo total. O trauma pode ser decorrente da subjugação, da tortura ou do extermínio de várias pessoas, como é o caso do Holocausto. Seligmann-Silva (2008, p. 66) diz que “narrar o trauma tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”. Isso acontece porque o ser traumatizado precisa retornar ao seu cotidiano a fim de reconstruir a sua vida. A nossa linguagem, entretanto, é incapaz, muitas vezes, de descrever, seja oralmente ou por escrito, o trauma. Isso pode ocorrer visto que, num primeiro momento, há um silenciamento fazendo com que o traumatizado não expresse, por meio do testemunho, a sua dor e suas experiências. A respeito desse tipo de experiência, a teórica Beatriz Sarlo explica que “a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração [...]” (Sarlo, 2007, p. 24). O sujeito que narra possui corpo e voz, logo, o ato de narrar é potencializado, e esses dois termos são subjacentes à experiência, sendo eles, assim, responsáveis pelo que é dito. Para Sarlo (2007), a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência. A narradora Sabina Kustin é, acima de tudo, uma testemunha legitimada por sua experiência. Testemunho e experiência são dois termos que carregam em si um peso histórico.

Em seu artigo intitulado “*Testemunho da Shoah e literatura*”, Seligmann-Silva (2007) aborda algumas obras brasileiras que tratam especificamente do Holocausto, e entre elas está a de Sabina Kustin. O autor sustenta que elas se enquadram na tradição de escritos testemunhais de sobreviventes do Holocausto e compartilham, de modo geral, várias de suas características básicas, a começar pela afirmação da necessidade de narrar o ocorrido. Segundo ele, são essas algumas delas:

1) um impulso para se livrar da carga pesada da memória do mal passado; 2) como dívida de memória para com os que morreram; 3) como um ato de denúncia; 4) como um legado para as gerações futuras; e, finalmente, 5) como um gesto humanitário na medida em que o testemunho serviria como uma memória do mal (Seligmann-Silva, 2007, p. 9).

Seligmann-Silva ainda assevera que as narrativas a que ele se refere no artigo citado são apresentadas como exemplo negativo, visando prevenir, de alguma forma, a repetição deste tipo de horror. Vejamos o que relata Sabina Kustin: “Escrevo não só para lembrar fatos, mas também a fim de clamar para que outros horrores não se repitam, como a morte em massa de seres humanos indefesos” (Kustin, 2012, p. 112).

Freud (1955) assegurou em seus estudos que nós não temos um controle global sobre nossas próprias memórias. Para esse teórico, as memórias podem retornar repetidamente sem serem desejadas, ou desaparecer sem que se tenha a possibilidade delas nos lembrarmos. O trauma, para Freud, “é uma consequência da natureza devastadora do evento ou do aparato psíquico do indivíduo, que pode não estar preparado para responder a determinados estímulos” (Freud, 1955 *apud* Araújo; Santos, 2007, p. 9). Se um estímulo bastante forte nos afeta, nós não somos capazes de responder a ele. Tal estímulo quebra nossas barreiras protetoras, passando a fazer parte de nosso próprio organismo, sem que possamos nos defender.

Sabe-se que a psicanálise, indubitavelmente, desde Freud, considerou o trauma como fonte de sofrimentos psíquicos imensuráveis. A violência traumática aparece desde o princípio na obra freudiana. Ele trata do conceito de trauma, fazendo uma relação não com o mundo interior do sujeito, mas com o que está fora dele, isto é, com aquilo que vem do exterior:

Descrevemos como ‘traumáticas’ quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor. Parece que o conceito de trauma implica necessariamente numa conexão desse tipo com uma ruptura numa barreira sob outros aspectos eficazes contra os estímulos. Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis (Freud, 1976, p. 45).

À medida que Sabina Kustin vai narrando, suas memórias traumáticas ficam num ir e vir incessante. Ela perscruta, instiga, busca respostas ou tenta explicar. Ela afirma que muitos não entendem de fato o que significa Holocausto, e explicita em poucas e dolorosas palavras esse genocídio feito pelo regime nazista durante a segunda Guerra Mundial. A autora não teoriza. Ao contrário, ela prefere expor as atrocidades cometidas. Seu “escudo protetor”, conforme diz Freud, é atravessado, sua couraça se desnuda:

É difícil imaginar pessoas queimadas, algumas delas vivas, nos crematórios, mortas em câmaras de gás, homens, mulheres, idosos, crianças; obturações e dentes de ouro arrancados das bocas de prisioneiros vivos, experiências científicas em mulheres grávidas, entre outros sadismos. E tudo articulado em nome de uma “raça pura!” (Kustin, 2012, p. 112).

O tom da protagonista é emocionalmente angustiante e perturbador em cada trecho narrado: “Um de meus tios [...] não quis se separar da esposa e dos filhos, razão suficiente para ser pendurado e morto em praça pública pelos nazistas. Eu presenciei toda essa desgraça” (Kustin, 2012, p. 43). A cena vista por Sabina Kustin foi, assim, transformada mais uma vez em palavras que chocam os leitores. Em sua memória traumática, certamente, persistem também odores e sons capazes de desencadear violentos estados de ansiedade e dolorosas sensações físicas: “Escutávamos sem parar a batida das botas dos alemães. Ao ouvirmos o refrão da cadência de sua marcha, “*ei, tzvei* [...]” (“um, dois [...]”), tremíamos que o fim estivesse chegando. Morríamos um pouco de cada vez” (Kustin, 2012, p. 51).

É possível que os descendentes de Sabina Kustin tenham herdado facilmente dores e culpas, medos, interditos e pactos de silêncio, e as experiências traumáticas podem ter um profundo impacto na saúde física e mental de um indivíduo. Testemunhar tanta violência seria uma tentativa de superar o trauma? Compreendê-lo seria essencial para ajudar o ser traumatizado a se curar e a se recuperar dessas experiências? Para Seligmann-Silva (2003), aquele que sofreu um trauma tem a tendência a narrar, como um subterfúgio, a fim de abrandar essa dor. Ainda que não seja uma narrativa exata, o sujeito pode, por meio da imaginação, simbolizar. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração, segundo as palavras de Seligmann-Silva no artigo “*Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*”. Ele chega a afirmar, também nesse artigo, que certos indivíduos torturados ou traumatizados podem ter uma narrativa com falas desconexas, e ainda diz que “para a psicanálise, a experiência traumática não pode ser assimilada de modo completo; por isso ocorre a repetição constante, alucinatória, por parte da vítima, da cena de impacto” (Seligmann-Silva, 2008, p. 51). A pessoa traumatizada pode ficar com sequelas físicas ou psíquicas que a acompanharão até o fim da vida. Sabina Kustin, em um dos trechos de seu livro, conclui que o Holocausto “foi uma tortura moral, psíquica e desumana” (Kustin, 2012, p. 55). Ao mesmo tempo que diz que “foi”, a autora reflete acerca do que ainda hoje está acontecendo no mundo:

Continuo aprendendo sobre tudo o que acontece no mundo atual, tão perturbado pela violência e pela miséria. Eu pensei que depois do Holocausto não haveria mais racismo, nazismo e fascismo. Mas, ao ver os povos da Bósnia, Ruanda Afeganistão e Etiópia morrendo sem piedade, me recordo dos campos de concentração. Fico chocada com a falta de respeito a esses pobres

e miseráveis seres humanos, verdadeiros esqueletos vivos (Kustin, 2012, p. 111).

Todo tipo de maldade, sofrimento e violência a faz rememorar e, certamente, de forma traumática, o que passou durante o Holocausto. “Me recordo dos campos de concentração” é uma frase que mesmo sem ser dita com palavras em outras passagens da obra, sabemos que em seu interior ela está presente, machucando-a, ferindo-a novamente. Sabina Kustin lança uma pergunta logo em seguida: “Será que o mundo se esqueceu da maior catástrofe que a Humanidade já presenciou? (Kustin, 2012, p. 111).

Em alguns trechos da obra, Sabina Kustin enfatiza ser uma sobrevivente do Holocausto. Ela não fala só por falar, mas para nos mostrar, por meio de seu testemunho, que é uma mulher de fibra, sofredora e valente ao mesmo tempo, que não se deu por vencida diante dessa terrível catástrofe:

Sobrevivi ao Holocausto nazista em suas múltiplas facetas e enfrentei desafios [...] Convivi com as lembranças do confinamento no campo de concentração de Bergen-Belsen após ter ficado dois anos escondida no subsolo de uma igreja católica, com a dor da perda dos meus pais e do meu irmão para os fornos crematórios (Kustin, 2012, p. 110).

Considerando os tipos de testemunhos – *testis* (aquele que assiste como um terceiro) e *supertes* (o que subsiste além, sobrevivente que se mantém no fato) – e nos baseando nos estudos de Seligmann-Silva (2005), é possível sustentar que a narrativa de Sabina Kustin se enquadra no tipo *supertes*, por ter vivenciado o trauma que ela própria está narrando.

Diante do exposto, podemos afirmar que os traumas coletivos e individuais, uma vez registrados na memória – tanto coletiva quanto individual – conforme trata Halbwachs (2013), constituem um passado umbroso de cada ser humano vítima de algum tipo de violência. Ademais, é nítido, num primeiro momento, haver um silenciamento por parte do indivíduo traumatizado. Mesmo ocorrendo uma necessidade de se narrar o trauma, também existe uma dificuldade de narrá-lo, uma vez que o ser traumatizado retorna à cena traumática, e é por isso que se faz necessário o uso da imaginação no testemunho, visto que a imaginação pode auxiliar a memória.

4.3 Traumas: consequências da guerra

O objetivo desta seção é tratar do trauma como consequência da guerra, especificamente, da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), visto que a obra testemunhal *A vida*

e a luta de uma sobrevivente do Holocausto, objeto de pesquisa deste trabalho, situa-se, em grande parte, nesse recorte temporal. A narrativa de Sabina Kustin, autora da obra em questão, vai do seu nascimento, em janeiro de 1928, aos seus 76 anos. Dores, sofrimentos, lágrimas e traumas permeiam o testemunho dessa sobrevivente do Holocausto em diferentes fases de sua vida. Sabina Kustin lutou para se manter viva, pagando um preço muito alto por isso. Apenas algumas memórias da convivência com sua família, quando era criança, são narradas como momentos felizes. Nada além disso. De resto, trata-se de uma narrativa tensa, cheia de tristeza e horror.

As ideias fundamentais da presente seção estão amparadas nos estudos de Freud (1917, 1955), Márcio Seligmann-Silva (2000, 2003, 2005, 2008), Eric Hobsbawn (1995), David da Rosa (2020) e Ferenczi (1932). Fizemos referência também à tese de doutorado de Romilton Oliveira (2017) e a outras obras afins que se fizeram necessárias.

A Segunda Guerra Mundial é um fato histórico que ainda traz grandes interrogações. Por mais que tenhamos um volume de periódicos, resenhas, dissertações e teses, as dúvidas, ou melhor, o fascínio sobre o tema ainda é muito forte.

Foram várias as crises políticas ocorridas no período entre guerras. De todos os problemas, o de maior peso, e responsável pelo desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, foi o expansionismo alemão, logo após a tomada do poder pelos nazistas, em 1933. Apesar do que determinava o Tratado de Versalhes, a Alemanha continuou com seu projeto de expansão. Como se sabe, esse tratado foi um acordo celebrado pelos países vencedores da primeira Guerra Mundial a fim de encerrar o conflito, mas seus termos foram considerados muito duros pelos alemães, sendo visto, desde o início, como desacato, e sendo considerada uma afronta ao país, algo humilhante. As decisões propostas no tratado desencadearam várias ondas de insatisfações e revoltas nas décadas seguintes, as de vinte e trinta. Em relação ao Tratado de Versalhes, Eric Hobsbawn explica que: “Todo partido na Alemanha, dos comunistas na extrema esquerda aos nacional-socialistas de Hitler na extrema direita, combinavam-se na condenação do Tratado de Versalhes como injusto e inaceitável” (Hobsbawn, 1995, p. 35).

Entre os fatores que podem ter facilitado o processo de expansão da Alemanha há a chamada Política de Apaziguamento por parte da Liga das Nações, cuja postura consistia em evitar, ao máximo, confrontos diretos com os nazistas, demonstrando, assim, que diversos países já temiam uma nova guerra com grandes proporções globais. Numa sucessão muito rápida de fatos, Adolf Hitler criou uma situação na Europa em que não havia possibilidade de retorno, pois era a guerra ou simplesmente concordar com as regras impostas pelos nazistas. Em 1933, a Alemanha se retira da Liga das Nações e tem início um rearmamento clandestino

no país. No ano seguinte, Hitler assina um pacto de não agressão com a Polônia. Também em 1934, a agitação nazista na Áustria coloca na ordem do dia a questão da unificação da Alemanha com a Áustria. Benito Mussolini, então, temeroso de uma Áustria-Alemanha unida em suas fronteiras, mobiliza tropas próximas à fronteira austríaca. Visto que Hitler não se sentia preparado militarmente, recua dessa tentativa de unificação, vindo ela a acontecer apenas em 1938.

Adolf Hitler e Mussolini firmaram com o governo japonês a aliança que ficou conhecida como Eixo, por meio do pacto chamado *Anti-Komintern* (anticomunismo), com a clara intenção de enfrentar a ex-União Soviética. A Alemanha foi, paulatinamente, expandindo seu território na Europa, enquanto a França e a Inglaterra permaneciam em estado de neutralidade. Desse modo, Hitler mudou sua atenção para a ex-União Soviética, assinando, juntamente com Stalin, o Pacto Nazi-Soviético de Não Agressão, em 1939. Esse pacto garantia que o exército alemão poderia marchar em direção à Europa Oriental, desta forma, a ex-URSS recuperaria os países bálticos e a Polônia e, após a conquista, seria dividida entre os dois países. Como parte da estratégia de Hitler, a Alemanha já tinha participado, em 1938, da Conferência de Munique, da qual participaram os primeiros-ministros francês e britânico, juntamente com Mussolini e Hitler.

Nessa conferência, o líder nazista comprometeu-se a resolver questões de interesse internacional, apenas sob consulta. O acordo, entretanto, foi desrespeitado por Hitler, que pressionava a Polônia para obter o Corredor Polonês, o qual seccionava em dois polos a Alemanha, além de ter invadido a Checoslováquia. Com isso, os líderes da França e da Inglaterra comprometeram-se a apoiar a Polônia contra Hitler, o que deixou Stalin desconfortável, pois temia uma invasão anglo-francesa. Os alemães e soviéticos assinaram o tal pacto Germano-Soviético, também conhecido como Pacto *Molotov-Ribbentrop*, em 23 de agosto de 1939. De acordo com esse tratado, tinha-se garantida a intervenção aliada, no caso de invasão da Polônia. O autor David da Rosa, na obra *Nazismo* (2020) declara que:

Os dois países tinham interesses escusos na assinatura desse pacto. A Alemanha queria garantir que não haveria uma resposta militar soviética no caso de uma invasão da Polônia, enquanto Stalin ganharia tempo para equipar melhor seu exército para uma inevitável guerra contra os alemães (Rosa, 2020, p. 88).

No dia 1º de setembro de 1939, sem declaração formal de guerra, tropas alemãs invadem a Polônia. A Inglaterra e a França exigem que a Alemanha evacue o território polonês. Diante da negativa alemã, a Inglaterra declara guerra à Alemanha, em 3 de setembro, sendo seguida

pela França. Em termos de iniciativas e operações militares, pode-se falar em dividir o conflito em dois períodos: um que se estende de 1939 a 1941, em que as iniciativas partem dos países do Eixo; e outro que vai de 1942 a 1945, cujas iniciativas partem dos aliados.

Em três semanas a Polônia foi destruída. Os poloneses não tinham nenhuma condição de resistência contra tanques de guerra, aviões de combate e uma tropa muito bem equipada. Para completar a devastação do país, em 18 de setembro o exército soviético invade a fronteira oriental polonesa. As ofensivas alemães usavam esquadrilhas e carros blindados simultaneamente, com uma velocidade sem comparação. Esse tipo de guerra ficou conhecido como *Blitzkrieg*, palavra formada por dois termos alemães: *blitz* (relâmpago) e *krieg* (guerra), significando, portanto, guerra-relâmpago. O intuito era, portanto, evitar que as forças inimigas tivessem tempo de organizar a defesa.

Em dezembro de 1941, a base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, foi atacada pela marinha japonesa sem uma prévia declaração de guerra. Essa ofensiva assinala a entrada dos estadunidenses na guerra ao lado dos aliados e pelo início do conflito entre os Estados Unidos e Japão, só encerrando em setembro de 1945. Segundo Hobsbawn:

O ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 tornou a guerra mundial. Dentro de poucos meses, os japoneses tinham tomado todo o Sudeste Asiático, continental e insular, ameaçando invadir a Índia a partir da Birmânia no Oeste, e o vazio Norte da Austrália a partir da Nova Guiné (Hobsbawn, 1995, p. 39).

Como é sabido, o ápice desse espetáculo de barbárie e violência foi o lançamento sobre o solo japonês, pelos Estados Unidos, de duas bombas atômicas. Obviamente, isso nos revelou até que ponto o ser humano é capaz de propagar a destruição. Essas bombas foram lançadas para forçar a rendição do Japão e, assim, evitar que as tropas norte-americanas precisassem invadi-lo por terra.

No início de 1945, as tropas aliadas iniciam o ataque final contra a Alemanha. O país foi invadido por praticamente todas as fronteiras. Todas as fontes de suprimentos foram cortadas. Em 30 de abril de 1945, Hitler suicida-se em Berlim. Em 8 de maio de 1945, os alemães assinam uma rendição internacional. Terminava, desse modo, a guerra na Europa.

Mesmo envolvendo diferentes países, não é nenhum absurdo afirmar que a principal causa da Segunda Guerra Mundial foi o nazismo. A Alemanha tentava se vingar da humilhação sofrida pela Primeira Guerra Mundial. O que se viu durante os seis anos dessa guerra foi talvez o fato mais obscuro da história: aproximadamente entre 60 a 70 milhões de vidas foram

ceifadas, mais de 6 milhões de judeus e outras minorias foram mortos nos campos de concentração e de extermínio, flagelo conhecido como Holocausto ou Shoah.

Diante do que foi exposto brevemente nesta seção, acerca da Segunda Guerra Mundial – contexto histórico, causas e consequências mundiais – devemos refletir sobre uma outra consequência: como isso afetou psicologicamente os sobreviventes que testemunharam ou que ainda testemunham esse massacre sem precedentes em toda a história? Muitas vítimas que já morreram podem ter deixado registros escritos transformados em livros, adaptados para documentários e filmes, sendo possível, assim, localizar, certamente, os danos que abalaram suas mentes. Da mesma forma, aqueles que ainda vivem podem, por meio de narrativas orais ou escritas, testemunhar ao mundo os horrores da guerra e do nazismo, e as consequências danosas que ainda hoje os maltratam mentalmente sob forma de traumas, como é o caso da sobrevivente do Holocausto Sabrina Kustin.

Sigmund Freud (1917, 1920, 1955) e Sándor Ferenczi (1932) são dois grandes estudiosos do trauma. Apesar de estarmos tratando deste tema como consequência da guerra e, conforme já foi dito no início desta seção da Segunda Guerra Mundial, não podemos deixar de nos reportar aos estudos desses dois grandes teóricos quando tratam, sob o viés da psicanálise, das neuroses traumáticas e de guerra. Suas teorias são, certamente, importantes para se estudar o dano psicológico causado nesses sobreviventes vítimas da Segunda Guerra e do Holocausto, uma vez que os sintomas traumáticos gerados nas pessoas aconteceram independentemente de quando as duas grandes guerras ocorreram. De qualquer modo, esses sobreviventes foram afetados.

Uma revisão crítica da literatura, no que se refere às afecções neuróticas produzidas em tempos de guerra, sob a perspectiva da psicanálise, foi apresentada pelo psicanalista húngaro, discípulo de Freud, Ferenczi (1932), no V Congresso Psicanalítico Internacional, em Budapeste. De acordo com seu relatório, o mais comum, até aquele momento, eram os médicos enquadrarem os casos traumáticos entre as doenças orgânicas, pois supunham haver graves danos no sistema nervoso. Outros médicos, entretanto, consideravam esses estados como perturbações funcionais desse sistema, sem a ele trazer maior prejuízo. Contrariamente a esse pensamento, Ferenczi (1932) defendeu veementemente, nesse congresso, que o fator psíquico deveria ser apontado como o principal responsável por tais afecções. No lugar de usar a descrição imprecisa de mudança funcional, o teórico comunga com Freud o emprego do termo mudança mental.

Todo trauma é considerado uma violência? Para a psicanálise, a ideia de neurose de guerra relaciona-se ao conceito de trauma quando provém de uma violência cruel. Freud (1917)

escreveu sobre o tema neurose de guerra em vários textos de sua longa e importante obra. Em uma de suas conferências, cujo título foi “*Fixação em traumas - o inconsciente*”, Freud faz uma analogia entre a neurose e a neurose de guerra ou traumática, afirmando que, em ambos os casos, existe um ponto de fixação traumático. Ele assevera que:

As neuroses traumáticas não são, em sua essência, a mesma coisa que as neuroses espontâneas que estamos acostumados a investigar e tratar pela análise; até agora, não conseguimos harmonizá-las com nossos pontos de vista, e espero, em alguma época, poder explicar-lhes a razão desta limitação (Freud, 1917, p. 324).

Observa-se que o teórico, em sua citação, diferencia neurose e neurose traumática, mas reitera, ainda na mesma conferência, que embora haja essa diferenciação entre elas, em relação à qualidade do trauma, isto é, estruturante na neurose e não estruturante nas neuroses de guerra, há um ponto de interseção. Freud observa que nem toda fixação conduz necessariamente a uma neurose, mas que “toda neurose inclui uma fixação” (Freud, 1917, p. 326 *apud* Jaques, 2012, p. 2).

Em duas passagens da obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, a protagonista Sabina Kustin narra: “Não sei explicar como esse horror diário não me deixou enlouquecida” e “Penso não ter ficado louca porque Deus foi bondoso comigo. Eu não parava de chorar” (Kustin, 2012, p. 44, 51). Percebemos que a autora, devido aos momentos traumatizantes que vivenciou, os quais estão testemunhados na obra, questiona seus próprios estados mentais e diz ter beirado à loucura. O que demonstra não ser difícil para um ou uma sobrevivente do Holocausto sofrer um colapso psíquico grave ao ponto de ter suas faculdades mentais comprometidas.

O estudioso Romilton Batista (2017), em sua tese de doutorado intitulada *Trauma na literatura: António Lobo Antunes e a experiência na escrita*, declara que:

Para Tereza Pinheiro, em seu livro *Ferenczi: do grito à palavra* (1995), concordando com a abordagem ferencziana, somente o corpo guarda a lembrança do trauma e é ele que se expressa nos silêncios do paciente durante a sessão analítica, mostrando que a voz que se cala, assim como as representações do evento traumático, deixa o corpo se expressar, e são as palavras desse corpo que o analista deverá escutar (Batista, 2017, p. 197).

O pensamento supracitado corrobora com o que a prefaciadora da obra em estudo observa em Sabina Kustin, pois ela diz que nas entrelinhas da narrativa da protagonista podem-se perceber silêncios que, segundo ela, são propositais, chegando a se assemelharem a uma respiração artificial. O corpo de Sabina Kustin fala mesmo quando ela não consegue se

expressar por palavras escritas ou ditas. O medo e as imagens de horror afastam as lembranças, e é preciso um tempo para que a narradora recomece sua narrativa, após seus silêncios. Mesmo que seus traumas não possam ser claramente expostos para os outros, é por meio da escrita que Sabina Kustin consegue se recompor e representar na narrativa traumática suas cicatrizes. Ela mesma afirma que escrever sempre foi uma necessidade, um desejo e uma compulsão ou, simplesmente, “uma válvula de escape, a única que eu possuía” (Kustin, 2012, p. 19).

Para Seligmann-Silva (2003), a escrita do sobrevivente é sempre vinculada à memória dos que não sobreviveram. “Nesse sentido, escrever é uma forma de dar túmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos” (Seligmann-Silva, 2003, p. 55). Os nazistas mataram toda a família de Sabina Kustin, mas ela encontrou forças para escrever suas memórias, embora traumáticas, como uma forma também de denúncia. Ela conseguiu sobreviver e virou porta-voz de todos aqueles que morreram, vítimas desse terrível massacre. Acreditamos que muitas outras vozes que estavam silenciadas possam, a partir da narrativa corajosa de Sabina Kustin, ter intrepidamente gritado, por meio de outras obras, ao mundo.

Ainda referenciando Seligmann-Silva (2000), ele sustenta o que se segue em relação ao trauma: “Quando falamos de trauma, queremos dizer eventos ou estados sentimentais que ameaçam esse limite: extrema dor física ou psíquica, por exemplo” (Seligmann-Silva, 2000, p. 223). Podemos afirmar, assim, que a dor do trauma que atinge o ser humano é tão profunda que pode causar um desconforto perene, um desequilíbrio permanente. Diante dessas fatalidades, a Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, o Holocausto, para os sobreviventes que vivenciaram esses horrores, trazem consigo essas feridas na alma, essas marcas que os acompanharão pelo resto de suas vidas.

O trauma é um tema que desperta muito interesse nas pessoas, bem como a Segunda Guerra Mundial, cujo contexto histórico e suas conseqüências são instigantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este estudo elencamos um problema: de que forma aconteceram a memória traumática e a violência na narrativa autobiográfica *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* (2012), de Sabina Kustin, assim como analisar as marcas que a inserem no gênero da escrita de si e na vertente narrativa de filiação. Para tanto, partimos das seguintes questões norteadoras: Por que a protagonista dessa obra desenvolve profundas marcas de melancolia como o luto, a dor e o trauma? Quais marcas subjetivas e biografemas comprovam que esta obra pertence ao gênero da escrita de si, caracterizando-a como texto autoficcional? É possível comprovar que a obra é Narrativa de Filiação e escrita de testemunhal, ao mesmo tempo? Para responder a contento todos estes questionamentos se fez uma investigação transformada em 5 capítulos e 11 subcapítulos respondendo a todas elas. Após a pesquisa, chegamos às constatações que se seguem. Baseando-nos nos teóricos que tratam da escrita autobiográfica e da autoficção, tivemos o objetivo de provar que a obra em questão é pertencente à categoria da Escrita de si, visto que ela apresenta muitas características desse tipo produção literária como escrita em primeira pessoa, marcas de subjetividade ou evocação de lembranças. Levando em consideração o arcabouço teórico em que nós nos apoiamos, podemos constatar que *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto* é também Narrativa de Filiação, pois a autora retorna à sua infância e, por meio de suas memórias, narra o legado deixado por seus antepassados. No que diz respeito ao aspecto memorialístico atrelado ao meio, contexto social e político e o contexto histórico, como a segunda Guerra Mundial e o Holocausto, a obra pode ser considerada da mesma forma como literatura de testemunho. Como uma sobrevivente do Holocausto e diante de tanta violência sofrida pela autora e por sua família, a narrativa de Sabina Kustin pode ser apontada, considerando o referencial teórico que trata do tema trauma, igualmente como uma narrativa traumática. A autora aponta em sua narrativa cicatrizes incuráveis provocadas pelas consequências da guerra e pelo maior massacre contra a humanidade já visto.

Na atualidade, corremos riscos de proliferação de pensamentos racistas, logo, estudar registros do passado feitos por aqueles que testemunharam direta ou indiretamente o Holocausto ou Shoah tem um importante papel na conscientização e educação dos mais jovens. No prefácio da obra *A vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto*, a professora Maria Luiza Tucci Carneiro (2012) afirma que o livro de Sabina Kustin vai além do caráter individual do registro para alcançar um significado universal como registro de memória coletiva. A prefaciadora ainda assevera que:

A trajetória de vida de Sabina Kustin – sobrevivente do nazismo alemão e da violência urbana de São Paulo – simboliza um protesto contra a degradação da retórica pública, a injustiça e o genocídio. Suas lembranças nos oferecem munição para lutar contra os neonazistas e revisionistas [...] (Carneiro, 2012, p. 12).

Analisar essa obra contribuiu para perceber as consequências que o Holocausto exerceu na vida da escritora Sabina Kustin, levando-se em conta a memória, o trauma e a violência na escrita testemunhal. A autora, de forma corajosa em relação aos seus próprios sentimentos ao rememorar situações tão violentas, procurou transmitir aos leitores nas linhas e entrelinhas o que realmente aconteceu consigo e com muitos outros judeus em sua obra que é nosso objeto de estudo.

Para falar de trauma, foi preciso também, obviamente, refletir sobre a representação da memória, pois toda memória está ligada a um determinado fato, lugar ou a um grupo social. A literatura torna-se um valioso instrumento de espaço de discussão sobre a violência e as suas consequências, entre elas o trauma deixado pela Segunda Guerra Mundial e o Holocausto na vida dos sobreviventes.

Vale ressaltar que Sabina Kustin relata também em sua obra, após alguns anos morando aqui no Brasil, que foi vítima da violência urbana em São Paulo. Ela foi vítima de assaltantes violentos em seu apartamento, fato que a deixou abalada psicologicamente por meses. Esse e outros sofrimentos foram, obviamente, nada, se comparados àqueles sofridos antes de se instalar aqui. No entanto, de qualquer forma, foram traumáticos também. Esses fatos não foram expostos no trabalho, visto que o foco foi sua sobrevivência ao Holocausto.

A narrativa de Sabina Kustin não é meramente uma obra autobiográfica, mas um grito de denúncia contra um dos fatos mais terríveis da Humanidade. Nela também encontramos traços literários que caracterizam sua narrativa como sendo de filiação, conforme já dito.

Os estudos acerca da literatura de testemunho têm crescido consideravelmente, e analisar a referida obra contribuiu para perceber as consequências que o Holocausto exerceu na vida da autora Sabina Kustin, e nas de muitos outros sobreviventes, levando-se em conta a memória, o trauma e a narrativa testemunhal. Percebemos que a autora-personagem procurou transmitir fielmente os fatos vividos.

Encerramos essas considerações finais nos reportando às próprias palavras de Sabina Kustin: “Assim, quero dedicar este livro aos jovens de todos os países, com o objetivo de ajudá-los a entender como é importante vivermos em um país democrático e livre de guerras [...] Enfim, a principal razão deste livro é conscientizar as novas gerações”.

Não poderia encerrar, também, sem falar que este estudo contribuiu para meu crescimento dentro da vida acadêmica e que servirá de estímulo pessoal para futuras pesquisas dentro do campo da Escrita de si e suas vertentes como a narrativa de filiação, por exemplo. Esperamos poder contribuir com este humilde trabalho para pesquisas vindouras de outros estudiosos do assunto.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fabrício Paiva Araújo. **HORRORES INIMAGINÁVEIS**: memória, trauma e testemunho do Holocausto em Primo Levi. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens). CEFET, Belo Horizonte, 2019.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, SANTOS; Myriam Sepúlveda dos. **História, memória e esquecimento**: implicações políticas. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 1979, Dez. 2007: 97-111.
- ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENATTI, André Rezende. Entre a memória, a família e A tristeza extraordinária do leopardo-das-neves, de Joca Reiners Terron. In: BARZOTTO, Leoné Astride; CARRIZO, Silvina (Orgs.). **Filiações e afiliações interamericanas**: legados familiares, étnicos e nacionais. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2021.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.
- BERND, Zilá. **A Persistência da Memória – romances da anterioridade e seus modos de transmissão intergeracional**. Porto Alegre: Besourobox, 2018.
- BOSCHILIA, Roseli. Uma história difícil de ser contada: A experiência do deslocamento forçado e os dilemas da memória e do esquecimento. **Revista del CESLA**, v. 27, Enero-Junio, 2021 ISSN: 1641-4713 / 2081-1160
- CALEGARI, Lizandro Carlos. A Literatura da Shoah no Brasil como Literatura de resistência: notas sobre Quero viver... Memórias de um ex-morto, de Joseph Nichtausser. **Revista Literatura em Debate**, v. 12, n. 23, p. 3-14, jul./dez. 2018. Recebido em: 20 mar. 2018. Aceito em: 28 jun. 2018.
- CALEGARI, Lizandro Carlos. Trauma, Memória e testemunho em A vida e a luta e a luta de uma sobrevivente do Holocausto, de Sabina Kustin. **Literatura e Cinema de Resistência**, Santa Maria, n. 32: Manifestações estéticas dissidentes, jan./jun., p. 87-98. 2019.
- COLONNA, Vincent. **Autofiction & autres mythomanies littéraires**. Auch: Tristam, 2004.
- COSTA Lima. **A Literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Hans Robert Jauss... et al; coordenação e tradução de Luís Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

COSTA, Margareth Torres de Alencar. **Sóror Juana Inês de La Cruz**: autobiografia e recepção. Orientador: Alfredo Adolfo Cordiviola. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Letras, 2013.

COSTA, Margareth Torres de Alencar. **Sóror Juana Inês de la Cruz**: Como Antígona eu vim para dizer não e paguei o preço de minha ousadia. Curitiba: Editora Appris, 2020.

CRUZ, Patrícia Cezar da. **A fundação Shoah como promotora da memória**: uma leitura sobre a vida e a luta de uma sobrevivente do Holocausto. *In*: Devorando vozes: sobre literatura, identidade e memória. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 170p.

DUBROVSKY, Serge. **Fils**. Paris: Galilée, 1977.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org>
Acesso em 25 de junho de 2023.

FAEDRICH, Anna. **Autoficção um percurso teórico**. Criação e crítica, nº 17, p. 30-46, Dez 2026. Disponível em: <file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/120842-Texto%20do%20artigo-236294-1-10-20161222.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FERENCZI, S. **Diário clínico**. Tradução de A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1990. (Trabalho original publicado em 1932).

FERENCZI, S. **Princípio de relaxamento e neocatarse**. In S. Ferenczi (1992). *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1930.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Autoficção feminina**: a mulher nua diante do espelho. Disponível em: <file:///C:/Users/POSITIVO/Downloads/46790-Texto%20do%20artigo-56256-1-10-20121115.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FIGUEIREDO, Eurídice. A narrativa de filiação de escritores judeus brasileiros. *In*: CHIARELLI, Stefania; OLIVEIRA NETO, Godofredo de (Orgs.). **Falando com estranhos**: o estrangeiro e a literatura brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A resistência, de Julián Fuks**: uma narrativa de filiação. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/30795>. Acesso em 22 de junho de 2023.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Prefácio de José A. Bragança de Miranda e Antonio Fernando Cascais. 6ª ed. Lisboa: Veja, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si: ditos e escritos**. Ética, sexualidade e política. Organização e seleção de textos, Manoel de Barros da Motta. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. vol.5. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, 63º ano, no 3, jul./set. 1969, p. 73-104.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer [1920]. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1995. v. XVIII. pp. 11-75.

FREUD, Sigmund. Beyond the Pleasure Principle. *In*: STRACHEY, James (Org.). **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud**. London: Hogarth Press, vol. 18. [1920].

FREUD, Sigmund. **Conferência XVIII**: fixação em traumas - o inconsciente. 2. ed. v. 16. *In*: ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1917.

FREUD, Sigmund. **Estudos sobre a histeria**. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 2).

FREUD, Sigmund (1896/1996). Carta 52. *In*: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 1, p. 281-287). Rio de Janeiro: Imago, 1896.

FREUD, Sigmund. **Lembranças Encobridoras**. *In* Obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 3, pp. 285-306). Rio de Janeiro: Imago, 1899.

GALE, H. *et al.* (Org.). Em primeira pessoa: abordagens de uma teoria da autobiografia Helmut. *In*: Galle, H.; OLMOS, Ana Cecília; KANZEPLSKY, Adriana; ZUNTINIIZARRA, Laura (Orgs.). São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCH, USP, 2009.

GASPARINI, Philippe. “Autoficção é o nome de quê?” *In*: NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.). **Ensaios sobre a autoficção**. Tradução: Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, pp. 181-221.

GOMES, Ângela. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2. ed. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAQUES, Ana Augusta Brito. As neuroses de guerra e traumáticas: respostas do sujeito à barbárie. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 10-24, jun. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912012000100003&Ing=pt&nrm=iso> Acesso em: 22 fev. 2024.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: História da Europa desde 1945**. Lisboa: Edições 70, 2005.

KUSTIN, Sabina. **A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. (Testemunhos.)

KUSTIN, Sabina. **A vida e a luta de uma sobrevivente do holocausto**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2012. (Testemunhos.)

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inés Coimbra Guedes. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2013.

MENESES, Fátima Rejane de. **O Holocausto como expressão do mal: Literatura Testemunhal e representação literária**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. 2018.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: Um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

NASCIMENTO, Fábio Serra Nascimento. Deixando escapar segredos: autoficção e o discurso biográfico de Cazuza. **Revista Letrando**, v. 3 jul./dez. 2013.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim (Org.) **Ensaaios sobre a autoficção**. Tradução: Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inés Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

OLIVEIRA, Évila Ferreira de. **Auschwitz e Os anos de chumbo: resistência e testemunho na escrita de Charlotte Delbo e Lara de Lemos**. Tese (doutorado em Literatura e Cultura). Universidade Federal da Bahia, 2016.

OLIVEIRA, Romilton Batista de. **Trauma na Literatura: António Lobo Antunes e a Experiência na Escrita**. Orientadora: Profa. Dra. Edilene Dias Matos. Tese (Doutorado em Literatura na Universidade Federal da Bahia, 2017).

PARIZOTE, Amanada Dal’Zotto. **Mulheres perante a História: o reencontro com o passado em O que os cegos estão sonhando? e Os memoráveis**. Tese (Doutorado em Literatura) Orientador: Regina Zilberman. UFRS, 2019.

PINHEIRO, Tereza. **Ferenczi: do grito à palavra**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Ed. UFRJ, 1995.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

ROSA, David da. **Nazismo**. São Paulo: Lafonte, 2020.

SANTIAGO, Silviano. Meditação sobre o ofício de criar. **ALETRIA**, v. 18, jul./dez., p. 173-179, 2008.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Letras**, Santa Maria, n. 16, p. 9-37, jan./jun., 1998.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio; NESTROVSKI, Arthur (Org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 73-98.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma: um novo paradigma. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da cultura**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005. p. 63-90.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura da Shoah no Brasil. **Arquivo Maaravi**, Belo Horizonte, n. 1, v. 1, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Revista Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, 2010, p. 3-20.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *In*: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

TRAUMA. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/trauma>. Acesso em: 25 nov. 2022.

VIART, Dominique; VERCIER, Bruno. **La literatura française au présent**: modernité, mutation. 2. ed. Paris: Bordas, 2008.

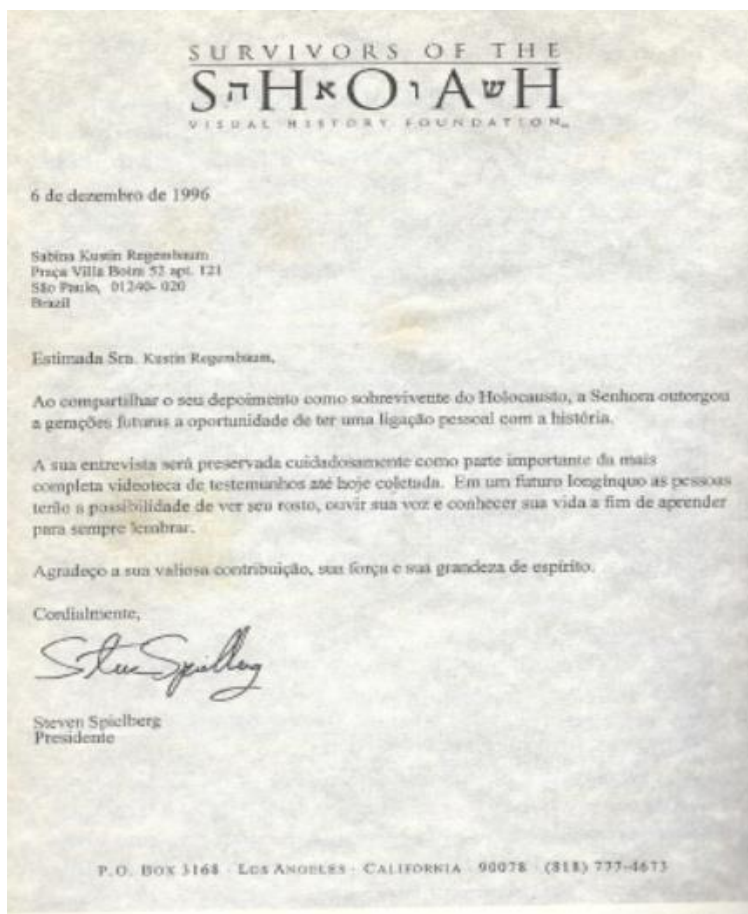
ANEXOS

ANEXO A – Imagens relativas ao Holocausto e à autora da obra

Figura 1 – Julgamento de Nuremberg, de novembro de 1945 a outubro de 1946



Fonte: Kustin (2012).

Figura 2 – Carta enviada pela Fundação *Survivors of the Shoah* para Sabina Kustin

Fonte: Kustin (2012).

Figura 3 – Sabina Kustin, 1948



Fonte: Kustin (2012).

Figura 4 – Sabina Kustin. São Paulo, 2000



Fonte: Kustin (2012).

Figura 5 – Efraim, esposo de Sabina Kustin, aproximadamente aos 15 anos



Fonte: Kustin (2012).

Figura 6 – Deportação



Fonte: Kustin (2012).

Figura 7 – Judeus identificados pela estrela de David. Eles eram isolados em guetos



Fonte: Kustin (2012).

Figura 8 – Condenados a trabalhos forçados, os judeus cavam trincheiras nos arredores de Varsóvia



Fonte: Kustin (2012).

Figura 9 – Transporte de doentes para o gueto de Varsóvia



Fonte: Kustin (2012).

Figura 10 – Prisioneiro subnutrido e alojado em condições subumanas no campo de Auschwitz



Fonte: Kustin (2012).

Figura 11 – Enviados em trens para o campo de extermínio de Treblinka



Fonte: Kustin (2012).

Figura 12 – Valas comuns no campo de Bergen-Belsen



Fonte: Kustin (2012).

Figura 13 – O navio *Exodus*, 1947



Fonte: Kustin (2012).

Figura 14 – O túmulo de Boris Kustin, seu querido tio, em Israel. Tel Aviv, 1997



Fonte: Kustin (2012).

Figura 15 – Mesa posta para a Pessach. Residência de Sabina Kustin. São Paulo, abril 2001



Fonte: Kustin (2012).

Figura 16 – A família de Sabina Kustin reunida em São Paulo, 1998



Fonte: Kustin (2012).

ANEXO B – Cronologia do Holocausto

Figura 17 – Cronologia do Holocausto do ano de 1933

1933

- *30 de janeiro* – Adolf Hitler é nomeado chanceler (chefe de governo) da Alemanha pelo presidente Hindenburg. Ele organiza a política da SS (*Schutzstaffel*) e SA (*Sturmabteilungen*).
- *Março* – Habilitação de Dachau, primeiro campo de concentração na Alemanha nazista.
- *9 de março* – Início de uma onda de perseguições contra os judeus da Alemanha, perpetuadas pelos homens da SA e dos *Stalhelm*.
- *1º de abril* – O diário *Jüdische Rundschau*, dos judeus alemães, publica o artigo “Portando a estrela amarela com orgulho”, o primeiro da série “Digamos sim ao nosso judaísmo”. Estes títulos se converteram no lema da resistência judaica na Alemanha.
- *10 de maio* – Queima em praça pública dos livros judaicos e de autores adversários do nazismo, nas cidades alemãs.
- *14 de julho* – Lei que prescreve os partidos da Alemanha, tornando o nazista o único legal.
- *20 de agosto* – O Congresso Judaico Americano proclama o boicote contra a Alemanha nazista.
- *19 de outubro* – A Alemanha abandona a Liga das Nações.

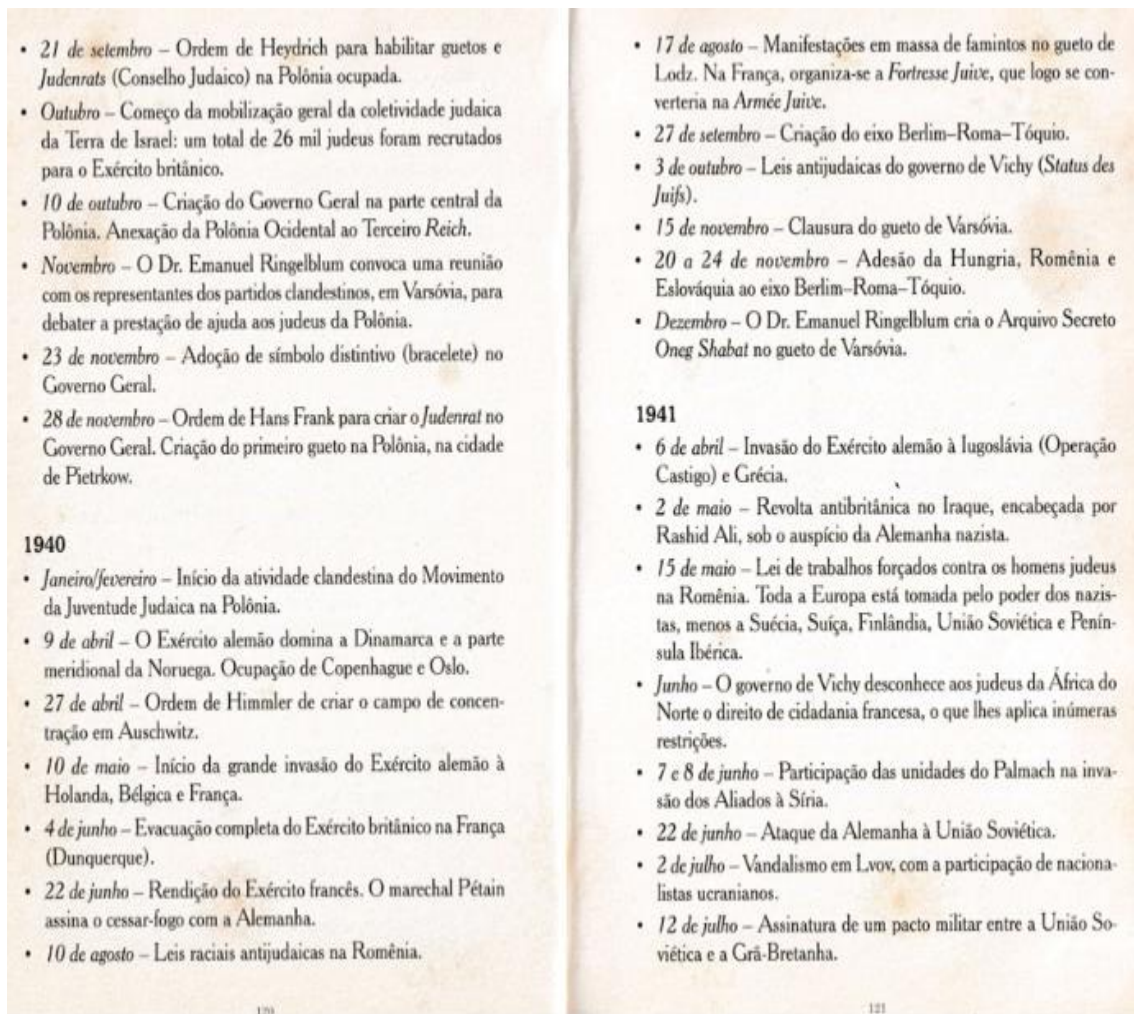
Fonte: Kustin (2012).

Figura 18 – Cronologia do Holocausto de 1934 a 1939

<p>1934</p> <ul style="list-style-type: none"> • 30 de junho – Incêndio no <i>Reichstag</i> deu aos nazistas o pretexto de invadir e tomar o poder dos meios de comunicação. <p>1935</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7 de janeiro – Mussolini e Laval firmam o pacto franco-italiano, em Roma. • 13 de janeiro – Anexação do Saare à Alemanha. • 16 de março – Volta do serviço militar obrigatório na Alemanha, apesar da proibição do Tratado de Versalhes. • 17 de março – Entrada do Exército alemão à região do Reno. • 30 de junho – Greve geral dos judeus da Polônia, em protesto contra o anti-semitismo. • 15 de setembro – São promulgadas as Leis de Nuremberg, decretos racistas contra os judeus. <p>1937</p> <ul style="list-style-type: none"> • 16 de julho – Habilitação do campo de concentração de Buchenwald. • 25 de novembro – Assinatura de um acordo político e militar entre Alemanha e Japão. <p>1938</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13 de março – Anexação da Áustria ao Terceiro Reich. • 15 de março – Assembléia popular contra o nazismo, organizada em Nova York, pelo Conselho Unido de Boicote (<i>Joint Boycott Council</i>). • 29 e 30 de setembro – Conferência de Munique, com a participação de Chamberlain, Daladier, Hitler e Mussolini. Concordância da Inglaterra e da França à anexação de uma parte da Tchecoslováquia à Alemanha. 	<ul style="list-style-type: none"> • Outubro – Começo do confisco dos bens judaicos na Alemanha. • 28 de outubro – Deportação da Alemanha a Zbanszyn, na fronteira com a Polônia, de mais de 17 mil judeus de cidadania polonesa. • 6 de novembro – Atentado de Herschel Grynszpan contra Ernst von Rath, secretário da Embaixada Alemã na França. • 9 e 10 de novembro – Vandalismos durante a Noite dos Cristais (<i>Kristallnacht</i>) na Alemanha e Áustria. Detenção de 30 mil judeus, destruição de 191 sinagogas e saque de 7,5 mil casas comerciais. • Dezembro – Criação da Instituição para a Imigração "B" (<i>Mossad Aliá Beit</i>), para a Terra de Israel. <p>1939</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pacto entre Alemanha e Itália. • Criado na Alemanha um novo departamento: RSHA – Gestapo, SS, AS e SD –, destinado a exercer a vigilância interna nos países ocupados. A Gestapo e a SS ficavam incumbidas da "limpeza", que consistia na prisão de ex-políticos, ex-oficiais, escritores, ex-altos funcionários e intelectuais em geral. • 15 de março – Ocupação definitiva da Tchecoslováquia. Criação do Protetorado da Boêmia-Morávia. • 18 de abril – Legislação anti-racial judaica na Eslováquia. • 23 de agosto – Assinatura de um pacto entre a União Soviética e a Alemanha: o pacto Molotov-Ribbentrop. • 1º de setembro – Invasão do Exército alemão à Polônia, começo da Segunda Guerra Mundial. Segue-se a partilha do país entre a União Soviética e a Alemanha. • 3 de setembro – Inglaterra e França declaram guerra à Alemanha. • 17 de setembro – Invasão do Exército Vermelho à parte oriental da Polônia.
---	---

Fonte: Sabina (2012).

Figura 19 – Cronologia do Holocausto de 1939 a 1941



Fonte: Kustin (2012).

Figura 20 – Cronologia do Holocausto de 1941 a 1942

<ul style="list-style-type: none"> • 31 de julho – Göring nomeia Heydrich para que se encarregue de executar o plano de Solução Final. • 7 de setembro – Foi emitido por Hitler e assinado por Keitel o documento "Noite do Nevoeiro", no qual a Gestapo era autorizada a prender quem quisesse. • 10 de outubro – Criação do gueto de Theresienstadt, na Tchecoslováquia. • 12 de outubro – Os alemães chegam às portas de Moscou. Evacuação parcial da capital da URSS. • 23 de outubro – Assassinato de 19 mil judeus em Odessa. • Dezembro – Organização clandestina da juventude sionista na França, no <i>Mouvement de la Jeunesse Sioniste</i>. Organização clandestina armada no gueto de Minsk. Partida do primeiro grupo armado judaico para cumprir atividades de guerrilheiros na região. • 7 de dezembro – Ataque japonês à Pearl Harbour. • 8 de dezembro – Habilitação do campo de extermínio Chelmo, ao lado de Lodz. Até abril de 1943, foram exterminados 360 mil judeus. • 11 de dezembro – A Alemanha e a Itália declaram guerra aos Estados Unidos. O navio Struma parte da Romênia à Terra de Israel com 769 passageiros (bateu em uma mina e afundou em 12/02/1942: todos os passageiros morreram). <p>1942</p> <ul style="list-style-type: none"> • Janeiro – Criação da Organização Antifascista no gueto de Kovno. • 20 de janeiro – Conferência em Wannsee: traçado plano para o extermínio dos 11 milhões de judeus na Europa. • 21 de janeiro – Criação da Organização Unificada de Guerrilheiros (PPO), no gueto de Vilna. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro – Tuvia Bielsky cria a primeira base de guerrilheiros nos bosques de Nailibocki, na Rússia Branca Ocidental. Hitler envia à África uma força expedicionária, a fim de apoderar-se das jazidas de petróleo do Oriente Médio. • Março – Fundação da organização de ajuda mútua dos judeus da Bélgica: <i>Comité de Défense Juive</i>. • 1º de março – Início do extermínio nos crematórios de Sobibor. Até outubro de 1942 foram exterminados ali 250 mil judeus. • 17 de março – Início do extermínio nos crematórios de Belzec. Até o final de 1942 foram exterminados lá 600 mil judeus. • 26 de março – Deportação de 60 mil judeus da Eslováquia: uma parte a Auschwitz e outra a Majdanek. • Abril – Criação do Bloco Antifascista no gueto de Varsóvia. • 1º de junho – Inauguração do campo de extermínio de Treblinka. Até agosto de 1943 foram exterminados nesse campo 700 mil judeus. Implantação do símbolo distintivo aos judeus da Holanda e da França. • 28 de junho – Os Exércitos da Alemanha e da Itália chegam a El Alamein. Perigo de ataque à zona do Suez. • Julho – Gizi Fleischman organiza na Eslováquia o agrupamento clandestino Ajuda aos Judeus – Grupo de Trabalho. Criação do Estado Maior dos guerrilheiros judeus na cidade de Lyon, na França. • 22 de julho – Início da grande "Ação" no gueto de Varsóvia. Até 13 de setembro foram deportados 300 mil judeus a Treblinka. • 28 de julho – Criação da Organização Combatente Judaica (ZOB), no gueto de Varsóvia. • 9 de agosto – Resistência armada contra a liquidação do gueto de Mir, no oeste da Rússia Branca. • 10 a 29 de agosto – "Ação" no gueto de Lvov. Foram deportados aos campos de extermínio 40 mil judeus. Resistência armada
---	--

Fonte: Kustin (2012).

Figura 21 – Cronologia do Holocausto de 1942 a 1944

<p>durante a liquidação do gueto de Neisweiss, na Rússia Branca Ocidental.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>12 de agosto</i> – Conferências entre Churchill e Stalin em Moscou. • <i>3 de setembro</i> – Resistência armada durante a liquidação do gueto de Lakhwa, no oeste da Rússia Branca. • <i>23 de setembro</i> – Resistência armada durante a liquidação do gueto de Tuzin, na Ucrânia Ocidental. O grupo armado de Moshé Goldman sai do gueto de Korcz, na Ucrânia Ocidental, e empreende operações de guerrilha na região. • <i>2 de novembro</i> – Vitória do Exército britânico contra os alemães e italianos na batalha de El Alamein. • <i>19 de novembro</i> – Grande ofensiva do Exército Vermelho na região de Stalingrado. • <i>17 de dezembro</i> – Declaração das nações aliadas: os exterminadores do povo judeu serão castigados. • <i>22 de dezembro</i> – Operações armadas da Organização Combatente Judaica nas ruas de Cracóvia. Ataque a oficiais do Exército alemão. <p>1943</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>18 a 21 de janeiro</i> – Primeira resistência armada no gueto de Varsóvia. Luta nas ruas, sob o comando de Mordechai Anielewicz. • <i>5 a 12 de fevereiro</i> – “Ação” no gueto de Bialystok. Mil judeus mortos; 10 mil enviados a Treblinka. • <i>19 de abril</i> – Conferência de Bermudas: os delegados dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha discutem quais métodos aplicar para salvar as vítimas do nazismo, mas, sem resultados, detona o Levante do gueto de Varsóvia. • <i>19 de abril a 16 de maio</i> – Liquidação do gueto de Varsóvia. • <i>20 de abril</i> – Partida do primeiro grupo de guerrilheiros do gueto de Vilna, em direção aos bosques. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Junho</i> – Ordem de Himmler para a liquidação final dos guetos na Polônia e nos territórios da União Soviética. • <i>25 de junho</i> – Resistência armada da Organização Combatente Judaica, no gueto de Czestochowa. • <i>24 de julho</i> – Revolução na Itália: Badoglio depõe Mussolini. • <i>2 de agosto</i> – Levante em Treblinka. • <i>16 de agosto</i> – Levante do gueto de Bialystok. Rebelião no acampamento de trabalho de Krichov, no distrito de Lublin. • <i>20 de setembro</i> – Ocupação alemã de Roma. O Exército alemão domina a maior parte do território italiano. • <i>2 de outubro</i> – Ordem de expulsar os judeus da Dinamarca: graças à atividade de socorro do movimento de resistência dinamarqueses, 9 mil judeus conseguiram fugir para a Suécia. Só 475 judeus dinamarqueses caíram nas mãos dos alemães. • <i>10 de outubro</i> – Lançamento dos primeiros pára-quedistas da Terra de Israel sobre o solo da Romênia. • <i>Novembro</i> – Após a rebelião em Sobibor, os nazistas liquidam os campos de extermínio de Treblinka, Sobibor e Belzec. O extermínio dos judeus passou a ser feito em Auschwitz. • <i>28 de novembro</i> – Conferência de Teerã (encontro de Roosevelt, Stalin e Churchill). <p>1944</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Janeiro</i> – A resistência subterrânea judaica em Budapeste habilita uma empresa a imprimir documentos falsificados com fins de socorro: até o fim desse ano, foram providenciados documentos a mais de 10 mil pessoas. • <i>17 de janeiro</i> – Evacuação de Auschwitz. Começo da marcha da morte dos prisioneiros do campo. • <i>4 de fevereiro</i> – Iniciada a Batalha de Monte Cassino.
--	---

Fonte: Kustin (2012).

Figura 22 - Cronologia do Holocausto de 1944 a 1945

- Cassino cai em poder dos aliados.
 - *14 de março* – Partida de um grupo de pára-quedistas da Terra de Israel à Iugoslávia, Hungria e Romênia.
 - *19 de março* – Penetração do Exército alemão na Hungria.
 - *15 de maio* – Começo da deportação dos judeus da Hungria a Auschwitz. Até 27 de junho foram enviadas a esse lugar 380 mil pessoas.
 - *6 de junho* – Invasão dos Aliados à Normandia.
 - *20 de julho* – Tentativa infrutífera de um grupo de oficiais militares alemães contra a vida de Hitler.
 - *7 de outubro* – Revolta do *Sonderkommando* de Auschwitz.
 - *31 de outubro* – Envio de 14 mil judeus da Eslováquia a Auschwitz.
 - *1º de novembro* – Partida da Brigada Judaica à frente da Itália.
- 1945**
- *12 de janeiro* – Grande ofensiva russa.
 - *17 de janeiro* – As forças russas entram em Varsóvia.
 - *18 de janeiro* – Evacuação de Auschwitz.
 - *27 de janeiro* – Libertação de Auschwitz.
 - *4 a 11 de fevereiro de 1945* – Conferência de Yalta.
 - *21 de fevereiro* – Força expedicionária brasileira conquista Monte Castelo, na Itália.
 - *13 de abril* – Queda de Viena.
 - *15 de abril* – Libertação do campo de Bergen-Belsen.
 - *28 de abril* – Mussolini é morto pelos *partisans*.
 - *30 de abril* – Suicídio de Hitler.
 - *8 de maio* – Rendição da Alemanha: fim do Terceiro Reich.
 - *14 de novembro* – Aberto o Processo de Nuremberg.